

INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES



REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MÓDULOS HABITACIONAIS NO NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

VOLUME 1

TESE DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

LAURENTINO CALVINHO CORDEIRO

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR LUÍS ANTÓNIO DURÃO

PORTIMÃO

2014

LAURENTINO CALVINHO CORDEIRO

**REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MÓDULOS
HABITACIONAIS NO NÚCLEO POMBALINO
DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

Dissertação defendida em provas públicas no
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no dia
10/11/2014 perante o júri nomeado pelo Despacho de
Nomeação nº. 27/2014, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof.^a Doutora Ana Cristina Santos Bordalo

Vogais:

Prof.^a Doutora Ana Paula Parreira Correia
Rainha (Arguente)

Orientador:

Prof. Doutor Luís António Guizado de Gouveia
Durão

Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

Portimão

2014

Título da Dissertação: Reabilitação e ampliação dos módulos habitacionais no núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António

Aluno: Laurentino Calvinho Cordeiro

Orientador: Professor Doutor Luís António Guizado de Gouveia Durão (ISMAT)

Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura

Resumo

Desde a fundação da cidade até aos dias de hoje deparamo-nos com metamorfoses constantes. Como na história, os erros repetem-se, e muitas vezes a determinação necessária para agarrar o que ainda nos resta de património pode levar-nos a um protecionismo exaltado e assim menos esclarecido. Pensar na reabilitação de uma cidade como Vila Real de Santo António é algo complexo, mas mais complexo se torna quando essa reabilitação não mobiliza os seus habitantes e não responde às necessidades da própria cidade.

Uma cidade construída de raiz no século XVIII, uma herança que devemos preservar para o futuro.

Tal facto constitui a condição primordial que levou à elaboração de um projeto para intervenção no Núcleo Histórico Pombalino de Vila Real de Santo António, pretendendo-se produzir uma proposta de maior consenso entre as necessidades do habitar contemporâneo e das ambições dos utentes, respeitando a estrutura e a métrica da fundação da cidade, projetada por Reinaldo Manuel dos Santos. Tal projeto poderá, assim, constituir documento de referência para futuras diretivas municipais.

Palavras-chave:

Preservação - Reabilitação - Adaptação - Habitabilidade - Dinamismo - Versatilidade

Título da Dissertação: Reabilitação e ampliação dos módulos habitacionais no núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António

Aluno: Laurentino Calvinho Cordeiro

Orientador: Professor Doutor Luís António Guizado de Gouveia Durão (ISMAT)

Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura

Abstract

Since the foundation of the city until our days, we have always faced constant metamorphosis. Like in history, the mistakes are constantly repeated, and frequently the necessary determination to grab what still remains from our inheritance, can lead us to a frenetic and sometimes less clear protectionism. To think about rehabilitating a city like Vila Real de Santo António is rather complex, but becomes even more complex when that rehabilitation does not mobilize its people and does not respond to the needs of the city itself.

A city born in the eighteenth century, it's an heritage we must preserve for the future.

This constitutes the prior condition that led to the elaboration of a project aiming an intervention at the Pombalino historical centre of Vila Real de Santo António, whose final goal was to produce a proposal for greater consensus between the needs of the contemporary housing and the ambitions of citizens, respecting the structure and the metric of the initial city, firstly designed by Reinaldo Manuel dos Santos. This project will thus constitute a reference document for future municipal policies.

Keywords:

Preservation - Rehabilitation - Adaptation - Habitability - Dynamism - Versatility

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís António Durão, pelo seu incondicional apoio, pela disponibilidade prestada e pelos conselhos e conhecimentos transmitidos.

Ao professor Doutor João Manuel Gomes Horta, pelas longas tardes de entusiástico diálogo e pelos conhecimentos transmitidos.

À SGU- Sociedade de Gestão Urbana de Vila Real de Santo António e à Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, pela simpatia disponibilizada e por toda a documentação fornecida para execução deste documento.

A todos os meus colegas de curso, em especial ao Ricardo Fernandes e Noel Pena, pelo companheirismo e a união demonstrada nos momentos mais difíceis.

Dedicatórias

Dedico esta dissertação à memória de meus Pais, há minha esposa e filhos.

Índice

Resumo.....	I
Abstract	II
Agradecimentos.....	III
Dedicatórias.....	IV
Índice.....	V
Índice de Ilustrações	VI
Lista siglas e acrónimos.....	XIV
Introdução.....	1
Capítulo I.....	3
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	3
1.1. LISBOA E O TERRAMOTO.....	3
1.2. O MARQUÊS DE POMBAL	5
1.3. FUNDAÇÃO DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	6
1.4. ANÁLISE SOCIOECONÓMICA DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	10
1.5. VIVÊNCIAS	11
1.6. ATIVIDADE ECONÓMICA E INDUSTRIAL	15
Capítulo II	18
2. ARQUITETURA E URBANISMO	18
2.1. COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	18
2.2. MATERIAIS E METODOLOGIAS CONSTRUTIVAS.....	35
2.3. ANÁLISE DA CONDIÇÃO ATUAL DO NÚCLEO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.....	36
Capítulo III	40
3.1. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJECTO – ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO	40
Capítulo IV	55
4.1. A PROPOSTA ARQUITECTÓNICA	55
Conclusões	71
Bibliografia.....	73
Webgrafia.....	74
Legislação.....	75
Proposta arquitetónica – peças desenhadas	76
Anexos II – Tipologias dos vãos e métricas das fachadas	79
Anexos III – Legislação.....	79
Anexos IV – Tabelas e gráficos.....	79
Anexos V – Fichas do quarteirão a intervir – Q11 - SGU.....	79
Anexos VI – Fotografias da maquete e desenhos tridimensionais.....	80

Índice de Ilustrações

CAPÍTULO I

Fig. 1 – “Vistas de Lisboa antes e durante o terramoto de 1755, desenho de Johan Christian Leopold (1755?), Col. Museu da Cidade, CML, Lisboa”. (MASCARENHAS, Jorge – Sistemas de Construção -V, *O edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa*, Edição Livros Horizonte, 2009, P. 23)

Fig. 2 – “Planta Topográfica da cidade de Lisboa, segundo o alinhamento dos arquitetos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel”, Museu da Cidade. (<http://comjeitoearte.blogspot.pt/2011/11/terramoto-de-1755-lisboa-pombalina.html>)

Fig. 3 – Projeto dos Alçados para as ruas principais”, CML, Museu da cidade. (<http://comjeitoearte.blogspot.pt/2011/11/terramoto-de-1755-lisboa-pombalina.html>)

Fig. 4 – “Retrato do Marquês de Pombal”, autor desconhecido. Arquivo Nacional Torre do Tombo (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4725344>)

Fig. 5 – “Santo António de Arenilha” – Fig. do pintor Luís Afonso. (FIGUEIRAS, Rui - *Vila Pombalina - Vila Real de Santo António* – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.26.)

Fig. 6 – “Mapa da vila provavelmente da altura da fundação”. (FIGUEIRAS, Rui - *Vila Pombalina - Vila Real de Santo António* – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.29.)

Fig. 7 – “Planta de Vila Real de Santo António ainda incompleta, faltam alguns quarteirões, nomeadamente o dos dois torreões da Rua da rainha”. (FIGUEIRAS, Rui - *Vila Pombalina - Vila Real de Santo António* – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.33.)

Fig. 8 – “Movimentação frente à Alfândega de Vila Real de Santo António, finais do Século XIX” (autor desconhecido)

Fig. 9 – Praça do Marquês de Pombal “Visita de Sua Majestade D. Carlos e D. Amélia em 1897”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.72.)

Fig. 10 – “A descarga de atum na margem do rio 1920-1930. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.16.)

Fig. 11 – “A Praça do peixe vista do lado Sul. Junto dela se situavam os mictórios públicos as popularmente conhecidas “salgadinhas. (1910-1920). (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.22.)

Fig. 12 – “Rio Guadiana, Praça do peixe e muxama estendida sobre os areais” (1920-1930). (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.23.)

Fig. 13 – “Movimento de barcos no Rio” (1920-1930). (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.23.)

Fig. 14 – “Vila Real de Santo António. Vista do lado Norte. Diversos cais, todos eles já desaparecidos, emprestam uma imagem bem diferente do que posteriormente aí se construiu: Cais Comercial (Anos 30), Alfândega (Anos 40), Apeadeiro da C.P. (1957) ”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.22.)

Fig. 15 – “Mercado na Praça Marquês de Pombal (Anos 30)”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.47.)

Fig. 16 – “Jardins da Marginal. Em 2º Plano o Grande Hotel Guadiana, obra do Arq. Ernesto Korrodi, inaugurado nos anos 20”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.41.)

Fig. 17 – “Teatro Alexandre Herculano, na atual Av. Ministro Duarte Pacheco (Anos 30)”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.64.)

Fig. 18 – “Rua Teófilo Braga, existiu um típico café (Anos 50-60)”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.48.)

Fig. 19 – “Rua Teófilo Braga vista do lado Nascente (Anos 30-40).” (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.49.)

Fig. 20 – “Vista aérea de Vila Real de Santo António tirado na direção Sul/Norte (princípios do Século XX)”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.73.)

Fig. 21 – “Rebocador arrastando os meio-mundos, barcos carregados de minério extraído das Minas de S. Domingos, e que ficava aguardando exportação no Cais do Depósito (anos 20-30)”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.33.)

Fig. 22 – “Cozendo o peixe nas caldeiras na fábrica de conservas Parodi (anos 30-40)”. (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.37.)

Fig. 23 – “Atuns içados pelo guindaste no Cais Comercial, do barco o carro de tração animal, que os conduziria até à fábrica (anos 50); Descarregamento de atum no Cais Comercial, sob as vistas do Guarda Fiscal (anos 50).” (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.14/13.)

Fig. 24 – Estaleiros navais ao Sul da Vila (anos 50); Panorâmica dos estaleiros desta Vila junto ao antigo Cais do Depósito (anos 50-60).” (ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. p.28/29.)

CAPÍTULO II

Fig. 25 – “Esquema C. Uma interpretação do processo ou das características conceptuais da estrutura planimétrica a partir do núcleo geométrico e funcional (800x800 palmos) do conjunto urbano significativo. HORTA CORREIA, José Eduardo Capa – Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina, (Tese de Doutoramento) Lisboa, 1984, Ilustração XIX)

Fig. 26– “Esquema de dois quarteirões divididos por uma rua. O conjunto revela um dos quadrados que compõem o núcleo. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 27 – “Planta de fundação com os Quarteirões, localização da Fachada da Vila Pombalina ou Baixa-Mar.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 28 – Planta de Fundação com a designação dos Quarteirões e a toponímia. Note-se para a alteração verificada nos Quarteirões 22 e 27, bem como nas duas praças laterais. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.13.).

Fig. 29 – “Planta de fundação com os Quarteirões, localização da Fachada da Vila Pombalina ou Baixa-Mar.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 30 – “Alçado Nascente – Alfândega e Sociedades ”. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 31 – “Localização da Alfândega”. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 32 – “Alçado Poente – Alfândega e Salgas ”. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 33 – “Planta de Cobertura - Alfândega ”. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 34 – “Localização dos Torreões a norte e sul.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 35 – “Planta de Cobertura – Torreão Norte.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 36 – “Alçado Nascente – Torreão Norte.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 37 – “Alçado Poente – Torreão Norte.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 38 – “Localização das Sociedades e das Salgas.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 39 – Localização e numeração das Sociedades - o pescado entrava na Alfândega para controlo por parte das autoridades. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.126.)

Fig. 40 – Indicação das Sociedades para onde se distribuía o pescado depois de passar pela Alfândega.(FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.126.).

Fig. 41– Localização dos alpendres das Sociedades, onde era o peixe escamado, salgado e colocados em pipas de sal. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.127.)

Fig. 42– Indicação dos armazéns, onde se guardavam os produtos fabricados para posterior comercialização. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.127.)

Fig. 43 – “Organização espacial – Sociedades e Salgas.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 44 – “Alçado Lateral Nascente – Sociedades e Salgas.”(o Alçado Lateral Norte é idêntico). (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 45 – “Alçado Lateral Sul – Sociedades e Salgas.” (O alçado lateral Norte é Idêntico). (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 46 – “Planta de Cobertura com marcação do Corte – Sociedades e Salgas.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 47 – “Corte – Sociedades e Salgas.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 48 – “Alçado Poente – Sociedades e Salgas.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 49 – “Planta de Cobertura com marcação do corte – Armazéns.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 50 – “Alçado Nascente – Armazéns.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 51 – “Alçado Sul e Norte – Armazéns.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 52 – “Corte – Armazéns.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 53 – “Alçado Nascente – Casa da Câmara e Mercado.” (MONUMENTOS, Cidades, Património, Reabilitação, – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Publicação n.º30, 2009,p.57.)

Fig. 54 – “Alçado Poente – Casa da Câmara e Mercado.” (MONUMENTOS, Cidades, Património, Reabilitação, – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Publicação n.º30, 2009,p.56.)

Fig. 55 – “Alçado Lateral Norte – Casa da Câmara e Mercado.” (O alçado lateral Norte é idêntico) (MONUMENTOS, Cidades, Património, Reabilitação, – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Publicação n.º30, 2009,p.56.)

Fig. 56 – “Esquema de organização espacial – Armazéns.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 57 – “Planta de Localização dos Edifícios da Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 58 – “Alçado Nascente – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 59 – “Alçado Lateral Norte – Praça Marquês de Pombal.” (simétrico em relação do Alçado lateral Sul). (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 60 – “Planta de Cobertura do edifício Nascente – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 61 – “Alçado Sul – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 62 – “Alçado Lateral Nascente – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 63 – “Alçado Lateral Poente – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 64 – “Alçado Norte – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 65 – “Planta de Cobertura do edifício da Igreja – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 66 – “Vista da fachada da Igreja”. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.104.)

Fig. 67 – “Obelisco, centro da Praça Real”. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.107.)

Fig. 68 – “Planta de Localização dos Torreões – Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 69 – “Alçado menor do quarteirão que incorpora os torreões da Praça Marquês de Pombal” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 70 – “Alçado maior do quarteirão que incorpora os torreões da Praça Marquês de Pombal.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 71 – “Planta de cobertura dos 4 quarteirões da Praça Marquês de Pombal – Marcação do Torreões”. (Doc. SGU – adaptados pelo autor) (SGU)

Fig. 72 – “Planta de Cobertura com marcação do corte – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor) (SGU)

Fig. 73 – “Alçado Menor Tipo – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor) (SGU)

Fig. 74 – “Corte – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 75 – “Alçado Maior Tipo – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 76 – “Tipologia 1, esquema de ocupação dos lotes – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 77 – “Tipologia 2, esquema de ocupação dos lotes – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 78 – “Tipologia 3 e 4, esquema de ocupação dos lotes – zona residencial.” (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 79 – 1º Fase – Construção de 10 fogos na fase nascente dos quarteirões e aplicação de vãos (cantarias) em todos os alçados. Simulação do beirado em todo o perímetro exterior - 2º Fase – Construção de mais 10 fogos na fase poente. Duplicação do telhado contínuo em quatro águas -3º Fase – Construção dos topos dos quarteirões com supressão dos quintais dos módulos periféricos. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.74/75.)

Fig. 80 – “Construção em gaiola conforme método construtivo utilizado na Baixa Pombalina em Lisboa - Alfândega.” (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.41.)

Fig. 81 – Recuperação / Reabilitação de um edifício no gaveto das ruas Infante D. João V e Victória – Salvaguarda dos valores materiais e tipológicos. (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.69.)

Fig. 82 – “Batente de uma porta na Praça Real.” e “Pormenor de um vão de sacada, com caixilho e taipal (corta sol) interior e gradeamento em ferro (igual em todos os edifícios) (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.61/49.)

Fig. 83 – “Relação entre o portal da Sociedade, a janela de sacada e a trapeira.”, “Pormenor, de um vão de sacada, com caixilho e taipal interior e gradeamento em ferro.” (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.46/49.)

Fig. 84 – “Janela de Guilhotina do edifício da Alfândega - Mansarda.” (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.41.)

Fig. 85 – “Estrutura de cobertura do torreão Norte. Pormenor dos anéis em madeira.” (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.53.)

Fig. 86 – “Estrutura da cobertura. Pormenor da Trapeira.” (FIGUEIRAS, Rui - Vila Pombalina - Vila Real de Santo António – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999,p.45.)

Fig. 87 – Fotografia de Vila Real de Santo António – Indicação da Rua Teófilo Braga (a vermelho) como eixo de ligação entre o atual Mercado Municipal (a amarelo) e o Núcleo Pombalino. (<https://www.google.com/earth/> - fotografia adaptada pelo autor)

Fig. 88 – Fotografia de Vila Real de Santo António – Indicação da Rua da Princesa e da Praça Marquês de Pombal. (<https://www.google.com/earth/> - fotografia adaptada pelo autor)

CAPÍTULO III

Fig. 89 – Legenda de caracterização do edificado, segundo o PPS.NP.VRSA. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 90 – Planta de implantação no Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António (a vermelho encontra-se indicada o quarteirão a intervir). (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 91 – Planta de implantação no Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, delimitação das áreas e indicação da zona envolvente e zona do núcleo pombalino (incluindo a ZIS). (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 92 - Edifício antes e depois de reabilitação, situado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º 21 – Classificação P2, de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 93 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q37, indicação do edifício P2. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 94 - Edifício antes e depois de reabilitação, situado na Rua Dr. Sousa Martins n.º 18 – Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 95 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q38, indicação do edifício E4. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 96 - Edifício sem reabilitação, situado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º127 – Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 97 - Edifício agora reabilitado ao abrigo do PPS.NP.VRSA, situado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º127 – Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 98 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q2, indicação do edifício E4. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 99 - Edifício sem reabilitação, situado na Rua José Barão n.º42 – Classificação P2 de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 100 - Edifício agora reabilitado ao abrigo do PPS.NP.VRSA, situado na Rua José Barão, n.º42 – Classificação P2 de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 101 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q11, indicação do edifício P2. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 102 - Edifício existente situado no gaveto da Rua Dr. Manuel Arriaga e Rua da Princesa – Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. Este caso em particular até é mais relevante, pois encontra-se na ZIS. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 103 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q11, indicação do edifício E4. (fotografias autor)

Fig. 104 - Edifícios situados na Rua José Barão com várias classificações (fotografias autor)

Fig. 105 - Edifício situado na Rua Dr. Manuel de Arriaga com a classificação P1 – edifício original. (fotografias autor)

Fig. 106 - Edifícios existentes na Rua José Barão, n.º 36 e n.º 34. Exemplo de edifícios com beirados dissonantes com consequente visualização de empenas. (fotografias autor)

Fig. 107 - Edifícios existentes na Rua da Princesa, Apesar da cobertura ser mais elevada, verifica-se um correto alinhamento dos beirados e cumeeira. (fotografias autor)

Fig. 108 - Edifícios existentes na Rua Dr. Manuel de Arriaga n.º16 e n.º14. Indicação da diversidade cromática existente. (fotografias autor)

Fig. 109 - Edifícios existentes na Rua da Princesa, n.º 103 e n.º105. Indicação de duas moradias com correto alinhamento dos beirados e dissonância na cumeeira. (fotografias autor)

Fig. 110 - Edifício existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 143. (fotografias autor)

Fig. 111 - Edifício existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 143 – Exemplo negativo de reabilitação de uma cobertura. (fotografias autor)

Fig. 112 - Edifícios existentes na Rua Dr. Sousa Martins n.º111 – Exemplo negativo na instalação de um armário elétrico. (fotografias autor)

Fig. 113 - Edifícios existentes no gaveto da Rua General Humberto Delgado e Rua Almirante Cândido dos Reis – Exemplo negativo na aplicação das caixas de infraestruturas. (fotografias autor)

Fig. 114 - Edifícios existentes na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 130 – Exemplo negativo na aplicação das caixas de infraestruturas. (fotografias autor)

Fig. 115 - Edifícios existentes na Rua Almirante Cândido dos Reis – Exemplo de construções relativamente recentes, com 2 e 3 pisos. (fotografias autor)

Fig. 116 - Edifícios existentes na Rua Barão do Rio Zêzere – Exemplo de construções relativamente recentes, com 2 pisos + Sótão. (fotografias autor)

Fig. 117 - Edifício reabilitado ao abrigo do PPSNPVRS, situado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º127 – Classif. E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. (fotografias autor)

Fig. 118 - Edifício reabilitado ao abrigo do PPSNPVRS, situado na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 130 – Classif. E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. Cobertura inclinada na frente e plana nas traseiras. (fotografias autor)

Fig. 119 - Edifício existente na Rua Dr. Manuel de Arriaga – Exemplo de uma construção com 1 piso + Sótão. (edifício original completamente abandonado). (fotografias autor)

Fig. 120 - Edifício existente na Rua Jornal do Algarve – Exemplo de uma construção com 1 pisos + Sótão. (edifício original, com algumas adulterações na cobertura, e completamente abandonado) (fotografias autor)

Fig. 121 - Edifício existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º112 – Exemplo de uma moradia utilizada como armazém. (fotografias autor)

Fig. 122 - Edifícios existentes na Rua Dr. Sousa Martins – Exemplo de duas moradias reconvertidas em armazéns. (fotografias autor)

CAPITULO IV

Fig. 123 - Perspetiva tridimensional de Vila Real de Santo António, Malha Pombalina. (MONUMENTOS, Cidades, Património, Reabilitação, – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Publicação n.º30, 2009.p.29.)

Fig. 124 - Planta do Núcleo Pombalino – Quarteirão a Intervir (quarteirão Q11), de acordo com a classificação do PPSNPVRS) (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 125 – Planta do quarteirão Q11 - delimitação e classificação dos edifícios de acordo com o PPSNPVRS. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 126 – Planta de um quarteirão tipo – indicação da compartimentação original. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 127 – Planta do quarteirão a intervir. Em vermelho assinalam-se as delimitações das casas existentes. A cinza a delimitação dos módulos originais. (Doc. SGU – adaptados pelo autor)

Fig. 128 - Fotografias do quarteirão Q11, Sul – Poente. (fotografias autor)

Fig. 129 - Fotografias do quarteirão Q11, Sul – Nascente. (fotografias autor)

Fig. 130 - Fotografias do quarteirão Q11, Norte – Nascente. (fotografias autor)

Fig. 131 - Fotografias do quarteirão Q11, Norte – Poente. (fotografias autor)

Fig. 132 - Esquema tridimensional de ocupação dos logradouros para ampliação dos módulos habitacionais -quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 133 - Estudo Tridimensional para ampliação dos Módulos Habitacionais, João Manuel Horta, 1992 -quarteirão Q 28.

Fig. 134 - Esquema tridimensional final para ocupação dos logradouros e ampliação dos módulos habitacionais -quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 135 - Alçados propostos para o quarteirão Q11 – Visualização da ampliação proposta para os logradouros (desenhos do autor)

Fig. 136 - Planta de cobertura proposta -quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 137 - Planta de um quarteirão tipo – esquema exemplificativo da ocupação das tipologias propostas -quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 138 – Plantas e cortes de um módulo simples em banda – proposta - quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 139 – Plantas e cortes de um módulo duplo de topo – proposta - quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 140 – Plantas e cortes de dois módulos simples unidos em comprimento – proposta - quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Fig. 141 – Plantas e cortes de um módulo em esquina com um módulo simples unidos lateralmente – proposta - quarteirão Q11(desenhos do autor)

Fig. 142 – Plantas e cortes de dois módulos simples unidos lateralmente – proposta -quarteirão Q11 (desenhos do autor)

Lista siglas e acrónimos

CMVRSA	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
PDM	Plano Diretor Municipal
PPSNP	Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino
PPS.NP.VRSA	Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António
RGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
SGU	Sociedade de Gestão Urbana
VRSA	Vila Real de Santo António
ZIS	Zona de Intervenção Sensível

Introdução

Vivendo e trabalhando em Vila Real de Santo António sempre me interessou a minha cidade duma forma muito especial.

Essa foi uma das razões que me levou a escolher este trabalho como projeto a desenvolver na disciplina de Projeto do 5º ano de arquitetura e apresenta-lo nesta minha dissertação.

Vila Real de Santo António é uma cidade regular e construída de raiz para resolver questões de ordem política e económica na época do chamado Despotismo Iluminado do Marquês de Pombal no reinado de D. José I.

A cidade, projetada por Reinaldo Manuel dos Santos, pode definir-se como uma malha ortogonal com duas zonas distintas que, grosso modo, se podem caracterizar da seguinte forma:

- Uma zona nobre constituída por uma fachada com um alinhamento ribeirinho de edifícios de dois pisos rematados a Sul e a Norte por dois torreões, uma alfândega central e ainda uma praça interior com edifícios também de dois pisos e quatro torreões que a ladeiam, uma igreja, e um obelisco central,
- Uma outra zona de edifícios habitacionais comuns e térreos e que constituem, por assim dizer, o miolo da cidade

Esta segunda zona, ao nível de projeto original, caracterizava-se pela uniformidade de cérceas e telhados e, ao nível de alçados, a um ritmo uniforme de vãos com uma alternância de porta/janela, dispostos segundo um princípio de simetria a um eixo médio e transversal ao alçado de maior comprimento dos quarteirões.

Este princípio de uniformidade de projeto foi sendo, provavelmente desde cedo, a ser comprometido com alterações nas profundidades das construções dos lotes, que ou comprometiam a continuidade da linha de cumeeira de telhado ou, em caso da continuidade da linha de cumeeira, à custa da diminuição da inclinação da maior água de telhado que escoava para as traseiras.

Outras alterações muito antigas foram sendo executadas, tais como, por exemplo, a construção de trapeiras, o que foi comprometendo a leitura de conjunto uniforme das casas térreas.

Recentemente, por desadequação e ou não cumprimento das recomendações dos planos em vigor, associado a uma certa permissividade da autarquia em face das pressões e compreensíveis exigências dos habitantes, o que é certo, é que principalmente a partir da segunda metade do século XX, temos vindo a assistir a um sem número de atropelos arquitetónicos que vêm causando um alarido visual que compromete a serenidade harmoniosa do conjunto uniforme de casas térreas.

Na consciência plena de que o plano original para estas casas térreas já não se compadece com as necessidades habitacionais dos nossos dias, mas certo da bondade dessa uniformidade de origem, apresenta-se este estudo de reabilitação dos quarteirões térreos dentro desse princípio de uniformidade mas dando resposta às necessidades atuais dum habitar condigno em espaço e salubridade.

O estudo divide-se em quatro capítulos, tratando os dois primeiros do enquadramento histórico da construção de Vila Real de Santo António e dos princípios que nortearam o seu plano. O terceiro capítulo faz o historial mais recente dos planos em vigor e uma análise crítica dos mesmos em face da evolução das construções ao longo dos tempos. Por fim, o quarto capítulo apresenta uma proposta em projeto para um quarteirão paradigmático de casas originalmente térreas – o quarteirão Q11 – onde são apresentadas cinco tipologias de habitações que respeitam rigorosamente a uniformidade do plano pombalino original, dando resposta às maiores necessidades de áreas de habitar, em termos modernos, sem aviltar a serenidade e harmonia dos conjuntos.

Capítulo I

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1. LISBOA E O TERRAMOTO

No Século XVIII, com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, a penúria e desgraça revelaram-se com a destruição de parte da cidade.

Não fosse pouca a destruição provocada pelo terramoto e consequente maremoto, seguiu-se um incêndio devastador que acabou por destruir toda a Baixa de Lisboa.

Por ordem do Rei D. José I e seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal) em 4 de dezembro de 1755, pouco mais de um mês após o terramoto, o engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, apresentou cinco propostas para reconstrução da cidade.

As cinco propostas apresentadas pelo velho engenheiro-mor, conforme refere José Augusto França¹, podem classificar-se em duas ordens: a primeira define a reedificação da cidade como anteriormente, melhorando apenas pelo facto de serem novos os edifícios, onde também se incluía um maior alargamento de ruas e redução dos edifícios a dois pisos sobre as lojas. A segunda circunscreve uma ideia radical que define a exclusão do que restava na zona central da cidade velha, planificando-a com renovação total do seu traçado.

Manuel da Maia fala numa planta nova com ruas livremente desenhadas, e onde se prevê para cada uma dessas ruas a mesma simetria em portas, janelas e alturas, conforme os desenhos fornecidos por Eugénio dos Santos e Carvalho - Arquitecto do Senado da Cidade.

¹ FRANÇA, José Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 3ª Edição, 1989, p.18



Fig. 1 – “Vistas de Lisboa antes e durante o terramoto de 1755, desenho de Johan Christian Leopold (1755?), Col. Museu da Cidade, C.M.L., Lisboa.”



Fig. 2 – “Planta Topográfica da cidade de Lisboa, segundo o alinhamento dos arquitetos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel”, Museu da Cidade.”

“... Na verdade, as suas «ruas estreitas, sujas e incómodas», a incomodidade das suas casas e o vazio dos seus palácios definiam estruturas e hábitos que uma arquitetura pobre simbolizava...”²

O Plano aprovado para a nova cidade fora pensado em conceitos de funcionamento muito bem estruturados, salubridade e prevenção, o que fez com que surgissem novos conceitos no urbanismo, e que pretendiam resolver os problemas de uma cidade de feição medieval e que crescera de forma orgânica, com problemas de circulação, higiene e segurança.

Os novos edifícios propostos são caracterizados pela sua economia, solidez, regularidade, simplicidade e por não aparecerem como entidade individual mas agrupados em quarteirões, com fachadas contínuas e austeras, variando apenas de acordo com a importância das ruas.



Fig. 3 – “Projeto dos Alçados para as ruas principais”, CML, Museu da cidade.”

² Idem, p.8

Em simultâneo, o regime do Marquês de Pombal, com interesses económicos e administrativos, direciona a sua atenção para regiões com potencial económico. Isto leva à construção de Vila Real de Santo António, um dos exemplos mais significativos duma cidade construída de raiz em Portugal, e para a qual contribuíram as experiências preconizadas no plano de reconstrução da cidade de Lisboa.

Ainda que em diferentes escalas existem paralelismos claros entre o plano de reconstrução de Lisboa e o traçado do núcleo de Vila Real de Santo António, tais como: em ambos, a malha urbana são em retícula ortogonal; na maioria, os edifícios são de habitação; os edifícios agrupam-se em quarteirões; os elementos construtivos são standardizados, modulados e repetitivos; os edifícios caracterizam-se por grande austeridade e feição utilitária.

1.2. O MARQUÊS DE POMBAL

Sebastião José de Carvalho e Mello nasceu em Lisboa e era descendente de uma família da pequena nobreza.

Titulado Conde de Oeiras e posteriormente Marquês de Pombal, foi nomeado Ministro pelo Rei D. José, cargo que exerceu durante 27 anos, assumindo, de imediato, a resolução da crise causada pela destruição do terramoto e maremoto de 1755.

Aquando dessa catástrofe que devastou Lisboa, Pombal toma uma série de medidas para salvarguardar a cidade e os seus habitantes. Assume a reconstrução da cidade, e com o poder reforçado que o rei lhe conferiu, põe em prática várias reformas económicas.



Fig. 4 – “Retrato do Marquês de Pombal”, autor desconhecido. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Grande parte das reformas postas em prática por Pombal, promoveram grandes mudanças principalmente no comércio e nas pescas.

Vila Real de Santo António torna-se, por excelência, um símbolo de todas essas reformas. A povoação vai erguer-se para que na sua Alfândega se ponha em prática essas reformas legislativas.

Assim, em 1774, funda-se a obra urbano-arquitetónica que representa bem o Iluminismo Português, e o poder das reformas causadas por Pombal.

1.3. FUNDAÇÃO DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

A construção de Vila Real de Santo António surge como uma das formas de reorganizar o país através do desenvolvimento industrial ligado ao setor das pescas e do controlo aduaneiro.

“... Decorridos já longos anos sobre a época de ouro portuguesa (século XVI), tempos em que Portugal estabeleceu uma intensa atividade comercial e cultural com o Mundo gerando grandes riquezas para o reino, depara-se-nos um Algarve (outrora rico e vivamente ativo no processo) mergulhado na mais perfeita desorganização e à mercê de estrangeiros sequiosos enriquecendo à custa das enormes potencialidades que o local oferecia...”³

Após a época em que Portugal manteve uma intensa atividade comercial e cultural com o Mundo, fator que gerou muita riqueza ao País, o Algarve, então, encontrava-se à mercê da intervenção de estrangeiros que enriqueciam à custa das potencialidades da região.

É neste contexto que o Marquês de Pombal promoveu uma reforma na economia Algarvia, reforma essa perfeitamente em sintonia com as ideias modernas da restante Europa de então.

“... Em 30 de Dezembro de 1773, o rei D. José I enviou uma Carta Régia ao Governador do Algarve onde indicava o local escolhido para se erguer a Vila Regular, e quais os pressupostos programáticos a seguir...”⁴

Esta nova povoação, não era apenas mais uma cidade igual a tantas outras em Portugal Continental, era erguida de raiz como consequência das ações legislativas no setor das pescas.

Nesse sentido, o Sotavento Algarvio, devido à sua proximidade com Espanha, a exploração dos recursos locais por ação estrangeira não controlada e a falta de fiscalização contributiva por parte do estado português, era alvo de uma situação cada

³ FIGUEIRAS, Rui - *Vila Pombalina - Vila Real de Santo António* – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999, p. 21

⁴ Idem, p.28

vez mais precária na economia nacional, pelo facto da não cobrança de impostos. Neste sentido, havia que afirmar o poder político e militar⁵ português em relação à Espanha. Assistiu-se então a uma forte organização estrutural de combate ao contrabando e corrupção, procurando rentabilizar os recursos produtivos existentes na região. Foi escolhido o sítio – o sítio do Barranco – local onde restavam alguns vestígios da antiga localidade de Santo António de Arenilha, uma pequena aldeia situada na foz do Rio Guadiana.

*“... E assim sucedeu de facto, escolhido o local – o sítio do Barranco – passou-se á fase de projeção da Vila Regular e aos trabalhos preparatórios para a sua construção...”*⁶

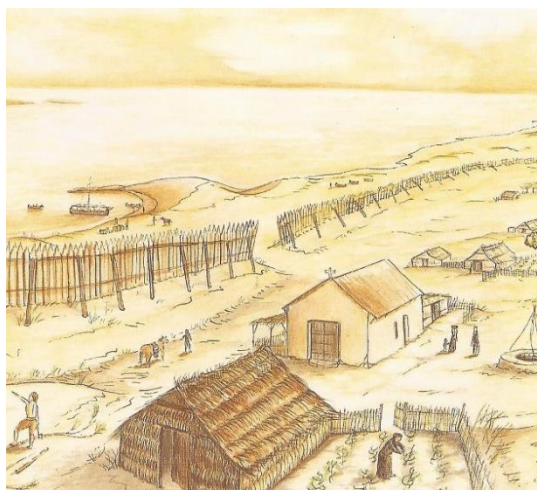


Fig. 5 – “Santo António de Arenilha”, pintura de Luís Mansinho Afonso”



Fig. 6 – “Mapa da vila, provavelmente da altura da fundação.”

Com a pretensão de ser o centro dinamizador de todo o processo reformista, passou-se à fase de projetar a Vila, e aos respetivos trabalhos de construção. Estes tiveram início em Dezembro de 1773.

⁵ É mais o poder económico, até porque não se constrói nenhuma fortaleza – essa já existia em Castro Marim

⁶ FIGUEIRAS, Rui, *Op. Cit.*, p. 27

O pressuposto programático da Vila seguia regras: Praça, Igreja, Casa da Câmara e Terreiro do Pão, estariam em primeiro lugar e deveriam ser o ponto a partir do qual em linha reta, e numa malha ortogonal, saíssem as ruas para as casas, telheiros, lagares e armazéns de pescarias, sendo que o primeiro edifício a ser construído foi o edifício da Alfândega.

*“... Enquanto os trabalhos preparatórios para a edificação da Vila eram implementados no terreno pelo Governador do Algarve, desenvolvia-se em Lisboa pela Casa do Risco e Obras Públicas, por indicação do Marquês de Pombal e sob orientação do Arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, o plano da Vila Regular...”*⁷

As primeiras plantas do projeto refletem bastante bem as ideias reformistas apontando como prioridade as Sociedades ligadas à pesca e a Alfândega frente ao rio. O programa definia como posição estratégica o edifício da Alfândega, este representaria o poder da reforma na política económica do Algarve.

*“... É uma Vila Regular traçada com base no propósito político a alcançar e com o claro objetivo de controlo de custos, onde todos os materiais (...) foram orçamentados, racionalizados em desenho, standardizados e construídos em Lisboa e transportados para o local da obra...”*⁸

A Vila viria a ser implantada, sensivelmente a 100 palmos da margem do Rio Guadiana e a cerca de 2 palmos acima do nível máximo, com ruas de 40 palmos de largura.

*“... A Vila Real de Santo António é assim ao mesmo tempo um subproduto e a culminação do exercício urbanístico/arquitetónico e de empreendedorismo imobiliário desenvolvidos durante os primeiros vinte anos da reconstrução de Lisboa...”*⁹

⁷ Idem, p.29

⁸ Idem

⁹ AZEVEDO, Paulo – *Preservação e Desenvolvimento in* ROSSA, Walter, GONÇALVES, Adelino (coord.), *PLANOS - Salvaguarda, Vila Real de Santo António – Núcleo Pombalino*, Litografia de Coimbra, SA, 2005,p.59

Em Lisboa os edifícios tinham áreas diversas, segundo as necessidades do proprietário. Isto não acontece em Vila Real de Santo António onde os edifícios, nas suas diferentes tipologias e usos, revelam maior estandardização.

A Praça, a par com a frente ribeirinha, constituía a zona mais ativa da Vila, onde os edifícios têm 2 pisos. O primeiro andar destinado a habitação e o piso térreo destinado ao comércio.

As casas térreas eram construídas por uma alternância de porta/janela, a partir do centro de cada fachada de quarteirão, sendo que cada quarteirão era constituído por duas metades simétricas, com cinco portas e cinco janelas, terminando sempre nas extremidades com janela e ao centro com duas portas seguidas.

Em ambas as zonas, em termos construtivos, as construções são caracterizadas por uma extrema clareza, ordem, proporção e simplicidade, atributos da Arquitetura Chã, e que George Klüber definia como uma arquitetura nacional

*“...A arquitetura chã portuguesa corresponde à atitude experimental dos arquitetos formados na teoria do Renascimento, que se atreveram a desrespeitar os seus preceitos a fim de obterem uma construção útil e económica...”*¹⁰

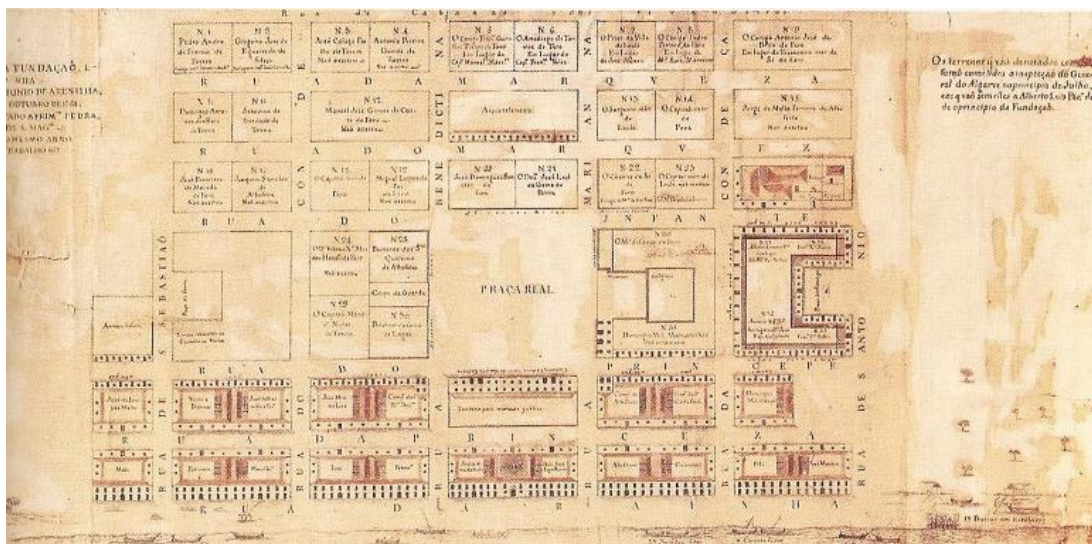


Fig. 7 – “Planta de Vila Real de Santo António ainda incompleta, faltam alguns quarteirões, nomeadamente o dos dois torreões da rua da Rainha”

¹⁰ KUBLER, George, *A Arquitetura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes (1521 – 1706)*, Lisboa, Nova Vega, 2005, p.178

A Vila não estava ainda concluída aquando da sua inauguração a 13 de Maio de 1776. De facto a construção total da Vila nunca chegou a estar concluída de acordo com o plano inicial.

Aquando da sua inauguração, a 13 de Maio de 1776, e visto que os edifícios de poder estavam concluídos, as obras pararam, sendo que os edifícios térreos foram considerados em número suficiente para cobrir as necessidades de então.

1.4. ANÁLISE SOCIOECONÓMICA DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Conforme já referido, o plano, e a respetiva arquitetura, obedecem, na generalidade, aos critérios seguidos em Lisboa – uma malha ortogonal, a simplicidade arquitetónica e uniformidade.

Construída em 5 meses, Vila Real de Santo António recebeu os primeiros dirigentes administrativos por nomeação de Pombal, e estes, por sua vez, propunham os habitantes para a vila.

Estas nomeações foram influenciadas pela sociedade, que era constituída, na sua maioria, pelo clero, nobreza e povo, classes que tiveram os seus representantes na Vila.

...” Dos primeiros habitantes eram onze os principais fundadores, oito representando Companhias e três particulares, aquelas e estes donos de toda a frontaria da rua da Rainha – vulgo – Beiramar – e dos armazéns, que constituem os fundos daqueles prédios, para arrecadação e salgas do peixe...”¹¹

Entraram em Vila Real de Santo António, os mais diversos tipos de pessoas e profissionais, tais corregedores, ourives, mestrados, juizes de fora, juizes ordinários, juizes de órfãos, almoxarifes, advogados, médicos, licenciados, mestres de artes e todo o pessoal da Alfândega.

Em 1785, 12 anos depois da sua fundação, Vila Real de Santo António era, uma das vilas mais nobres de Portugal, pois tinha bastantes nobres proporcionalmente ao número de habitantes comuns (povo).

¹¹ ATAÍDE OLIVEIRA – *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Faro, Algarve em Foco Editora, 1999, p.87

Conforme refere Ataíde Oliveiras¹² por volta do ano 1800 as classes dominantes viviam da pesca e da agricultura. Em virtude da vocação pesqueira de VRSA, tal facto fez com que muita gente permanecesse a habita-la, ao contrário do que acontecia noutras zonas do país onde o medo do recrutamento militar e a falta de meios suficientes de subsistência, ou a ambição, levava muitas pessoas a emigrar.



Fig. 8 – “Movimentação frente à Alfândega de Vila Real de Santo António, finais do Século



Fig. 9 – Praça do Marquês de Pombal - “Visita de Sua Majestade D. Carlos e D. Amelia em 1897”

“... em 1900 era de 6117 almas, sendo 3024 do sexo masculino e 3093 do sexo feminino...”¹³

Atualmente Vila Real de Santo António tem cerca de 11900 habitantes¹⁴, apesar do decrescimento populacional verificado nos últimos anos.

1.5. VIVÊNCIAS

Em Carta Régia enviada ao Governador do Algarve, D. José I, em 1773, definia a estrutura urbana de Vila Real de Santo António, que haveria de começar a ser construída logo no ano seguinte.

“... Uma competente Praça onde – sem faltar a comodidade para fazer um amplo mercado – Igreja, casa da Câmara e Terreiro do Pão ocupassem o primeiro lugar, deveria ser o ponto a partir do qual, em linha reta, saíssem as ruas necessárias para as casas, telheiros, lagares e armações das Pescarias. Cada lado das ruas, que teriam

¹² (ATAÍDE OLIVEIRA – *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Faro, Algarve em Foco Editora, 1999, p. 142.

¹³ (Idem.p.133.

¹⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Real_de_Santo_Ant%C3%B3nio

*trinta palmos de largo, seria dividido em chãos de 26 palmos de frente com os fundos necessários para quintais... "*¹⁵

Por volta de finais do século XVIII, Vila Real de Santo António era a primeira cidade construída na extremidade leste do Algarve e o principal centro pesqueiro da província. Ali acorria todo o atum pescado nas diversas armações algarvias, onde era posto à venda na Praça, onde se realizavam os mercados, estes sempre muito concorridos.



Fig. 10 – “A descarga de atum na margem do rio. (1920-1930)”



Fig. 11 – “A Praça de Peixe vista do lado Sul. Junto dela se situavam os mictórios públicos as popularmente conhecidas «salgadinhas» (1910-1920)”



Fig. 12 – “Rio Guadiana, Praça do Peixe e muxama estendida sobre os areais” (1920-1930)”



Fig. 13 – “Movimento de barcos no Rio” (1920-1930)”

Até finais do Século XVIII, a dinâmica social de Vila Real de Santo António, centrava-se à volta do comércio do peixe e de tudo o que com ele estava relacionado. No tocante à atividade agrícola, verificavam-se outras transações sobretudo com laranjas, uvas, tomates, ovos e legumes provenientes das terras férteis que se encontravam perto do rio,

¹⁵ ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.p.39. (Na realidade as ruas têm 40 palmos e não 30 como refere a citação.)

e da serra algarvia. O rio Guadiana era então a melhor alternativa para transporte destes produtos.

*“... Tem carreira diária a vapor pelo Guadiana, tocando em Alcoutim e terminando em Mértola. É importante esta carreira que comunica o Algarve com o Baixo Alentejo...”*¹⁶

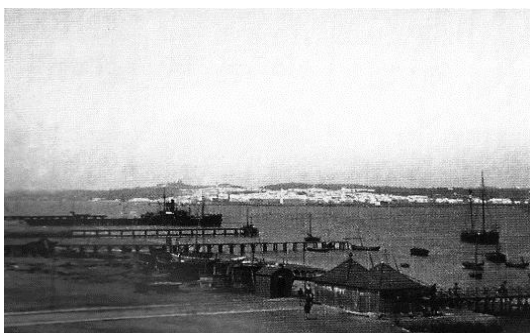


Fig. 14 – “Vila Real de Santo António. Vista do lado Norte. Diversos cais, todos eles já desaparecidos, emprestam uma imagem bem diferente do que posteriormente aí se construiu: Cais Comercial (Anos 30), Alfândega (Anos 40), Apeadeiro da CP (1957)”



Fig. 15 – “Mercado na Praça Marquês de Pombal (Anos 30)”



Fig. 16 – “Jardins da Marginal. Em 2º plano o Grande Hotel Guadiana, obra do Arq. Ernesto Korrodi, inaugurado nos anos 20”

Conforme refere Ataíde Oliveira,¹⁷ em meados do Século XIX, em Vila Real de Santo António, já existia movimentação turística e o comércio começava fortemente a expandir-se. Tinha 4 hotéis, diversas casas de pasto, bonitos cafés, bons estabelecimentos comerciais, 3 farmácias, associações de bombeiros, 2 filarmónicas, teatros, faroleiro, várias agências de bancos e companhias.

¹⁶ ATAÍDE OLIVEIRA, *Op.Cit.*, p.180.

¹⁷ Idem, p.181.

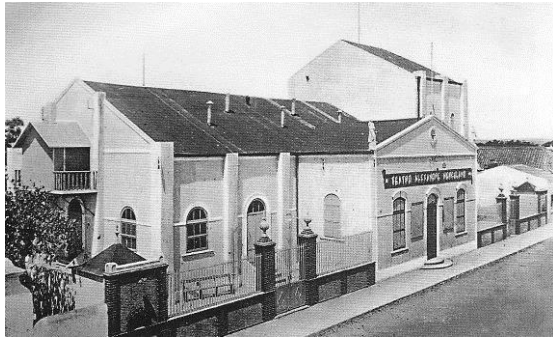


Fig. 17 – “Teatro Alexandre Herculano, na atual Av. Ministro Duarte Pacheco (Anos 30)”



Fig. 18 – “Rua Teófilo Braga, existiu um típico café (Anos 50-60)”

Ao mesmo tempo, as minas existentes no Pomarão, as fábricas do preparo de peixe, e as pescarias vindas de Monte Gordo, faziam com que houvesse no porto de Vila Real de Santo António, um grande movimento de embarcações inglesas, italianas, francesas e espanholas.

Estas movimentações faziam com que através destas embarcações internacionais se fixassem em Vila Real de Santo António muitos estrangeiros onde fundavam o seu negócio.

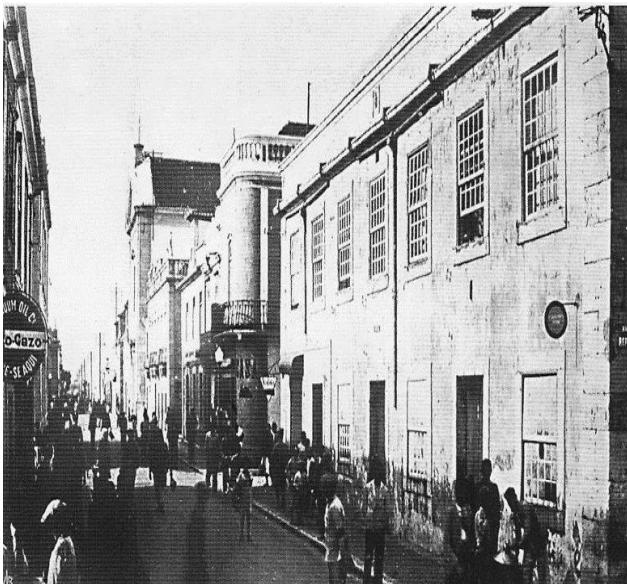


Fig. 19 – “Rua Teófilo Braga vista do lado Nascente (Anos 30-40).”

É construída então a Rua Teófilo Braga, que adquire o estatuto de eixo comercial que liga a Baixa-Mar, a Praça Marquês de Pombal e a zona poente da vila.

Atualmente, Vila Real de Santo António é um dos pontos de entrada em Portugal, especialmente depois da construção da ponte sobre o Rio Guadiana.

Hoje, pequenos comerciantes e famílias espanholas cruzam o rio, não mais para contrabandear

sardinha e acampar nas praias, como outrora acontecia, mas para visitar a cidade, comprar atalhados e provar novos sabores.

1.6. ATIVIDADE ECONÓMICA E INDUSTRIAL

Por volta de meados de 1700 a economia do país deparou-se com um Algarve mergulhado na mais perfeita desorganização e à mercê de estrangeiros que enriqueciam à custa das enormes potencialidades que a região oferecia e, conforme já referido, foi por essa razão que o Marquês de Pombal promoveu uma reforma na economia algarvia.

*“... a Coroa Portuguesa encontrou um Algarve rico em meios e de enorme potencial económico, mas totalmente desorganizados e, por isso mesmo, vendido aos interesses estrangeiros...”*¹⁸

Foi então que o Algarve assistiu à implementação de medidas pombalinas, que visavam o fortalecimento da economia do Estado através de uma férrea organização das suas estruturas, por forma a combater eficazmente o contrabando e a corrupção e assim rentabilizar, para proveito próprio, os enormes recursos produtivos do Algarve.

Ao mesmo tempo, a Espanha preparava reajustamentos na sua política económica visando interesses idênticos aos portugueses, o que faria com que nestes anos existisse um constante despique entre os dois países nas medidas económicas preconizadas, tais como na criação de riqueza interna e na implementação de medidas de controlo da importação e exportação.

*“... o reino de Espanha promovia iguais reajustes na sua política, visando interesses em tudo idênticos aos portugueses ...”*¹⁹

Chegaram mesmo a ser determinadas novas taxas para o pescado visando o pagamento em dobro do que até então se pagava para as exportações de peixe fresco, isentando-se as pescarias para o consumo próprio.

*“... Como forma de incrementar no terreno uma intensa atividade pesqueira, fator de desenvolvimento económico do ‘Novo’ Estado, foi criada a ‘Companhia Geral das Pescarias Reais do Reino do Algarve ...’*²⁰

¹⁸ FIGUEIRAS, Rui, *Op. Cit.*, p.22.

¹⁹ *Idem*, p.24

²⁰ *Idem*

Com a referida companhia em atividade a Espanha contra-atacou procedendo a um ajuste no preço das importações, o que se tornaria insustentável para as pescarias algarvias. Pretendia assim a Espanha que os comerciantes catalães e andaluzes procurassem as praias espanholas e aí fixassem os seus negócios.

Foram então tomadas medidas adicionais que visavam nacionalizar definitivamente as pescarias do Algarve.

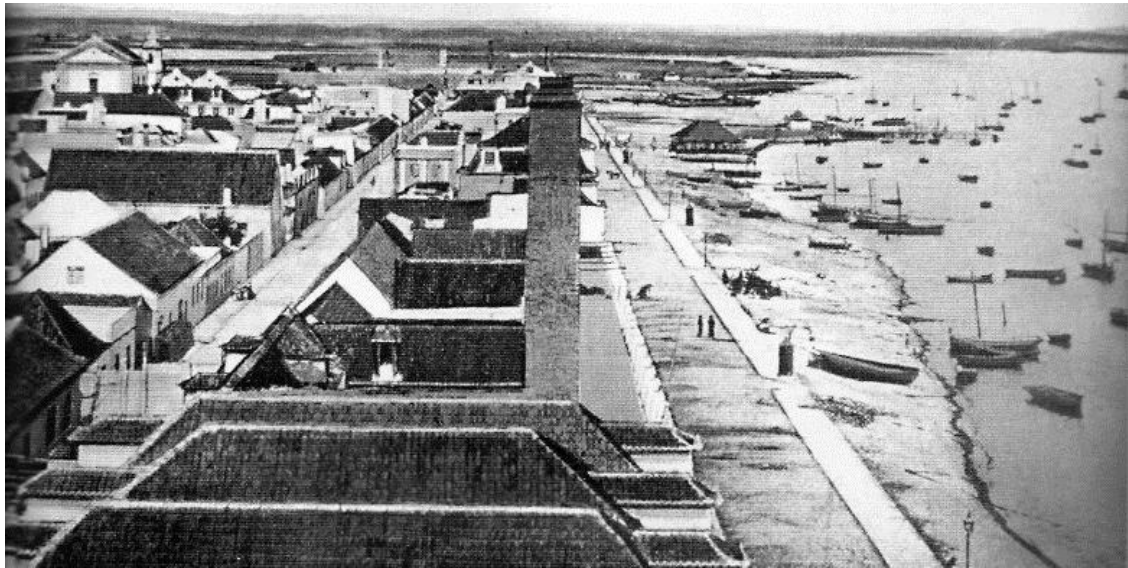


Fig. 20 – “Vista aérea de Vila Real de Santo António tirado na direção Sul/Norte (princípios do Século XX)”

Por sua vez, mais tarde, e em terrenos próximos de Vila Real de Santo António cedidos à Sociedade Agrícola Financeira, veio a desenvolver-se um dos cultivos de tomate mais férteis do Algarve, o que proporcionou um aumento de emprego em Vila Real de Santo António.

Conforme refere Ataíde Oliveira²¹ na segunda metade do Século XVIII, em Vila Real de Santo António as fábricas de peixe, (principalmente sardinha e atum), e as fábricas de tecidos, (lonas de algodão, linho e gesta, panos de linho e outros) faziam com que houvesse um grande crescimento ao nível industrial e comercial. As grandes transações do peixe devidamente preparado atraíam a este porto marítimo muitos navios a vapor que o transportavam, nomeadamente para Itália. Por sua vez, o minério das minas do Pomarão, chamavam igualmente a Vila Real de Santo António, vapores ingleses que muito contribuíam para o revigoramento marítimo da vila.

²¹ ATAÍDE OLIVEIRA, *Op. Cit.*, pp. 140,141 e 175.

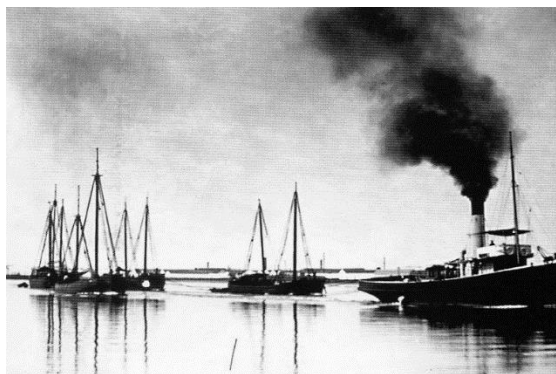


Fig. 21 – “Rebocador arrastando os meio-mundos, barcos carregados de minério extraído das Minas de S. Domingos, e que ficava aguardando exportação no Cais do Depósito (anos 20-30)”

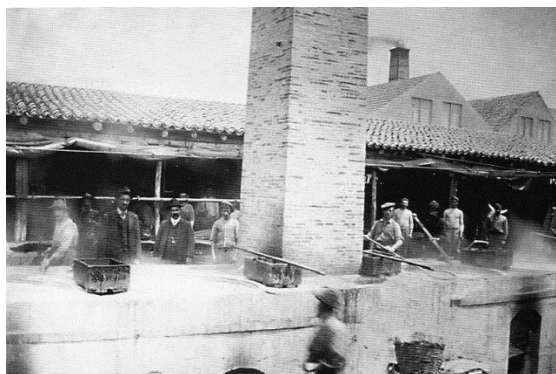


Fig. 22 – “Cozendo o peixe nas caldeiras na fábrica de conservas Parodi (anos 30-40)”

Entretanto, e como atividade primordial de Vila Real de Santo António, o peixe era negociado na lota, e o processo de venda do atum era objeto de acirrada licitação.



Fig. 23 – “Atuns içados pelo guindaste no Cais Comercial, do barco o carro de tração animal, que os conduziria até à fábrica (anos 50); Descarregamento de atum no Cais Comercial, sob as vistas do Guarda Fiscal (anos 50).”

A industrialização no final do Século XIX intensificou a atividade piscatória. A indústria das conservas de peixe deu uma nova vida a Vila Real de Santo António a partir de finais do Século XIX, quando aí se instalaram grandes industriais espanhóis e italianos especialmente dedicados à produção de sardinha e atum. Este desenvolvimento industrial fez expandir as conserveiras ao longo da margem do Guadiana, chegando-se a registar a existência de mais de 40 fábricas de conserva.

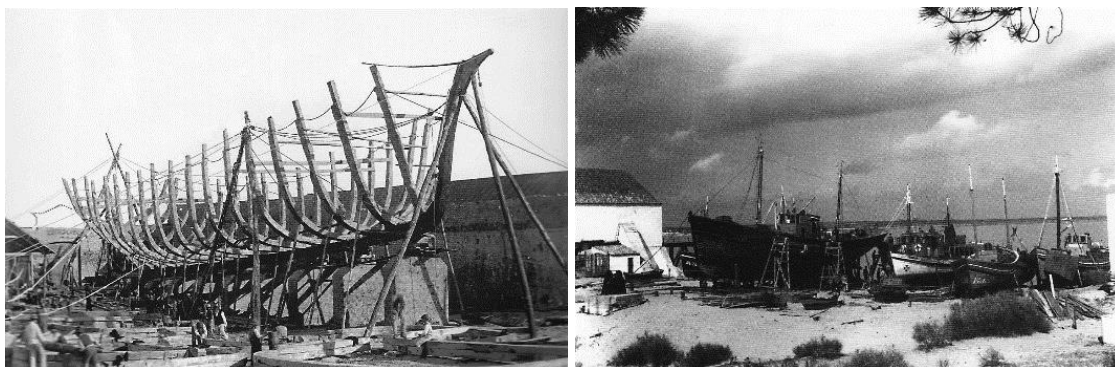


Fig. 24 – “ Estaleiros navais ao Sul da Vila (anos 50); Panorâmica dos estaleiros desta Vila junto ao antigo Cais do Depósito (anos 50-60).”

No final do Século XIX, e início do Século XX, o sector das pescas – sardinha e atum – dinamizou ainda mais a cidade, transformando-a num importante centro pesqueiro e conserveiro.

Atualmente, Vila Real de Santo António vive do turismo, a par da maior parte das zonas do litoral algarvio.

Capítulo II

2. ARQUITETURA E URBANISMO

2.1. COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Segundo Horta Correia parece estar subjacente à morfologia urbana de Vila Real, a simetria, no contexto do princípio do espelho.²²

Dividindo a vila em duas partes iguais por meio de um eixo (leste-oeste) verificamos que cada metade é tendencialmente idêntica à outra, com excepção da Igreja.

Num mesmo quarteirão podem agrupar-se armazéns, habitações, e torreões, no entanto a uniformidade dos alçados tende a reflectir-se no outro lado da rua ou praça.

Dentro de esta ordem de ideias, os alçados periféricos não têm obviamente onde espelhar-se. Por essa razão o conjunto da baixa-mar, (Antiga Rua da Rainha), que constitui a função de grande fachada da vila, não tem contraponto.

²² HORTA CORREIA, José Eduardo Capa – Vila Real de Santo António, *Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, (Tese de Doutoramento) Lisboa, 1984, p.326 a 328

“... A Vila Real de Santo António é um ‘modelo’ na medida que almeja criar uma imagem emblemática de uma nação e de seu governo forte frente ao competidor espanhol. É um modelo quando busca ser uma vila que casa urbanismo e arquitetura em um arranjo único, que não faz concessão a nada, a não ser à simetria e à proporção...”²³

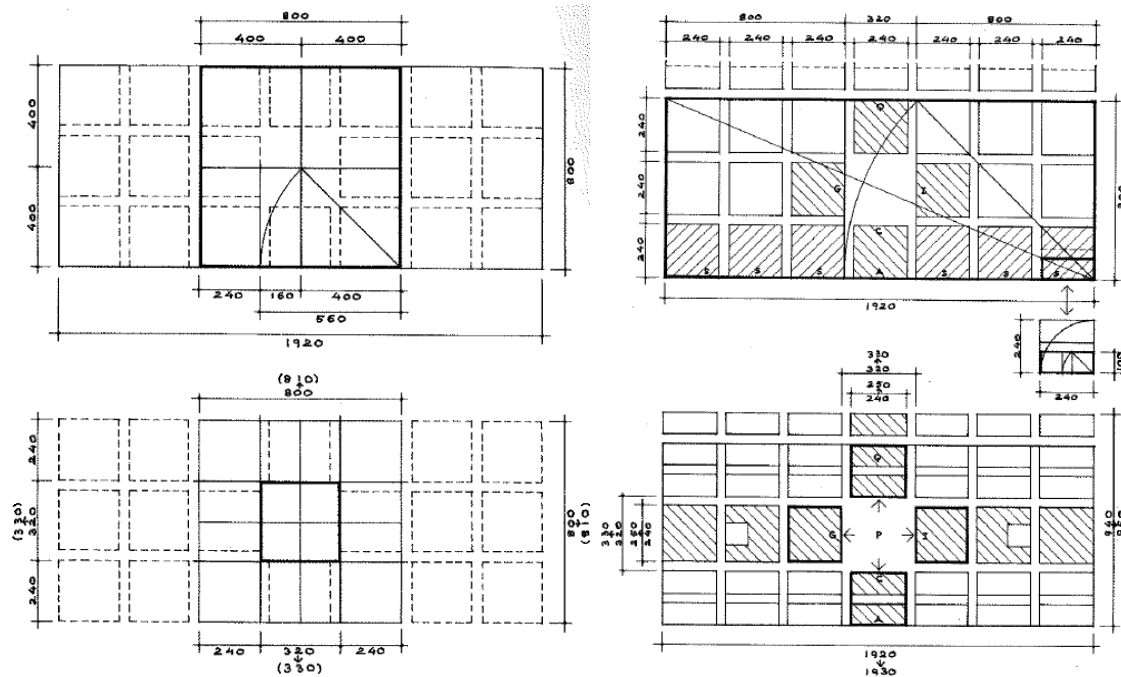


Fig. 25 – “Esquema C. Uma interpretação do processo ou das características conceptuais da estrutura planimétrica a partir do núcleo geométrico e funcional (800x800 palmos) do conjunto urbano significativo”.

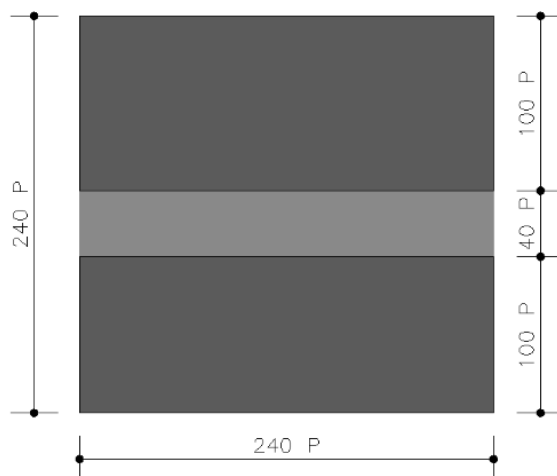


Fig. 26 – “Esquema de quarteirões, dois a dois, divididos por uma rua. O conjunto revela um dos quadrados que compõem o núcleo.”

²³ AZEVEDO, Paulo, in *Op. Cit.*, p.64

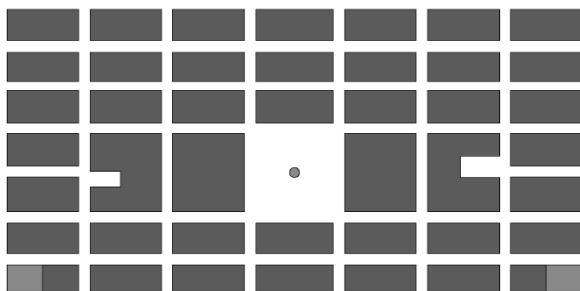


Fig. 27 – “Planta de fundação com os Quarteirões”

Com a construção dos torreões a norte e a sul pretendeu-se criar dois remates, que limitariam a expansão natural da Vila. De facto, com o passar dos anos, a Vila cresceu essencialmente para poente, sendo repetido o modelo conceptual de origem.

A planta da Vila resulta assim de uma malha ortogonal que é o somatório de quarteirões com 240 palmos x 100 palmos que, associados dois a dois, e com a rua que os separa com quarenta palmos de largo, formam quadrados de 240 palmos de lado.

A planta geral foi criada a partir do quadrado correspondente à Praça Marquês de Pombal, ou seja, 330 palmos x 330 palmos.

A Vila ocupa uma área construída correspondente a um retângulo de 1930 palmos x 950 palmos. É constituída por quarenta e um quarteirões: ²⁴ Trinta de 240 palmos x 100 palmos, seis de 250 palmos x 240 palmos e cinco de 250 palmos x 100 palmos. No que respeita às ruas estas têm todas, uma largura de 40 palmos, e distribuem-se: cinco ruas no sentido Norte/Sul e seis ruas no sentido Nascente/Poente.

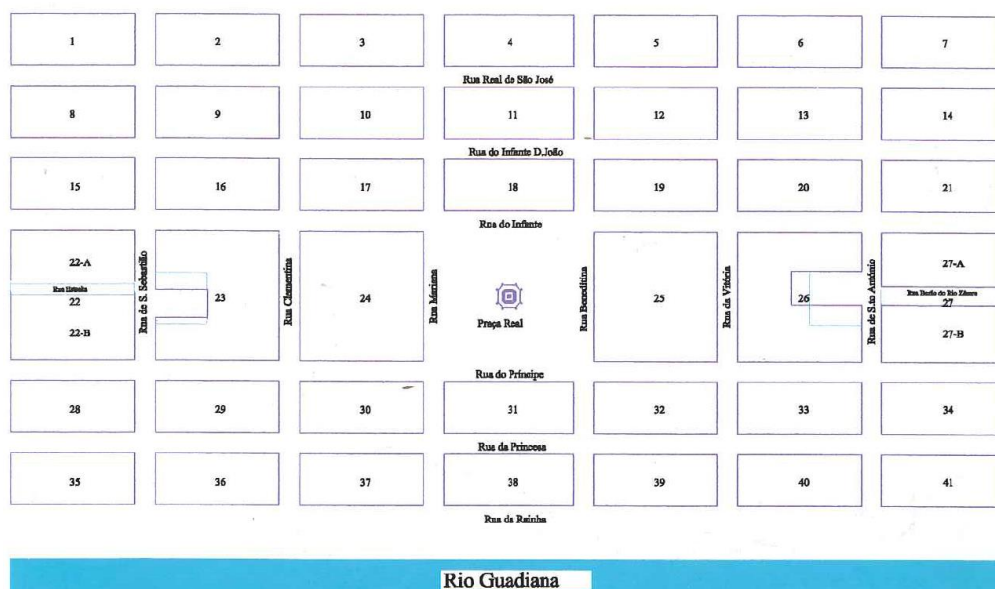


Fig. 28 – Planta de Fundação com a designação dos Quarteirões e a toponímia. Note-se para a alteração verificada nos Quarteirões 22 e 27, bem como nas duas praças laterais. (nesta fig. o autor identifica apenas 41 quarteirões, considerando o plano original sem a alteração).

²⁴ O autor identifica 41 quarteirões, mas com a posterior divisão de dois quarteirões quadrados através de inclusão de ruas, na realidade contabilizam-se 43 quarteirões.

Como acima referido, e como reflexo do limite imposto pelo rio, a primeira fachada a ser construída foi a do limite nascente, a denominada fachada da Vila Pombalina ou Baixa-Mar.

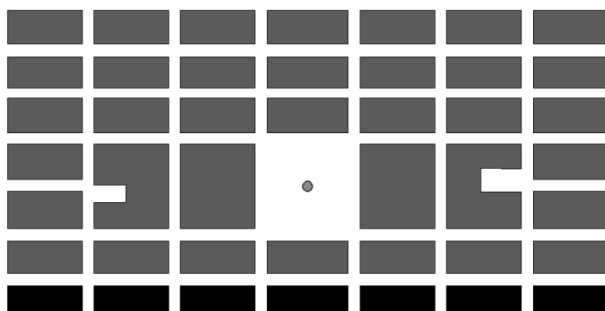


Fig. 29 – “Planta de fundação com os Quarteirões, localização da Fachada da Vila Pombalina ou Baixa-Mar.”

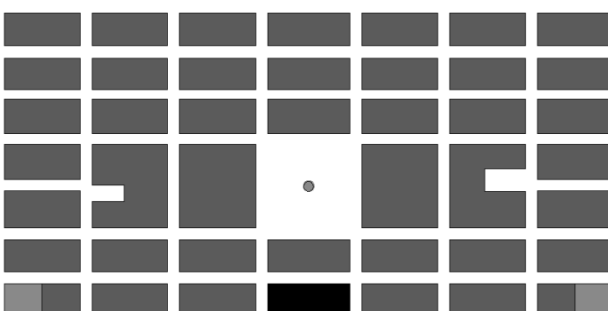


Fig. 30 – “Alçado Nascente – Alfândega e Sociedades”



Fig. 31 – “Alçado Nascente - Alfândega e Sociedades”.



Fig. 32 – “Alçado Poente – Alfândega e Salgas”.

Esta é constituída por um conjunto de edifícios de primeiro andar, arquitetonicamente muito simples, mas de grande beleza no seu conjunto, implantados a 100 palmos do limite do Rio Guadiana.

São compostos por três tipos de edifícios: Alfândega, Sociedades e os dois Torreões que rematam esta frente a norte e a sul.

Como elemento central da fachada da Vila Pombalina está o edifício da Alfândega. Trata-se de um edifício que ocupa uma área de 100 palmos x 100 palmos, e é o único que é diferente e se destaca de todos os outros restantes edifícios.

Integra-se no conjunto arquitetónico através da continuidade da cornija e

da tipologia dos vãos de primeiro andar, duas janelas de sacada, diferenciando-se de todos os outros do conjunto, pelas pilastras em pedra

aparelhada, pelo portão de entrada de maiores dimensões e de fino recorte das cantarias, pelo óculo barroco, assim como, pelas duas portas de peito do Rés-do-Chão de verga curva.

O edifício é rematado por um duplo telhado em mansarda à maneira de Mardel, do mesmo tipo que os restantes que compõem a fachada do quarteirão, mas mais alto.

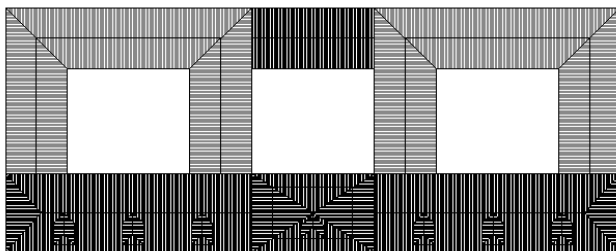


Fig. 33 – “Planta de Cobertura - Alfândega ”.

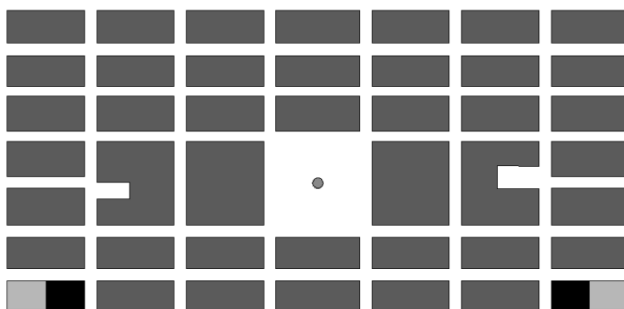


Fig. 34 – “Localização dos Torreões a norte e sul.”

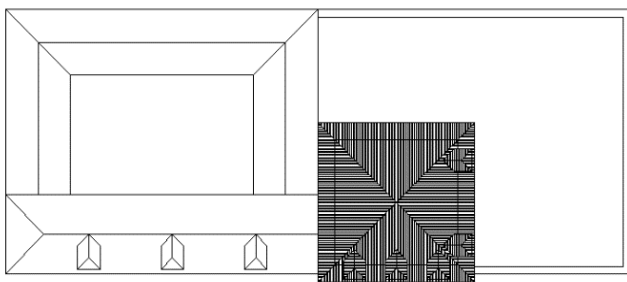


Fig. 35 – “Planta de Cobertura – Torreão Norte.”



Fig. 36 – “Alçado Nascente – Torreão Norte.”

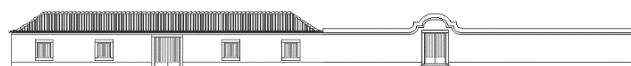


Fig. 37 – “Alçado Poente – Torreão Norte.”

fachada da vila pombalina, mas de maiores dimensões. A fachada é rematada por dois cunhais em pedra aparelhada, sendo o soco, igualmente comum a todos os edifícios da fachada da Vila Pombalina, em argamassa, pintado a cinzento.

Assim como a Alfândega, os Torreões são também edifícios que se destacam em toda a vila pombalina, quer na função para a qual foram pensados, quer no desenho arquitetónico.

Como acima referido, servem de remate norte e sul à fachada da baixa-mar da vila pombalina, e a única diferença entre os dois é a construção de mais uma trapeira central no torreão norte.

As plantas são quadradas e têm uma dimensão de 60 x 60 palmos, ocupando metade de um quarteirão, sendo a restante área composta por um logradouro/jardim. Este é envolvido por um muro rematado por espigões, existindo um único portão para as traseiras.

A fachada de cada um dos torreões é composta por três vãos, encontrando-se marcada por um elemento composto pela junção do portão de entrada para a habitação e uma janela de sacada com cantaria de desenho recortado, assim como três janelas com sacada, similares às restantes da

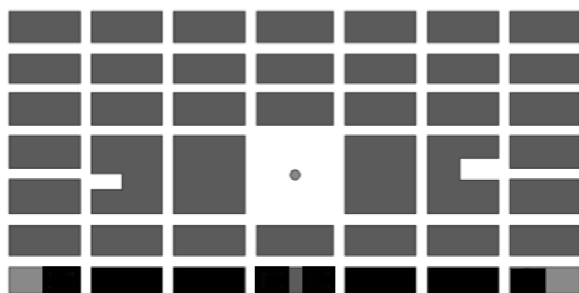


Fig. 38 – “Localização das Sociedades e das Salgas.”

A horizontalidade é acentuada através do friso, que separa os dois pisos, que tem continuidade nos restantes edifícios, sendo o elemento unificador do conjunto.

As Sociedades de Pescarias, também compõem a fachada da Vila Pombalina. Estas são doze unidades de complexos industriais de comercialização de sardinha.

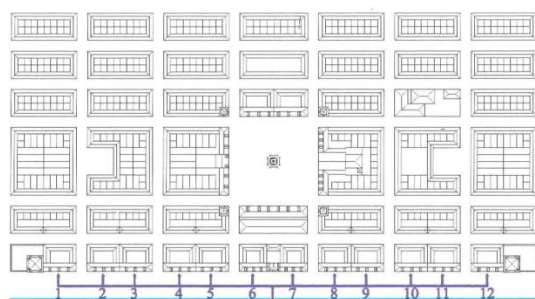


Fig. 40 – Localização e numeração das Sociedades - o pescado entrava na Alfandega para controlo por parte das autoridades.

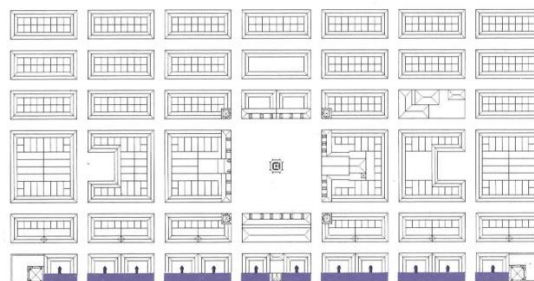


Fig. 39 – Indicação das Sociedades para onde se distribuía o pescado depois de passar pela Alfandega.

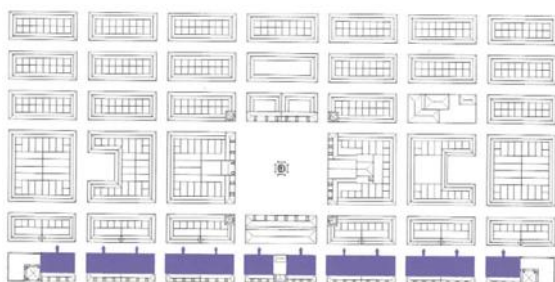


Fig. 41 – Localização dos alpendres das Sociedades, onde era o peixe escamado, salgado e colocados em pipas de sal.

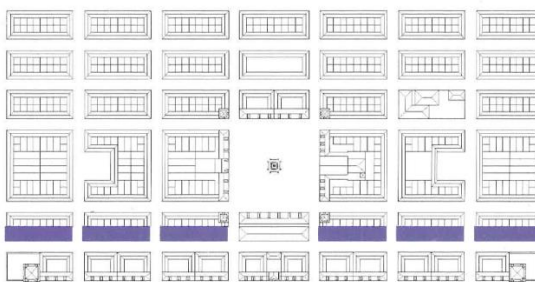


Fig. 42 – Indicação dos armazéns, onde se guardavam os produtos fabricados para posterior comercialização.

“... As doze unidades correspondentes às Sociedades pesqueiras, são autênticos complexos industriais de manufatura, armazenamento e comercialização de sardinha ...” ²⁵

²⁵ (Vila Pombalina, FIGUEIRAS, Rui, p. 44.

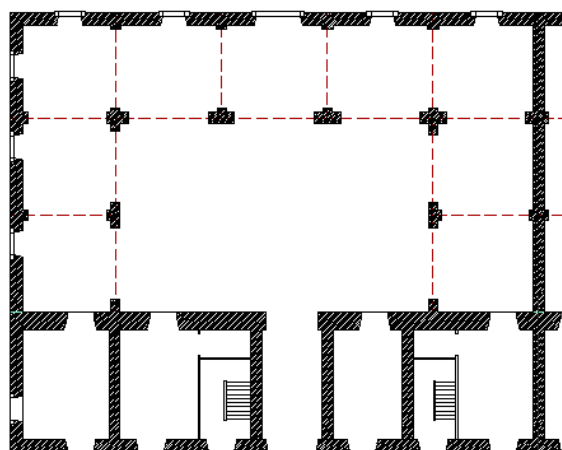


Fig. 43 – “Organização espacial – Sociedades e Salgas.”

uma sequência de sete janelas de sacada, com cantarias muito austeras, em cima de sete portas, à exceção do portão central.

A área destes edifícios corresponde a meio quarteirão, ou seja, 120 palmos x 100 palmos, sendo que nos pisos superiores destinados a habitação e escritório a sua dimensão é somente de 120 palmos x 32 palmos.

Interiormente estes edifícios eram muito simples com compartimentos interligados e sem corredor de distribuição.

A fachada destes edifícios é composta por



Fig. 44 – “Alçado Nascente – Sociedades e Salgas.”

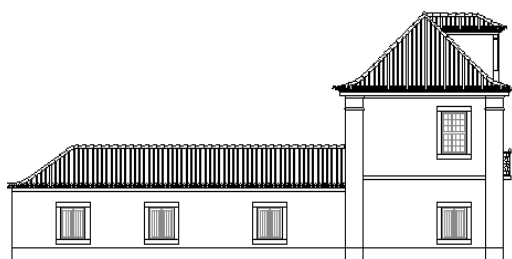


Fig. 45 – “Alçado Lateral Sul – Sociedades e Salgas.” (O alçado lateral Norte é idêntico)

O portão central de acesso ao interior das salgas está protegido por dois moirões que evitam a degradação das cantarias do portão, quando os carros de transporte de pescado roçam nas ombreiras.

Os remates laterais das fachadas dos quarteirões das sociedades são feitos por dois cunhais em pedra aparelhada e travada, não existindo pilastras de separação entre sociedades num mesmo quarteirão, a não ser pela parede corta-fogo de nas coberturas.

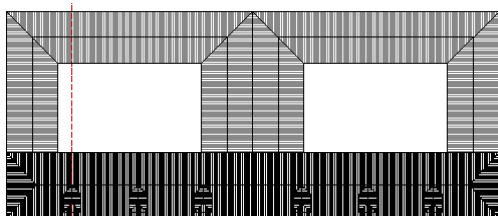


Fig. 46 – “Planta de Cobertura com marcação do Corte – Sociedades e Salgas.”

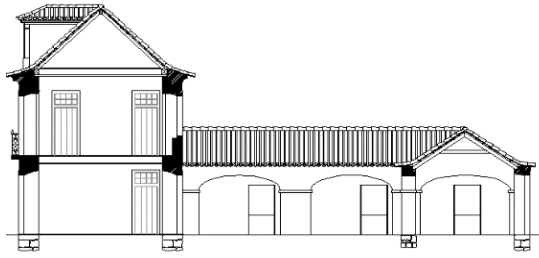


Fig. 47 – “Corte – Sociedades e Salgas.”

Em todo o conjunto o rés-do-chão é separado do primeiro andar por uma espécie de rodapé corrido, sendo que o beirado assenta em cornija. Estes elementos arquitetónicos prolongam-se em toda a extensão dos edifícios da fachada da vila pombalina.

A parte de trás das sociedades de pescado era destinada a unidades de preparação das salgas, e os edifícios térreos a poente, com a exceção do mercado, armazenavam o produto final para comercialização.

Estes, eram telheiros que fechavam pátios interiores com arcarias abertas para eles, de três arcos no sentido Nascente/Poente e dois arcos no sentido Norte/Sul.

Cada unidade ocupava uma área de 120 palmos x 50 palmos ou 120 palmos x 65 palmos para as salgas.

As fachadas para a rua destes telheiros eram compostas por cinco vãos, (um portão e quatro janelas) simetricamente alinhados com os vãos dos edifícios das sociedades da vila pombalina.

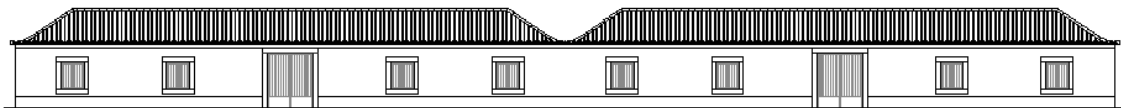


Fig. 48 – “Alçado Poente – Sociedades e Salgas.”

Simetricamente, de frente para estas fachadas, e apenas separada pelos 40 palmos correspondentes á rua, estavam as fachadas dos armazéns. Estes são igualmente cobertos por um telhado de quatro águas, com iguais arcarias interiores e com um muro de separação da zona habitacional.

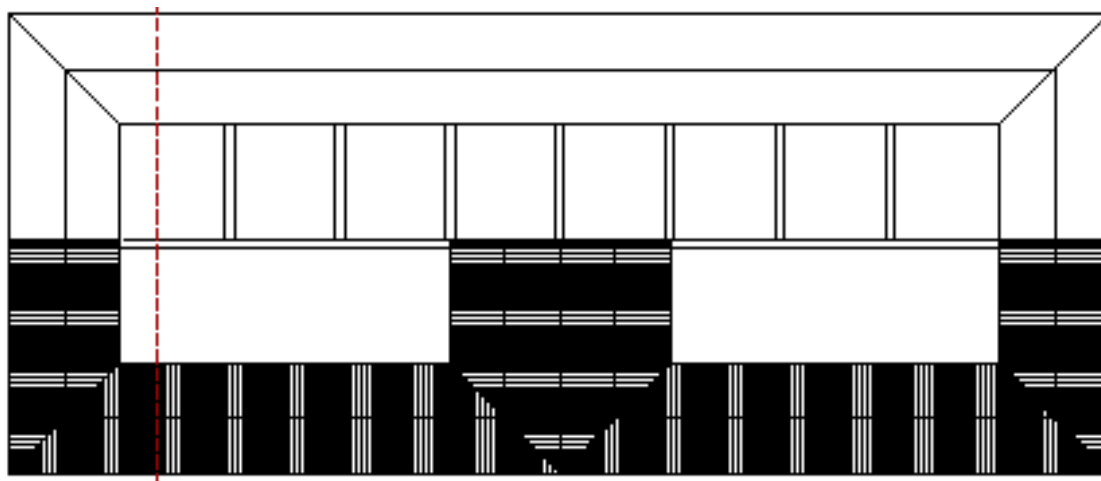


Fig. 49 – “Planta de Cobertura com marcação do corte – Armazéns.”

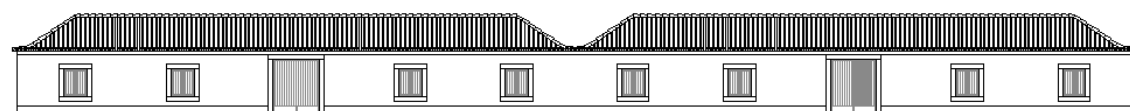


Fig. 50 – “Alçado Nascente – Armazéns.”

A fachada lateral mais reduzida destes edifícios, era apenas composta por quatro janelas simetricamente posicionadas.

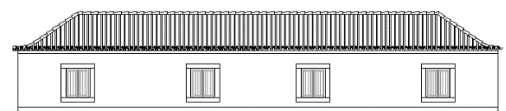


Fig. 51 – “Alçado Sul e Norte – Armazéns.”

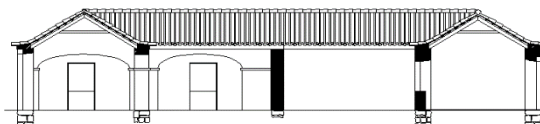


Fig. 52 – “Corte – Armazéns.”

Ainda na Rua da Princesa, que é a primeira paralela à Baixa-Mar, estava situado o mercado, sendo este o único edifício sem a função de armazém e salga, como atrás referido.

Este ficava por detrás do edifício da Câmara, ocupando metade do quarteirão, isto é, com uma dimensão que roda os 50 palmos x 240 palmos.

A sua fachada era constituída por uma ampla arcada e coberta por telheiro único de quatro águas.

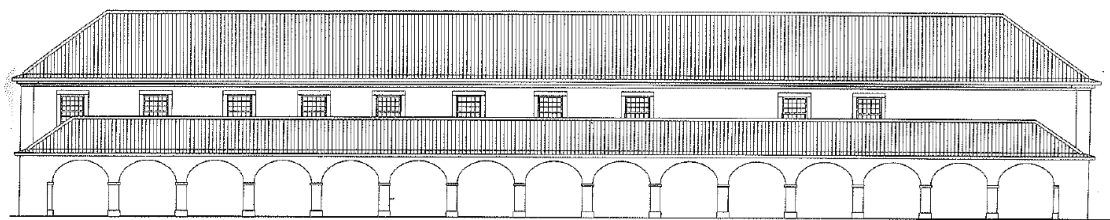


Fig. 53 – “Alçado Nascente – Casa da Câmara e Mercado.”

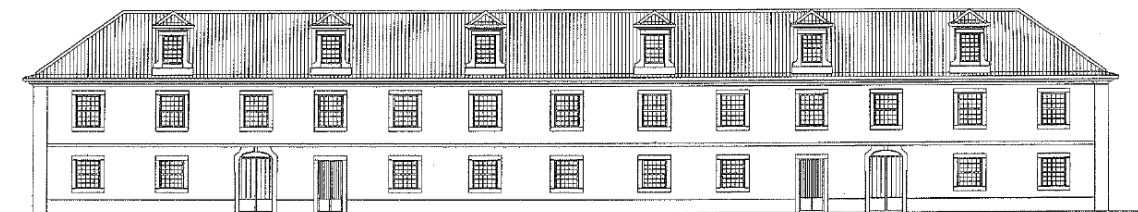


Fig. 54 – “Alçado Poente – Casa da Câmara e Mercado.”

Fig. 55 – “Alçado Lateral Norte – Casa da Câmara e Mercado.” (O alçado lateral Norte é idêntico)



“... Por detrás das casas da Câmara e “em toda a extensão das ditas casas” com frente para a rua da Princesa e traseiras da Alfândega foi construída uma Arcada, contrariando talvez o programa inicial...”²⁶

A implantação do mercado neste quarteirão implicou que as duas sociedades que ladeavam a Alfândega ficassem sem armazém.

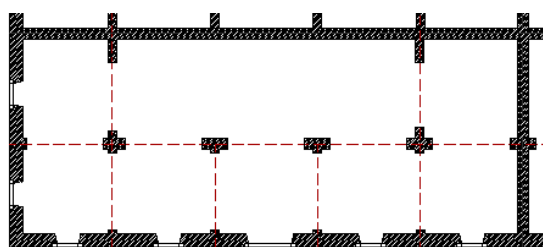


Fig. 57 – “Esquema de organização espacial – Armazéns.”

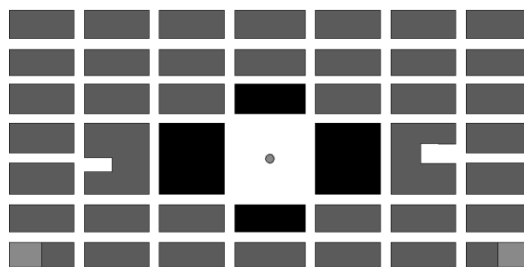


Fig. 56 – “Planta de Localização dos Edifícios da Praça Marquês de Pombal.”

²⁶ HORTA CORREIA, José Eduardo Capa, *Op. Cit.*, pp.308 e 309

O edifício da Câmara, assim como a Cadeia, o Corpo da Guarda e a Igreja, situam-se na Praça, hoje denominada, Praça Marquês de Pombal, mas que na altura da sua fundação era denominada Praça Real.

Para além destes edifícios principais, todos os restantes edifícios de dois pisos que formam o centro comercial e social da Vila, destinavam-se a comércio no rés-do-chão e habitação no primeiro andar.

Os edifícios da Praça Real, contrariamente aos edifícios da fachada da Vila Pombalina da Baixa-Mar, só possuem janelas de peito no 1º andar. São em número de 13 que aprumam com os vãos do rés-do-chão.

Como os demais da frente da Baixa-Mar, o seu desenho é muto simples, com cantarias de recorte bem marcado, roda pé em argamassa a marcar a separação entre pisos, cornijas socos e pilastras de canto. Também estes têm trapeiras na cobertura.

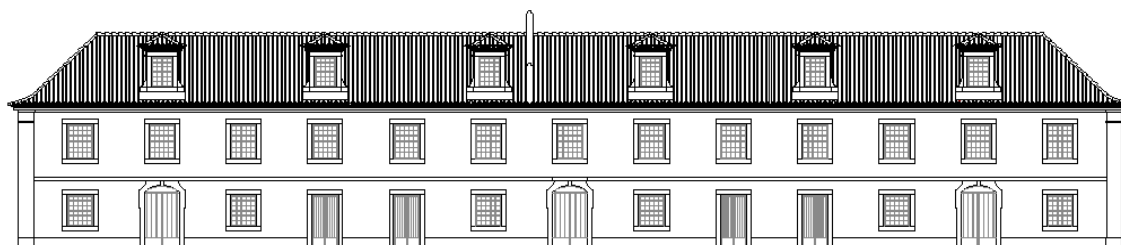


Fig. 58 – “Alçado Nascente – Praça Marquês de Pombal.”



Fig. 59 – “Alçado Lateral Norte – Praça Marquês de Pombal.” (simétrico em relação do Alçado lateral Sul).

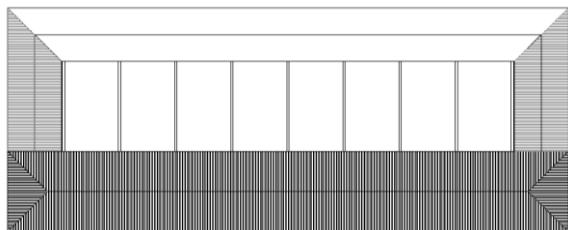


Fig. 60 – “Planta de Cobertura do Edifício Nascente – Praça Marquês de Pombal.”

A exceção da igreja são edifícios rematados por telhado corrido de três águas, separados por corta-fogo.

A Praça Real é constituída por 4 fachadas sendo a única diferente a da igreja. Esta foi implantada no lado norte seguindo o eixo espiritual criado conjuntamente com o cemitério.

A sua fachada foi igualmente desenhada por Reinaldo Manuel dos Santos e está situada no centro do quarteirão ocupando mais ou menos 50 palmos de largura. É uma igreja de uma nave, com altares laterais e capela-mor.

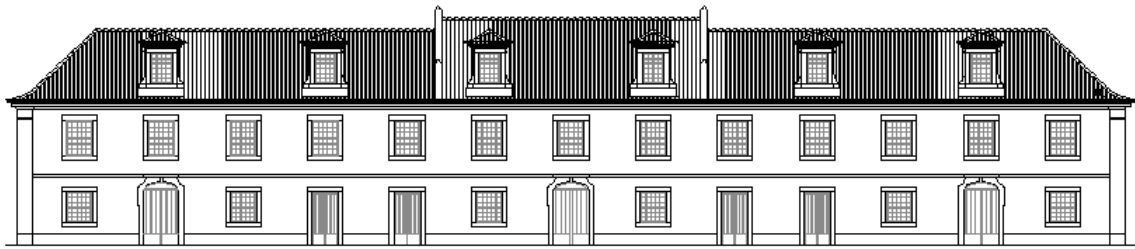


Fig. 61 – “Alçado Sul – Praça Marquês de Pombal.”

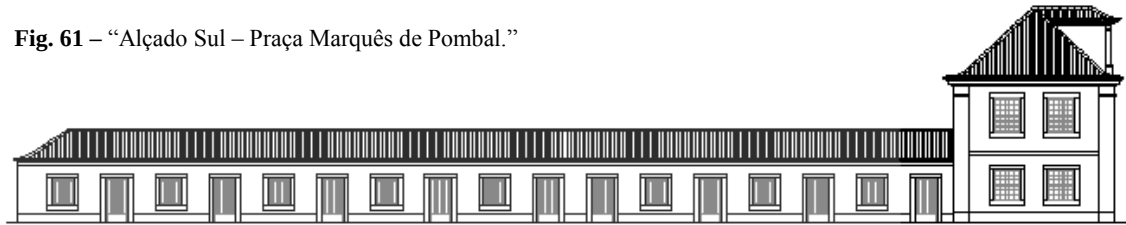


Fig. 62 – “Alçado Lateral Nascente – Praça Marquês de Pombal.”

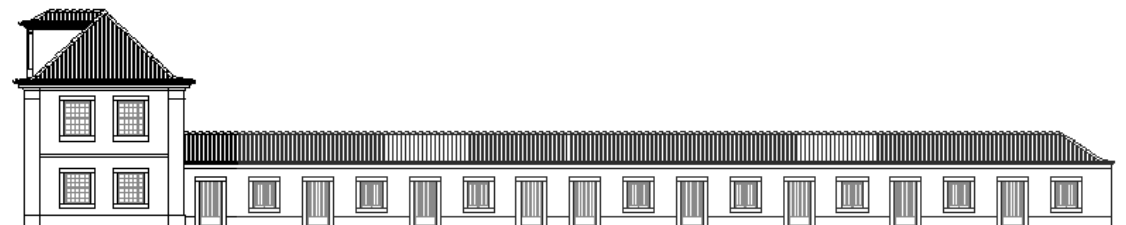


Fig. 63 – “Alçado Lateral Poente – Praça Marquês de Pombal.”

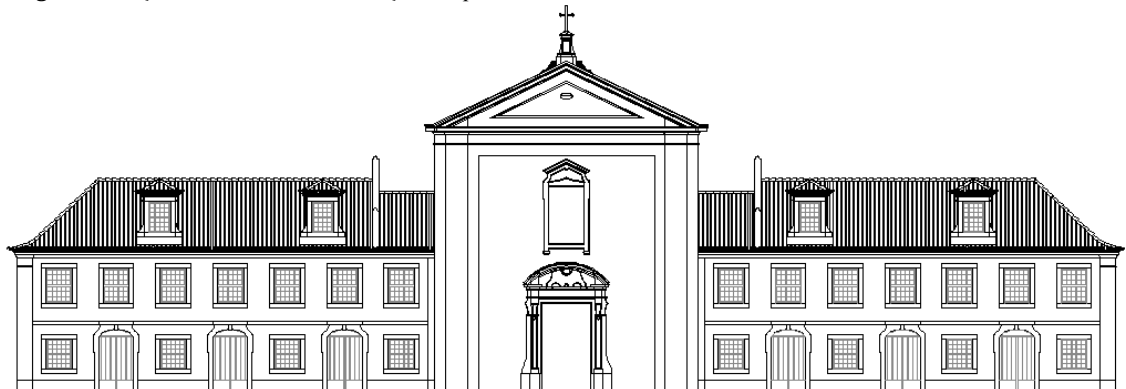


Fig. 64 – “Alçado Norte – Praça Marquês de Pombal.”

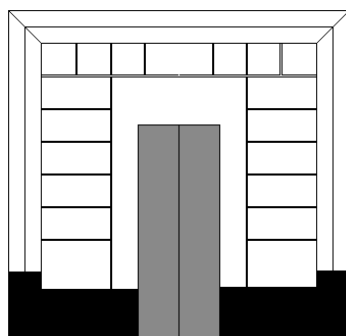


Fig. 65 – “Planta de Cobertura do Edifício da Igreja – Praça Marquês de Pombal.”

O centro da Praça Real é marcado pelo obelisco erguido em honra de D. José I, simbolizando o poder do Estado. A Praça é um quadrado de 330 palmos e, conforme refere Rui Figueiras, aparenta centralidade através da forte expressão imposta pelo obelisco, pois na realidade situa-se ligeiramente descaída para a zona da baixa-mar.



Fig. 67 – “Obelisco, centro da Praça Real”



Fig. 67 – “Obelisco, centro da Praça Real”

O posicionamento central da praça tem razões de ordem política, como afirmação do poder real, e o facto de se situar atrás da grande fachada da Baixa-Mar, não lhe retira essa primazia, dado o desenho dos seus edifícios e a presença do obelisco.

Construído em mármore branco, ocupa um quadrado de 50 palmos x 50 palmos, e

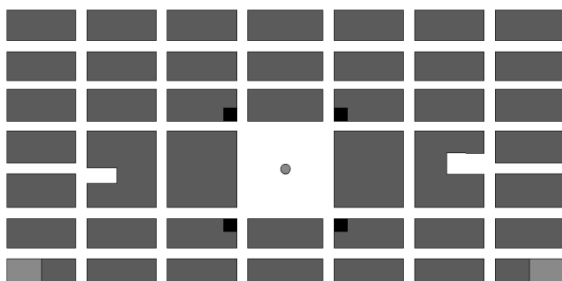


Fig. 68 – “Planta de Localização dos Torreões – Praça Marquês de Pombal.”

eleva-se mais ou menos até uma altura de 50 palmos.

Como centro geométrico da Praça Real, situa-se, claro está, na intersecção das diagonais que os quatro torreões dos cantos da praça insinuam, acentuando assim a sua forma quadrada.

Os torreões pertencem aos quarteirões de casas térreas, mas por sua vez assumem as proporções e características dos edifícios da Praça Real, integrando-se por isso nela.

Da mesma forma que os torreões a norte e a sul da Baixa-Mar demarcam a vila, estes demarcam a praça.

Como muitos dos outros edifícios de dois pisos, estes também estavam destinados a habitação e comércio.

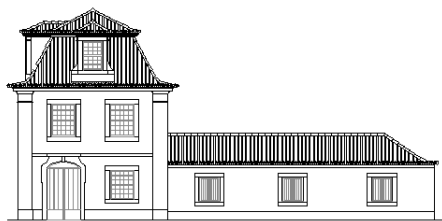


Fig. 69 – “Alçado menor do quartirão que incorpora os torreões da Praça Marquês de Pombal”

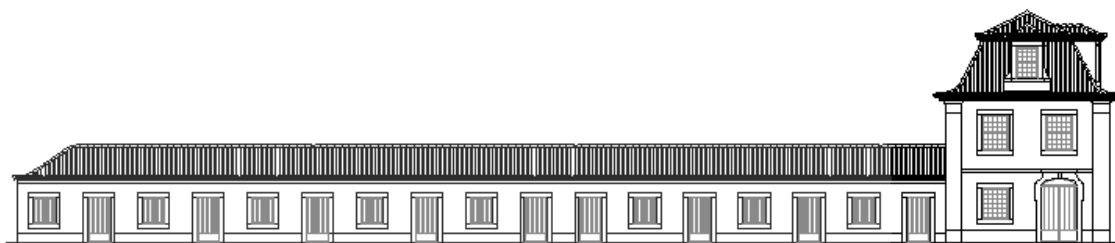


Fig. 70 – “Alçado maior do quartirão que incorpora os torreões da Praça Marquês de Pombal.”

À semelhança de todos os outros, estes são edifícios com pilastras de canto, friso, cornija em argamassa e mansardas.

Todos os torreões (tanto os da praça como os da Baixa-Mar) são rematados com um duplo telhado em mansarda.

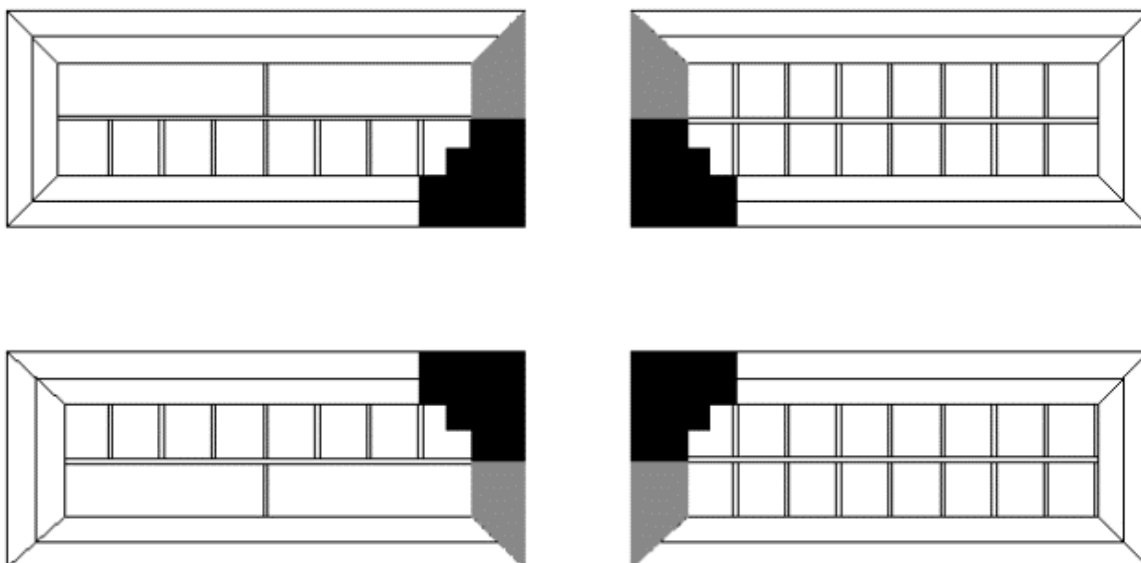


Fig. 71 – “Planta de cobertura dos 4 quartirões da Praça Marquês de Pombal – Marcação do Torreões”

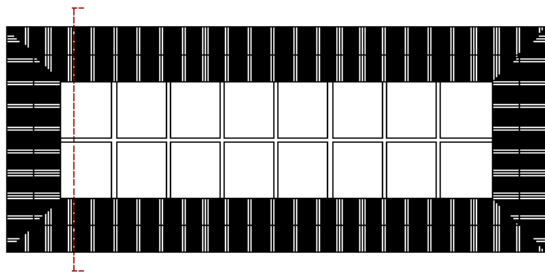


Fig. 72 – “Planta de Cobertura com marcação do corte – zona residencial.”

Os restantes quarteirões de um só piso térreo, e que constituem a maioria dos quarteirões da Vila, destinam-se a residências. São todos praticamente iguais, com as dimensões de 240 palmos x 100 palmos. Estes subdividiam-se em 10 unidades iguais de 24 palmos x 100

palmos, que por sua vez podiam subdividir-se em vinte unidades de 24 palmos x 50 palmos, através da introdução de um muro divisor em todo o quarteirão.

Já as fachadas têm uma altura de aproximadamente 13 palmos até ao limite inferior do friso (faixa de argamassa que equivale à cornija) do beirado, devendo-se somar ainda 2/3 de um palmo, que corresponde à altura do referido friso.

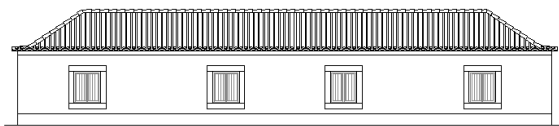


Fig. 74 – “Alçado Menor Tipo – zona residencial.”

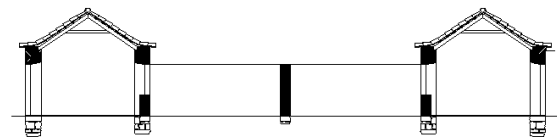


Fig. 73 – “Corte – zona residencial.”

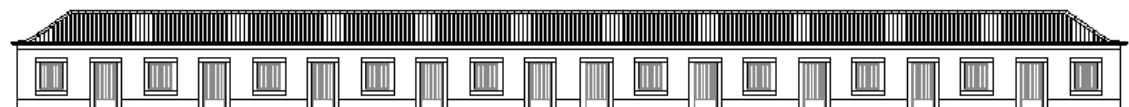


Fig. 75 – “Alçado Maior Tipo – zona residencial.”

Os vãos organizam-se em cinco conjuntos de porta/janela, seguindo sempre uma sequência que começa com uma janela em cada extremidade da fachada.

A regra de simetria usada está associada à regra do espelho no centro do quarteirão.

Estas casas de habitação térreas são o resultado de uma economia de meios, pensados e postos em prática desde o início do processo de construção da vila pombalina, através dum rígido controlo de custos, que se traduziram também na escolha de materiais de construção mais económicos.

Estes edifícios, mais modestos que os da fachada da Baixa-Mar e da praça, são rematados com uma cobertura de duas águas e beirado simplesmente assente numa faixa de argamassa simples em vez de cornija.

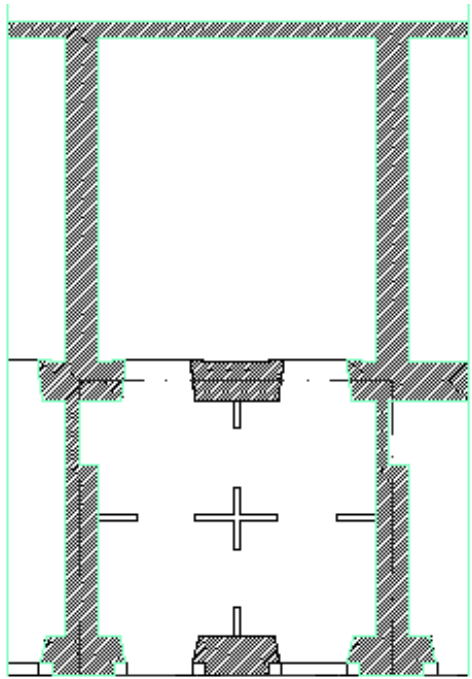


Fig. 76 – “Tipologia 1, esquema de ocupação dos lotes – zona residencial.”

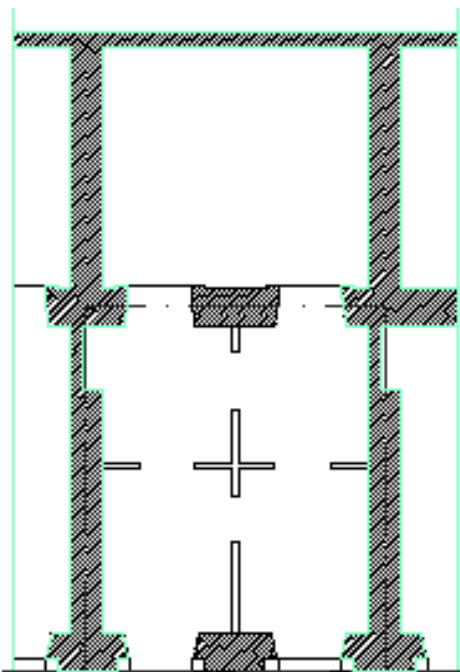


Fig. 77 – “Tipologia 2, esquema de ocupação dos lotes – zona residencial.”

A construção das casas térreas foi marcada também por outras alterações. As casas térreas eram construídas seguindo tipologias distintas.

Numa primeira fase, nas fachadas norte e sul, só existiriam quatro vãos de janelas de peito. Só nos casos em que viesse a existir comercio, poderia existir a alteração de vãos de janela para vãos de porta.

No PPS.NP.VRSA são indicadas quatro tipologias distintas de casas térreas.

A primeira com planta de 24 palmos de largura x 24/30 palmos de fundo, sendo que a restante área era destinada ao quintal.

Podia ser dividida interiormente por tabiques formando quatro divisões ou ter planta livre, somente com a cozinha.

A fachada poente ou posterior que estabelecia numa primeira fase a divisão entre o quintal e a rua, era igualmente com dois vãos idênticos. Assim conseguia-se manter as características nos alçados dos quarteirões.

A segunda tipologia tem uma planta de 24 palmos de largura x 36 palmos de profundidade, sendo que a restante área, tal como as outras casas, era destinada ao quintal. Esse aumento da profundidade das casas era á custa da área dos respetivos logradouros.

Devido à demora das obras de construção da Vila, muitos destes módulos foram já construídos ao longo do século XIX, dando origem a uma

mistura de influências já desta época, especialmente nos telhados, que contrariando o projeto de fundação, foram evoluindo e dando origem a múltiplos telhados (ver figura 79).

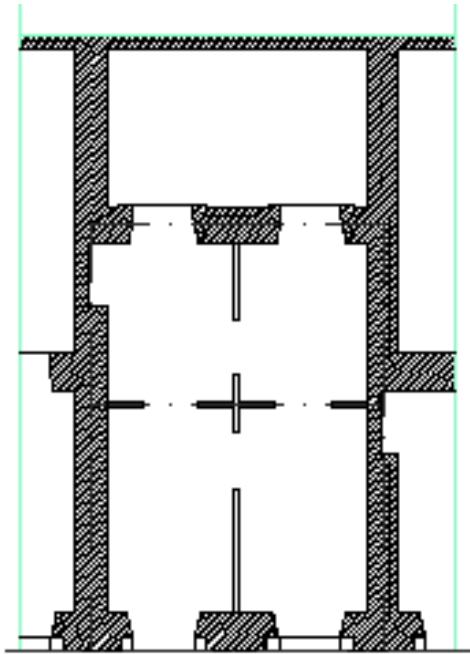
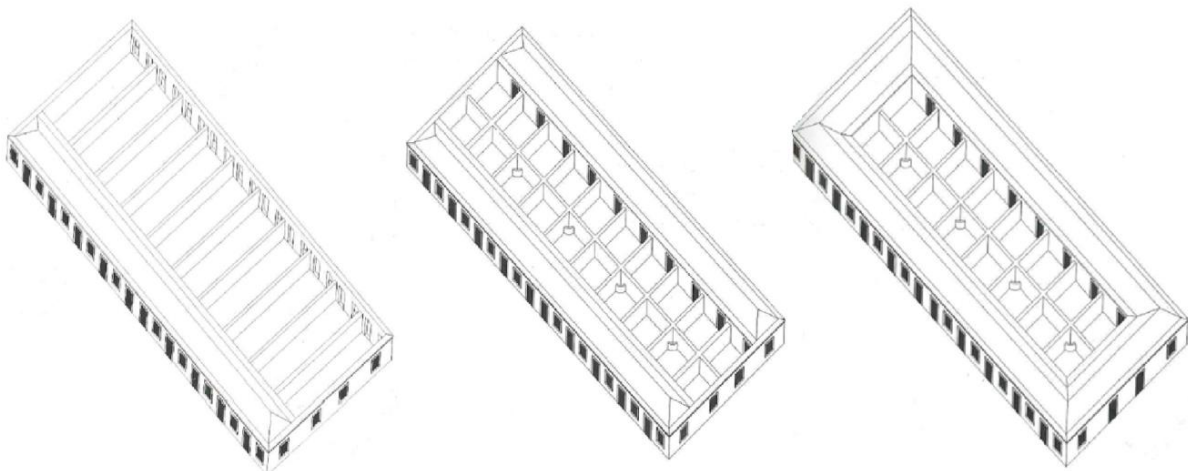


Fig. 78 – “Tipologia 3 e 4, esquema de ocupação dos lotes – zona residencial.”

A terceira tipologia resulta da duplicação de área da primeira tipologia, resultando numa casa de maiores dimensões com um quintal ainda mais pequeno.

Por último, a quarta tipologia é igual á terceira tipologia, com a diferença de que, para além de habitação, pode também ter uso comercial ou de oficina. Devido a essa mudança de usos, verificam-se, em alguns casos, alterações nas tipologias dos vãos, com alterações de porta por janela e/ou janela por porta, entre outras.



A fig. 79 mostra as evoluções ocorridas na construção dos quarteirões térreos que compõem o Núcleo Pombalino. Da esquerda para a direita verificamos a evolução ocorrida nos telhados, adaptando-se às ampliações efetuadas. Conforme aumentava a necessidade de alojamento, assim eram progressivamente diminuídos os quintais, para dar lugar a mais habitações.

Fig. 79 – 1º Fase – Construção de 10 fogos na fase nascente dos quarteirões e aplicação de vãos (cantarias) em todos os alçados. Simulação do beirado em todo o perímetro exterior

2º Fase – Construção de mais 10 fogos na fase poente. Duplicação do telhado contínuo em quatro águas.

3º Fase – Construção dos topos dos quarteirões com supressão dos quintais dos módulos periféricos dos quarteirões e aplicação de vãos com respetivas cantarias em todos

2.2. MATERIAIS E METODOLOGIAS CONSTRUTIVAS

Conforme refere Horta Correia os processos de standardização e pré-fabricação da arquitetura pombalina, com provas dadas na reconstrução de Lisboa, foram aplicados na construção de Vila Real de Santo António.

Todas as pedras de cantarias foram fornecidas pela Corte, devidamente talhadas e aparelhadas.

As pedras de alvenaria irregulares das paredes também foram transportadas por barcos, desde as zonas mais próximas onde puderam encontra-las, nomeadamente na serra algarvia junto ao Guadiana.

Os elementos tradicionais comumente utilizados, como a terra, a madeira a pedra para alvenarias, e os tijolos de barro ou lajetas, foram adaptados por forma a serem moduláveis permitindo a máxima flexibilidade e adaptabilidade a diferentes situações.

Na realidade a pouca altura dos edifícios e o facto de se encontrarem em terrenos arenosos não justificava a utilização do sistema lisboeta da “Gaiola”. Apenas nas casas de 1º andar, nas zonas que se interligavam com a estrutura do telhado, águas furtadas e interligação com o madeirame dos pisos, foi utilizado um sistema similar e também usado em lisboa denominado “Taipal à Galega”²⁷ que consiste numa argamassa de cal, argila, cortiça e azeite, que cobria uma estrutura de prumos e barrotes de travamento.



Fig. 80 – “Construção tipo gaiola conforme método construtivo utilizado na Baixa Pombalina em Lisboa - Alfândega.”

Esta configuração resulta do facto do triângulo ser indeformável.

A utilização de tramos curtos, possivelmente, estava relacionada com a escassez de madeira na região de Lisboa, aquando do surgimento do Gaioleiro, e também devido ao facto de se conseguir diferentes alturas de pé-direito ou para intercalar no comprimento com as portas.

Nos edifícios de dois pisos, os pavimentos do 1º andar eram em sobrado de tábuas que assentavam (e ainda assentam nos pavimentos que não foram substituídos)

diretamente sobre os vigamentos de madeira. Estes são encastrados nas paredes resistentes de alvenaria.

²⁷ Idem, p.331

O soalho é de pranchas de pinho de 22 milímetros de espessura e 16 centímetros de largura, podendo, nas salas de visita, ter apenas oito ou nove centímetros de largura, por ser de madeiras mais nobres e, mais dispendiosas.

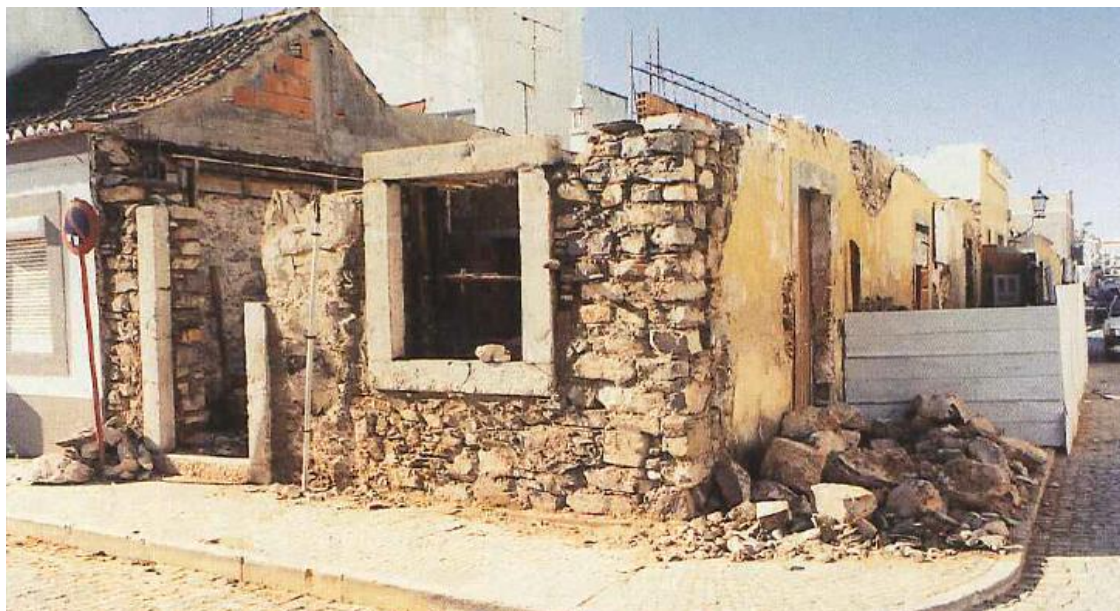


Fig. 81 – Recuperação / Reabilitação de um edifício no gaveto das ruas Infante D. João V e Victória – Salvaguarda dos valores materiais e tipológicos. Rui figueiras, p. 69 (Nesta figura observa-se perfeitamente a forma como eram aplicadas as alvenarias de pedra e as cantarias dos vãos)

Tanto as paredes da fachada como as do logradouro têm uma espessura de cerca de 60 cm, que se mantem constante em toda a altura do edifício. Estas paredes são construídas em alvenaria de pedra irregular e argamassa de barro e cal. Usa-se também alvenaria compacta de tijolo lambaz, em elementos como os tabiques, arcos de ressalva das padieiras dos vãos, arcos de compressão e em cornijas argamassadas.

As cantarias dos vãos são assentes nas paredes estruturais e presas a estas com elementos metálicos.

As portas interiores eram abertas entre os prumos estruturais que compunham os tabiques ou paredes interiores. Nestas estruturas era utilizada a madeira de pinho, com exceção das zonas perto das janelas e da cozinha, onde se aplicava madeira de carvalho. Os tabiques organizam-se sempre em posição ortogonal entre si, sendo mais comum o posicionamento em “T”. Estes não têm forçosamente correspondência nos pisos superiores, e eram construídos com pranchas de madeira travadas com uma travessa em diagonal.



Fig. 82 – “Batente de uma porta na Praça Real.” e “Pormenor de um vão de sacada, com caixilho e taipal (corta sol) interior e gradeamento em ferro (igual em todos os edifícios)

As portas são de dois tipos: as de travessas e as engradadas.

As portas de travessas consistem usualmente em três tábuas verticais com os bordos chanfrados e arredondados fixas por três travessas horizontais. Estas portas existem ainda no

interior dos fogos, especialmente nos pisos superiores, nas portas de

armários e muitas vezes constituem as sólidas portas de entrada dos prédios. Na sua maioria, conservam ainda as ferragens originais como: puxadores, dobradiças, fechaduras.

As portas de entrada dos prédios são geralmente de travessas, sólidas, e possuem na parte superior uma grade de ventilação na zona da bandeira.

No que se refere às portas engradadas, existem dois tipos: uma mais simples em que as almofadas ficam, de um lado, mais salientes que o plano da porta e pela parte de trás essa almofada é assinalada de forma reentrante.

No que refere às janelas, estas dividem-se em duas tipologias: as de sacada e as de peito.

As janelas de sacada possuem dois batentes com três vidros cada, e uma almofada na parte inferior.

As janelas de peito podem ter dois batentes ou podem ser de guilhotina. Interiormente as janelas possuem portadas.



Na maioria dos edifícios pombalinos, as escadas, por uma razão de segurança, tinham o primeiro lanço da escada de acesso aos pisos superiores em alvenaria de pedra. (Nota: é mais por ser material nobre que assenta sobre a terra e não apodrece com humidades).

Só a partir do primeiro patamar intermedio ou do primeiro andar estas são em madeira. Os focinhos de alguns degraus em madeira eram constituídos por simples tábuas pregadas.

Fig. 83 – “Relação entre o portal da Sociedade, a janela de sacada e a trapeira.”; “Pormenor, de um vão de sacada, com caixilho e taipal interior e gradeamento em ferro.”

Os rodapés e os silhares de azulejos têm um corte muito rigoroso, de forma a se adaptarem à inclinação dos lanços de escada.

Na generalidade, as coberturas são de duas águas, à exceção dos edifícios localizados em gaveto, onde o telhado vira com linha de festo (ou espigão).

Os telhados em mansarda têm uma construção mais complexa, que permitem ter um pé-direito habitável e um fácil acesso aos vãos através do uso adicional de prumos verticais em madeiras que ligam a estrutura do telhado à estrutura tipo gaiola das paredes das trapeiras (fig. 84).

As asnas e restantes componentes dos telhados eram ligadas entre si por peças metálicas.

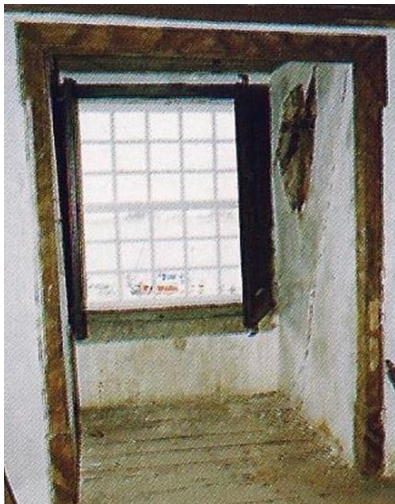


Fig. 84 – “Janela de Guilhotina do edifício da Alfândega - Mansarda.”

As telhas são de $\frac{1}{2}$ cana ou canal, apoiadas sobre um ripado, sendo o beirado do tipo mourisco pelo que as telhas diminuem de inclinação conforme se aproximam da cimalha através de um selado executado, normalmente em argamassa sobre a espessura da parede.

As cimalhas podem ser em alvenaria de tijolo rebocado ou em cantaria, sendo as telhas de beirado assentes sobre elas com argamassa.

Os tetos são de pranchas de madeira formando um forro de madeira sobreposto ou em estuque sobre fasquiado.

Os tetos de madeira, designados como tetos “capa de camisa”, rematam junto à paredes com uma sanca, também em madeira. Nos corrimãos, os balaústres de ferro fundido são elementos individualizados. Isto permitia variar os espaçamentos entre si, conforme as necessidades, ou executar curvas mais ou menos apertadas. O desenho destes elementos foi simplificado e estilizado por forma a facilitar o seu fabrico.



Fig. 86 – “Estrutura de cobertura do torreão Norte. Pormenor dos anéis em madeira.”

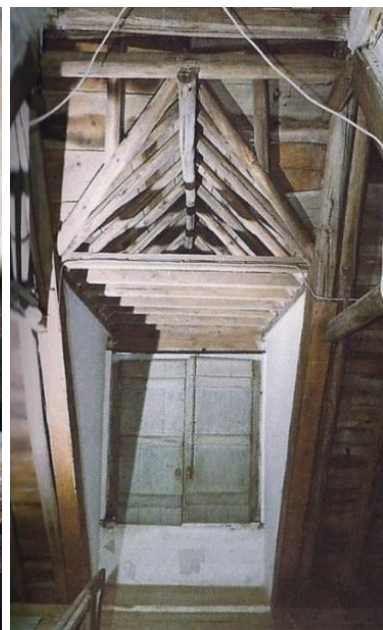


Fig. 85 – “Estrutura da cobertura. Pormenor da Trapeira.”

Foram aplicados processos de construção tradicionais simples em que os elementos eram claramente definidos. Alguns detalhes construtivos eram simplificados para tornar mais fácil e rápida a execução em obra. Duma forma geral, o processo de fabrico dos elementos construtivos era feito por várias oficinas, o que inevitavelmente conduziria a pequenas variações nas dimensões.

Esses elementos acabavam por ser produzidos com dimensões que permitiam sempre a sua adaptabilidade a diferentes situações.

2.3. ANÁLISE DA CONDIÇÃO ATUAL DO NÚCLEO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Neste subcapítulo pretendo fazer as comparações entre o que existe atualmente na cidade de Vila Real de Santo António e o que é de origem.

A análise da situação atual desta cidade foi feita com base no plano desenvolvido pela autarquia, o Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António (PPS.NP.VRSA), elaborado entre 2003 e 2004.

Pretende-se, com esta descrição, um entendimento da realidade urbana atual, dos motivos e características das soluções utilizadas e que subverteram as regras do plano original Pombalino.

Atualmente, e segundo dados recolhidos do PPS.NP.VRSA, existe uma ausência de fronteiras entre o Núcleo Histórico Pombalino e todos os restantes quarteirões que posteriormente foram erguidos, como resultado natural do prolongamento da malha urbana, com quarteirões com as mesmas características dimensionais dos quarteirões do núcleo pombalino.

Também segundo dados extraídos do PPS.NP.VRSA, no núcleo mais antigo da cidade foram identificados, como possuindo ainda características pombalinas, apenas 155 edifícios. Mas segundo pude constatar, há uma grande alteração da imagem original da cidade, apesar de existirem algumas dúvidas na completa veracidade dessa informação / classificação.

Considera-se porém que, neste conjunto, a maior parte dos edifícios sofreu alterações com diferentes graus de expressão e que os edifícios que conservam, na generalidade, características do seu desenho original são os edifícios mais nobres que formam a frente da Baixa-Mar e da Praça Marquês de Pombal.

Muito importante é também o facto das transformações referidas se terem acentuado na segunda metade do século XX, quando comparadas com as intervenções operadas no século XIX e na primeira metade do século XX.

A organização funcional do Plano Pombalino, tema já desenvolvido anteriormente, que remetia a atividade industrial para as duas primeiras linhas de quarteirões junto ao rio e as atividades comerciais e a habitação popular para as casas térreas, não tem hoje um paralelo de distribuição clara de usos, constatando-se apenas que a lógica das ocupações é ditada pela centralidade da Praça Marquês de Pombal e pelo seu valor simbólico, em conjunto com a Baixa-Mar.

Por outro lado, a Rua Dr. Teófilo Braga estabelece o eixo comercial de ligação com o Núcleo Pombalino e a restante cidade, e a alguns equipamentos urbanos, tais como o tribunal e o Mercado Municipal.

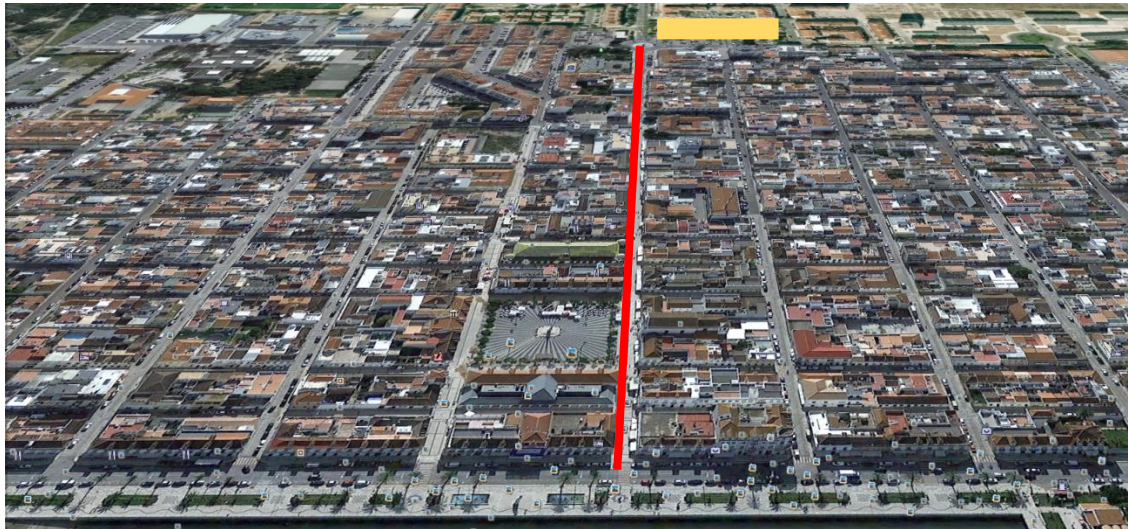


Fig. 87 – Fotografia de Vila Real de Santo António – Indicação da Rua Teófilo Braga (a vermelho) como eixo de ligação entre o atual Mercado Municipal (a amarelo) e o Núcleo Pombalino.

A rua da Princesa, originalmente uma das ruas com maior movimento, tornou-se pouco movimentada e descaracterizada.

É na Praça Marquês de Pombal que atualmente se centram a maioria dos usos, no que se refere ao Núcleo Pombalino, podendo encontrar-se habitações, comércio e serviços.



Fig. 88 – Fotografia de Vila Real de Santo António – Indicação da Rua da Princesa e da Praça Marquês de Pombal.

Atualmente, o Núcleo Pombalino associa-se sobretudo a ocupações comerciais, restauração e bebidas, serviços e escritórios. Isto traduz-se numa profusão de elementos perturbadores dos planos de fachada (aparelhos de ar condicionado, publicidade, antenas, equipamentos associados a infraestruturas urbanas, etc.) que, na ausência de

controlo eficaz, transmite um ruído visual que dificulta uma percepção da imagem serena da cidade.

*“...Em suma, a preservação do núcleo pombalino da Vila Real de Santo António passa, necessariamente, pela manutenção da centralidade hegemônica da Praça Marquês de Pomba, pela abertura franca da cidade para o Guadiana e pela manutenção de seu carácter plurifuncional, com especial ênfase na habitação. Tudo mais deve-se subordinar a estes três princípios. Este é o meu entendimento ...”*²⁸

Em anexo é possível verificar o Quadro Síntese de indicadores urbanísticos - SGU (Anexo IV, Doc. 01).

Também se incluem em anexo Gráficos síntese dos valores de informação estatística dos parâmetros de caracterização do edificado pombalino, situado no Núcleo Pombalino. Estes gráficos são reproduções de dados do PPS.NP.VRSA. (Anexo IV, Doc. 02).

²⁸ AZEVEDO, Paulo, in *Op. Cit.*, p.67.

Capítulo III

3.1. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJECTO – ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO

Conforme referido, pretende-se elaborar uma proposta de maior consenso entre as necessidades do habitar contemporâneo e das ambições dos utentes, respeitando a estrutura e a métrica da fundação da cidade, projetada por Reinaldo Manuel dos Santos. A partir das teses de José Eduardo Capa Horta Correia, a equipa coordenada por Walter Rossa, parte de duas premissas fundamentais para suportar a proposta de um Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António.²⁹

1. Reconhecimento de que Vila Real de Santo António vale pelo seu todo, ou seja, o principal valor material do conjunto é ele próprio, não a soma das partes.
2. A constatação da intensa descaracterização já operada, associada à perda de legibilidade da uniformidade original.

É nesta última que assenta a estratégia de atuação do PPS.NP.VRSA, onde se procura a legibilidade do Plano Pombalino e assim a clarificação da leitura do projeto original. Não obstante, Walter Rossa não aspira à defesa ou imposição da reposição de situações anteriores, pois no seu entender interessa manter os sinais da passagem do tempo implícitos na evolução urbanístico-arquitetónica da cidade.

Na realidade importa evitar a destruição do património edificado, tanto pelo seu abandono como pela sua descaracterização por alteração acrítica.

²⁹ VALENTE, Ribeiro e RIBEIRO, Vítor, “Vila Real de Santo António: reabilitação do edificado e do espaço público”, in revista *MONUMENTOS-n.º30*, Lisboa, Instituto da habitação e da Reabilitação Urbana, 2009, pp.32 a 38

“...o grande desafio consistirá pois em articular, convenientemente, as dinâmicas de transformação – social, arquitetónica, política, económica, cultural – inerentes ao próprio desenvolvimento urbano e à constante procura de melhores condições de conforto, habitabilidade, funcionalidade e uso – que fazem da imagem urbana um processo contínuo de configurações e reconfigurações – com as dinâmicas de conservação patrimonial, quer física quer simbólica e sempre dependentes da forma como cada sociedade olha o (e se revê no) seu património e nos seus significados e valores simbólicos, assumindo a conservação como parte do próprio processo de desenvolvimento, em que a memória e a tradição se constituem em referências de base para a inovação, e não como o entrave ou obstáculo a que vulgarmente são associadas...”³⁰

CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO



EDIFÍCIOS COM CARACTERÍSTICAS POMBALINAS

P1 - EDIFÍCIOS CUJO EXTERIOR RESPEITA GLOBALMENTE AS CARACTERÍSTICAS POMBALINAS

P2 - EDIFÍCIOS CUJO EXTERIOR RESPEITA PARCIALMENTE AS CARACTERÍSTICAS POMBALINAS

P3 - EDIFÍCIOS CUJO EXTERIOR RESPEITA PARCIALMENTE AS CARACTERÍSTICAS POMBALINAS COM VOLUMETRIA ADULTERADA



OUTROS EDIFÍCIOS

E1 - EDIFÍCIOS COM ELEVADA QUALIDADE ARQUITECTÓNICA

E2 - EDIFÍCIOS COM QUALIDADE ARQUITECTÓNICA

E3 - EDIFÍCIOS COM RELATIVA QUALIDADE ARQUITECTÓNICA COM ELEMENTOS OU CARACTERÍSTICAS QUE PERTURBAM A SUA UNIDADE E COERÊNCIA FORMAL

E4 - EDIFÍCIOS SEM QUALIDADE ARQUITECTÓNICA RELEVANTE, MAS COM VOLUMETRIA INTEGRADA

E5 - EDIFÍCIOS SEM QUALIDADE ARQUITECTÓNICA RELEVANTE E COM VOLUMETRIA DISSONANTE

E6 - EDIFÍCIOS SEM QUALIDADE ARQUITECTÓNICA RELEVANTE E VOLUMETRIA FORTEMENTE DISSONANTE

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS ABERTAS



A1_ ÁREA ABERTA 1



A2_ ÁREA ABERTA 2



A3_ ÁREA ABERTA 3



A4_ ÁREA ABERTA 4



A5_ ÁREA ABERTA 5

Fig. 89 – Legenda de caracterização do edificado, segundo o PPS.NP.VRSA

³⁰ Idem., p. 38

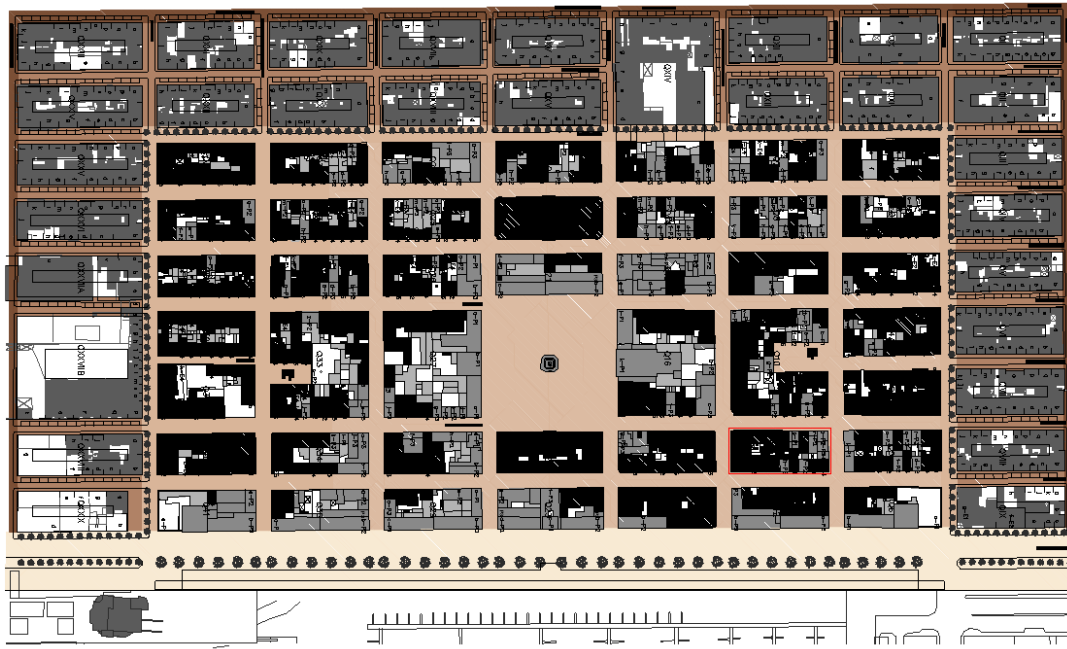
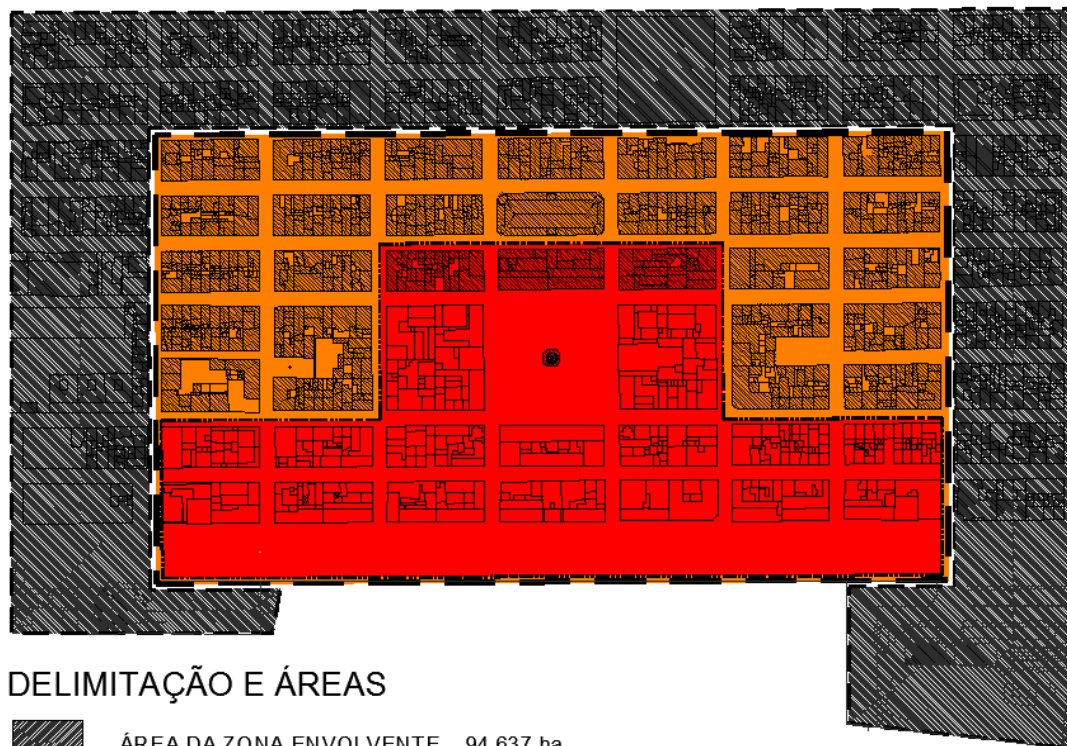


Fig. 90 – Planta de implantação no Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António (a vermelho encontra-se indicada o quarteirão a intervir).



DELIMITAÇÃO E ÁREAS



ÁREA DA ZONA ENVOLVENTE _ 94,637 ha



ÁREA DO NÚCLEO POMBALINO _ 104,441 ha



ÁREA DO NÚCLEO POMBALINO - ZONA MAIS SENSÍVEL (ZIS) _ 55,598 ha

Fig. 91 – Planta de implantação no Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, delimitação das áreas e indicação da zona envolvente e zona do núcleo pombalino (incluindo a ZIS).

Ora se o património edificado se manifesta em ciclos temporais sobrepostos numa malha urbana diversificada, importa separar aquilo que revela valor arquitetónico consagrado, o que não revela qualquer valor arquitetónico, o que constitui uma agressão ao sítio, e o que se afasta dos edifícios matriciais pombalinos por apenas ligeiras adulterações. É aqui que se manifesta uma nova realidade, não tão elucidada por Walter Rossa, e que se refere concretamente à adulteração de edifícios pombalinos fundacionais, que depois foram ornamentados e corrompidos na sua composição métrica e volumétrica (aplicação de platibandas, adulteração de coberturas, etc.). Na realidade esses edifícios ainda existem, e o próprio PPS.NP.VRSA ilustra um mapa e uma lista de classificações, embora acreditando que elaborada com lisura, não se afigura, em minha opinião, ajustada à realidade atual, pois debilita a possibilidade de reabilitação conjunta, conforme passo a explicar de seguida.



Fig. 92 - Edifício antes e depois de reabilitação, Rua Dr. Sousa Martins, n.º 21 – Classificação P2, de acordo com o PPS.NP.VRSA.

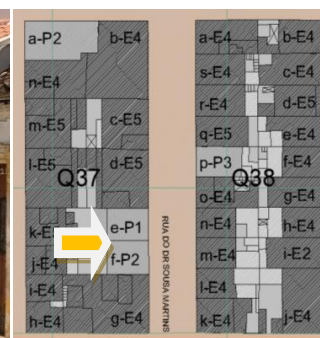


Fig. 93 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q37, indicação do edifício P2.



Fig. 94 - Edifício antes e depois de reabilitação, Rua Dr. Sousa Martins, n.º 18 – Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA.

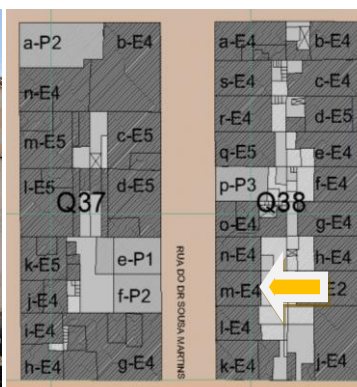


Fig. 95 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q38, indicação do edifício E4.

Na observação das imagens anteriores vêm-se dois edifícios que foram alvo de

reabilitação, o primeiro com a classificação P2- (Edifícios cujo exterior respeita parcialmente as características pombalinas - Art.º 19º), e o segundo com a classificação de E4 – (Edifícios que não possuem qualidade arquitetónica relevante, apesar de possuírem uma volumetria integrada no Núcleo Pombalino e/ou no quarteirão ou rua a que pertencem - art.34º). Observando também o regulamento do PPS.NP.VRSA (anexo III, Doc. 02), chegamos à conclusão que o primeiro edifício, ao ser um P2, está muito mais protegido que o segundo que é um E4, apesar de ambos os edifícios, com exceção de uma platibanda, serem muito similares.

Sem nos focarmos apenas no exterior dos edifícios, chegamos à conclusão que ambos os prédios têm os vãos adulterados, caixilharias dissonantes, cores variáveis, alguns materiais impróprios e volumetrias coincidentes, à exceção da platibanda. Então por que razão dois edifícios aparentemente similares, com exceção de uma platibanda, tem classificações distintas? Porque não aproveitar a ocasião para criar a tal imagem de cidade desenhada e entendida como cidade projetada como um todo a que se refere.³¹

Aparentemente, a classificação do PPS.NP.VRSA foca-se em parâmetros relacionados com a posição de vãos, existência de paredes e cantarias fundacionais, materiais originais e volumetrias ajustadas.

Segundo o Arquiteto João Manuel Gomes Horta, a reabilitação deveria ser abordada na unidade de um quarteirão, premissa fundamental para garantir a melhor adaptação e uniformidade. Conforme é possível verificar na fig. 133, numa abordagem diferente, ele já previa a possibilidade de ampliação das habitações do Núcleo Pombalino.

Na realidade, apesar de adulteradas, grande parte das paredes de fachada e paredes meeiras ainda são originais. Foram somente alteradas com a aplicação de platibandas, novos beirados, balaustres, molduras, vãos e outros componentes que ao longo do tempo assinalaram a necessidade de afirmação de identidade em relação ao conjunto original homogéneo.

É provável que na construção dos quarteirões das casas térreas estas não tenham cumprimento de origem as premissas do plano através do uso das três tipologias das casas referidas nas figuras 76,77,78. Em nome da uniformidade visual da rua era necessário manter a altura das cumeeiras de uma forma uniforme. Para isso foi

³¹ RELVÃO, Margarida in *PLANOS - Salvaguarda, Vila Real de Santo António – Núcleo Pombalino, Litografia de Coimbra, SA, 2005.*, p. 68

necessário que as águas das traseiras das construções mais profundas tivessem inclinação menor que as habitações com menor profundidade. Todavia à casos em que se registam alturas de cumeeiras diferentes para não diminuir a inclinação das águas das traseiras em nome do melhor escoamento das águas pluviais. Não há porém a certeza desta variações serem todas originais. É possível que possam ter, na medida em que, é provável que na altura da construção da cidade, nas zonas mais modestas houve-se uma maior permissividade de pequenos ajustamentos em conformidade com as petições dos seus utentes.

Conforme o projeto original tudo indica que a ideia de Manuel Reinaldo dos Santos fosse a da uniformidade total, pelo que em meu entender faço uma proposta, conforme se verá mais adiante, que salvaguarda esse princípio.

O mesmo se terá passado, eventualmente com a inclusão de trapeiras, nas construções térreas do núcleo pombalino, o que não estava contemplando do respetivo plano original. No meu entender e pelas mesmas razões considero que as mesmas poderiam ser suprimidas em nome do respeito pelo projeto original.

Se a integridade de um edifício define a sua proteção, então porque não classificar de forma similar os edifícios térreos que apesar de pequenas adulterações, tais como inclusão de platibandas ou alteração de acabamentos, mantem ainda a sua génese. Reabilita-se a forma, definem-se os materiais, as cores, e, por fim, procura-se a uniformidade no conjunto como garante de unidade. Desta forma muitos dos edifícios atualmente classificados como (E1,E2,E3, E4, E5, a até E6) poderiam ser cuidadosamente recuperados, pois ainda podem conter elementos construtivos originais, podendo efetivamente ser considerados como um P1 ou P2, para efeitos do rigor dos critérios de recuperação.

Com isto pretende-se alertar para o facto de que as habitações térreas originais, pela sua extrema simplicidade, encontram-se resumidas a paredes meeiras e paredes de fachada, sendo que os tabiques de compartimentação e as coberturas originais, com sua estrutura de madeira, já praticamente desapareceram.

De várias formas, e ao longo do tempo, os alçados e as coberturas foram sendo adulterados, mas, as paredes-mestras, são os elementos que até ao dia de hoje ainda se mantêm como testemunhos do passado. Pode-se afirmar que são elementos irrelevantes, simples paredes de alvenaria de pedra e cal, mas são os demarcadores principais de uma modulação e de uma arquitetura de conjunto.

Se descuidarmos esta realidade corremos o risco de perder ainda mais elementos originais, apesar dos níveis de atuação referidos no Artigo 15.º do PPS.NP.VRSA. Recorde-se que para alguns edifícios, o regulamento propõe a demolição parcial ou total, apenas suportada por uma classificação composta por parâmetros de observação exterior (ver anexo III, Doc. 2).

A rigidez observada nos critérios de classificação para os edifícios “ P ” contrasta com os critérios definidos para as restantes classificações “ E ”.



Fig. 97 - Edifício sem reabilitação, situado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º127 - Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA.



Fig. 98 - O mesmo edifício agora reabilitado ao abrigo do PPS.NP.VRSA

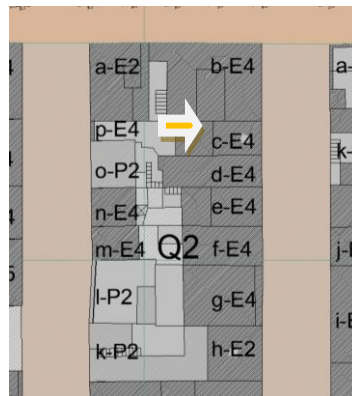


Fig. 96 - Excerto da planta de síntese - Quarteirão Q2, indicação do edifício E4.



Fig. 99 - Edifício sem reabilitação, situado na Rua José Barão n.º42 - Classificação P2 de acordo com o PPS.NP.VRSA.



Fig. 100 - O mesmo edifício agora reabilitado ao abrigo do PPS.NP.VRSA

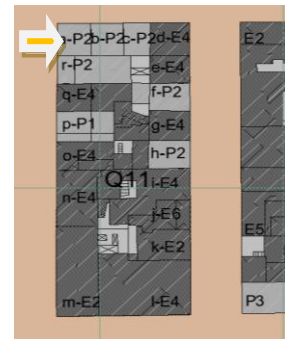


Fig. 101 - Excerto da planta de síntese - Quarteirão Q11, indicação do edifício P2.

Nas figuras (figs. 96 a 98) o edifício E4 já era um edifício adulterado, apresentando alterações nos vãos, beirados, cores, caixilharias e cobertura. No entanto mantinha a parede fundacional exterior e a proporção modular. Na recuperação deste edifício perdeu-se a oportunidade de efetuar uma reabilitação de conjunto e esfumou-se a possibilidade de reposição da métrica pombalina e volumetria original. Além disso foram incorretamente aplicadas paredes corta-fogo nos limites da cobertura.

O edifício P2, (figs. 99 a 101) anteriormente com vãos ligeiramente mais largos e sem o posicionamento original, define agora uma imagem de maior rigor observando-se a reposição da métrica pombalina e aplicação de caixilharias adequadas e reparação da cobertura.

Algumas normas menos detalhadas admitem para os edifícios E4 e E5, fora da ZIS (Zona de Intervenção Sensível), o uso de ferro, aço, alumínio e PVC (n.º3 do Artigo 40 do PPS.NP.VRSA), promovendo assim a dissonância num núcleo que vale pelo seu todo.



Fig. 102 - Edifício existente situado no gaveto da Rua Dr. Manuel Arriaga e Rua da Princesa – Classificação E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. Este caso em particular até é mais relevante, pois encontra-se na ZIS.

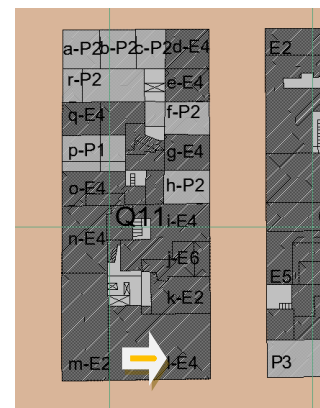


Fig. 103 - Excerto da planta de síntese – Quarteirão Q11, indicação do edifício E4.

Aqui interessa salientar a preocupação do PPS.NS.VRSA em evitar pastiches ou confusões entre edifícios originais e edifícios adulterados, no entanto a degradação estética revela-se através das omissões na definição pormenorizada das regras a aplicar aos edifícios de classificação E4 e E5 apesar de estarem fora da ZIS.

Por sua vez, a existência de normas ambíguas ou mesmo permissivas, mesmo dentro da ZIS, agudiza ainda mais a descaracterização do Núcleo Pombalino, perdendo-se a possibilidade de recuperação homogénea dos edifícios dessa zona. O mesmo se passa na admissão da execução de águas furtadas nos edifícios E4 da ZIS, porque se promove assim uma dissonância ainda maior na configuração das coberturas (n.º5 do artigo 40º PPS.NP.VRSA).



Fig. 104 - Edifícios situados na Rua José Barão com várias classificações



Fig. 105 - Edifício situado na Rua Dr. Manuel de Arriaga com a classificação P1 – edifício original

Todavia, na ausência de normas do anterior regulamento (PDM) e por necessidade dos proprietários, foram proliferando adulterações nas coberturas para sótãos que aumentaram ainda mais a discrepância ao plano original pombalino.

Em fase do que aconteceu, o PPS.NP.VRSA permite a construção de águas furtadas nas coberturas, o que acentua ainda mais a descaracterização da imagem de conjunto que o plano original contemplava.³²

Convém ainda mencionar que o plano permite o uso de outro tipo de coberturas nos edifícios E4 e E5, fora da ZIS, referindo vagamente o respeito por uma imagem de contemporaneidade desde que não perturbe a leitura dos edifícios P1 e P2 ou o princípio de clarificação do núcleo pombalino.³³ Ora, tal facto como se pode constatar permite uma grande amplitude de interpretações.

Voltando à questão do alinhamento de cumeeiras e beirados, o plano define a sua preocupação em evitar a criação de empenas visíveis do espaço público, dando prioridade a soluções de continuidade dos planos de coberturas entre edifícios. É, sem dúvida, uma preocupação importante. No entanto não se define com clareza a relação que o resto da cobertura deverá ter, nomeadamente para o interior do quarteirão, onde a proliferação de coberturas mais elevadas compromete a oportunidade de repor a matriz original.

³² Imagem de conjunto – designação comumente utilizada nos textos de Walter Rossa, João Horta e outros.

³³ Verificar n.º6 do artigo 43º e n.º7 do artigo 43º do PPS.NP.VRSA.



Fig. 107 - Edifícios existentes na Rua José Barão, n.º 36 e n.º 34. Exemplo de edifícios com beirados dissonantes com consequente visualização de empenas.



Fig. 106 - Edifícios existentes na Rua da Princesa, Apesar da cobertura ser mais elevada, verifica-se um correto alinhamento dos beirados e cumeeira.

São hoje raros os quarteirões térreos onde existe uma visão de conjunto uniforme.

Quando parcial ou totalmente demolida, a cobertura de um edifício, em regra, tem sofrido adulterações, porque a tendência é seguir sempre o exemplo mais satisfatório para o utente - maior pé direito e mais área utilizável, por exemplo para sótão. Assim a tendência será sempre pela solução mais favorável para cada indivíduo, reduzindo a possibilidade de ajustar as cumeeiras ao padrão original, evitar empenas visíveis, alinhamento de beirados e, mais uma vez, a consolidação de uma forma homogénea e valorizadora do conjunto.

A cor, textura e revestimentos também são um fator determinante e, por vezes, a sua incorreta utilização pode levar a soluções erradas, ainda mais quando temos um padrão tão bem definido do Núcleo Pombalino.



Fig. 108 - Edifícios existentes na Rua Dr. Manuel de Arriaga n.º16 e n.º14. Indicação da diversidade cromática existente - vejam-se também os volumes e a linguagem» arquitetónica.



Fig. 109 - Edifícios existentes na Rua da Princesa, n.º 103 e n.º105. Indicação da diversidade cromática existente.

Ao longo do tempo as tonalidades das cores, os revestimentos e texturas utilizados nos edifícios foram-se diversificando e atualmente constituem também elementos dissonantes dentro do Núcleo Pombalino. Aqui, o PPS.NP.VRSA. define um conjunto de regras que diminuem a possibilidade de aplicação de diferentes cores ou revestimentos para cada situação específica, no entanto, para os edifícios da “classe E4 e E5” fora da ZIS esta condição não é tão rígida e, em determinadas situações, isso suscita dúvidas, ao deixar ao critério dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, a decisão sobre as mesmas (artigo 37º do PPSNPVRS).

A ampliação das construções de forma clandestina é outro problema relevante, e neste caso não há plano que resolva a situação. Somente uma apertada fiscalização o pode prevenir. Estes casos verificam-se, especialmente, em edifícios classificados na categoria E, que por serem objeto de medidas de proteção menos rigorosas, convidam ao laxismo e aos consequentes abusos de várias ordens, incluindo o aumento de volumetria, por exemplo.



Fig. 110 - Edifício existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 143 – Edifício sem reabilitação.



Fig. 111 - Edifício existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 143 – Exemplo negativo de reabilitação de uma cobertura.

A questão da falta de conjugação de ações sobre contadores e redes de gás, eletricidade, telecomunicações e de águas, é um problema. Para o cumprimento de regulamentos e na falta de espaços adequados para sua instalação, os quadros acabam sempre por ser colocados nas fachadas dos edifícios de forma desorganizada. A atual regulamentação (Decreto-Lei n.º 53/2014 de 8 de Abril) e o próprio PPSNPVRS já define alternativas a esta situação, no entanto existem ainda inúmeras instalações que deveriam ser recolocadas de forma adequada.



Fig. 112 - Edifícios existentes na Rua Dr. Sousa Martins n.º111 – Exemplo negativo na instalação de um armário elétrico.



Fig. 113 - Edifícios existentes no gaveto da Rua General Humberto Delgado e Rua Almirante Cândido dos Reis – Exemplo negativo na aplicação das caixas de infraestruturas.



Fig. 114 - Edifícios existentes na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 130 – Exemplo negativo na aplicação das caixas de infraestruturas.

As ampliações que degradam a imagem original dos edifícios foram recorrentes. Com maior ou menor intenção de integração acabaram sempre por deteriorar a imagem de conjunto, e em determinadas situações introduziram elementos arquitetónicos dissonantes, gerando ainda mais dificuldade na leitura e identificação da arquitetura pombalina.



Fig. 115 - Edifícios existentes na Rua Almirante Cândido dos Reis – Exemplo de construções relativamente recentes, com 2 e 3 pisos



Fig. 116 - Edifícios existentes na Rua Barão do Rio Zêzere – Exemplo de construções relativamente recentes, com 2 pisos + Sótão.

A necessidade de mais espaço para habitar é, sem dúvida, uma das razões que, ao longo do tempo, mais adulterou o património existente. É uma necessidade primária para as pessoas e como tal acaba por criar conflitos entre proprietários e entidades reguladoras, que fatalmente acabam por remeter o problema para a decisão política, muitas vezes pouco interessada em criar constrangimentos aos munícipes.

Atualmente, mesmo com o PPSNPVRS em vigor, este facto é comprovável. Se verificarmos a imagem seguinte, observamos uma moradia que apresenta uma cobertura inclinada, passando a cobertura de nível na zona posterior. Esta situação é aceite pela entidade licenciadora e permite a utilização de uma área suplementar aos seus proprietários. Não está em causa se a solução é ou não legítima sob o ponto de vista legal ou sob o ponto de vista das necessidades reais do utente, mas o impacto negativo no conjunto arquitetónico é relevante e irreversível, e agrava-se ainda mais se não forem adotados os processos e metodologias construtivas que se requerem para este tipo de intervenções.



Fig. 117 - Edifício reabilitado ao abrigo do PPSNPVRS, situado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º127 – Classif. E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. Cobertura inclinada na frente e plana nas traseiras.



Fig. 118 - Edifício reabilitado ao abrigo do PPSNPVRS, situado na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 130 – Classif. E4 de acordo com o PPS.NP.VRSA. Cobertura inclinada na frente e plana nas traseiras.

A falta de manutenção, o abandono dos edifícios, e as ocupações clandestinas foram outras das situações que ocorreram frequentemente no Núcleo Pombalino. Ao longo do tempo, muitas das moradia existentes e em mau estado de conservação, foram pouco atrativas para reabilitação. A reduzida dimensão dos módulos, a complexidade dos regulamentos, a proibição do aumento de cércea, mal grado os abusos verificados clandestinamente, dissuadiam os investidores a intervir.

Os proprietários destes imóveis, muitas vezes sem capacidade financeira para proceder à reabilitação dos mesmos, limitaram-se a colocar um letreiro de venda na esperança que um investidor os liberte dos encargos fiscais e da pressão camarária para reabilitação e manutenção dos imóveis.



Fig. 119 - Edifício existente na Rua Dr. Manuel de Arriaga – Exemplo de uma construção com 1 piso + Sótão. (edifício original completamente abandonado)



Fig. 120 - Edifício existente na Rua Jornal do Algarve – Exemplo de uma construção com 1 pisos + Sótão. (edifício original, com algumas adulterações na cobertura, e completamente abandonado)

A conversão de habitações em armazéns de apoio ao comércio é outra realidade. A existência de um considerável comércio de têxteis na principal avenida da cidade (Rua Teófilo Braga) determinou a procura de habitações na vizinhança de dimensão reduzida, convertendo-as em espaços de armazenamento.



Fig. 121 - Edifício existente na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º112 – Exemplo de uma moradia utilizada como armazém.



Fig. 122 - Edifícios existentes na Rua Dr. Sousa Martins – Exemplo de duas moradias reconvertidas em armazéns.

Os exemplos referidos identificam alguns dos problemas mais comuns, sendo que o PPSNPVRS não deixa de ser documento importantíssimo na atual defesa do património edificado.

Não obstante, isso não impede que se proponham soluções adicionais mais adequadas à realidade presente e que, se levadas em conta, poderão fornecer um contributo adicional, não só na preservação de dito património, mas também na reabilitação do

mesmo, admitindo até a ampliação das áreas habitacionais, sem aviltar a sua essência, que consiste, em termos genéricos, no respeito pela volumetria dos módulos habitacionais de origem nos quarteirões de um só piso, pela continuidade uniforme das águas dos telhados e das linhas de beirado e a métrica e ritmo dos vãos para a via pública.

Capítulo IV

4.1. A PROPOSTA ARQUITECTÓNICA

Na execução da proposta do projeto foram tidas em consideração as seguintes premissas:

1. Evitar tanto quanto possível, a demolição de qualquer elemento construtivo de origem – ao tempo da sua fundação –, independentemente da classificação sugerida pelo PPS.NP.VRSA;
2. Com isto pretende-se que, independentemente da sua classificação, os edifícios possam ser reabilitados numa unidade de quarteirão, fixando-se as linhas definidoras do estilo pombalino fundacional.
3. Inserir maior área de utilização – que implica necessariamente mais volumetria - sem retirar, no entanto, a identidade aos edifícios de origem;

Mantendo e repondo as características dos edifícios originais, consegue-se preservar a modulação no quarteirão, sendo, desta forma, mais clara a identificação da traça original em comparação com a nova intervenção / ampliação.

4. Introduzir métodos de construção ligeiros, inovadores e valorizadores;

A aplicação de métodos aligeirados, independentemente da solução definida, evitam a sobrecarga da construção existente, (mesmo que se torne necessário intervir no existente, como por exemplo a construção de novos telhados) e introduzem um marco entre o antigo e o moderno, facilitam a montagem e desmontagem da ampliação com menor impacto para os elementos construtivos originais, e também tem maiores vantagens para reaproveitamento e reciclagem de materiais.

5. Ocupar os logradouros para possibilitar melhores condições de habitabilidade;

As construções existentes tem uma área muito reduzida e foram pensadas para outras vivências que não se compadecem com as exigências atuais. De forma a evitar que a construção fundacional seja sobrecarregada e eternamente adulterada, considerou-se mais coerente a sua preservação e o aumento da área utilizável à custa da ocupação parcial do logradouro, garantindo-se em simultâneo o cumprimento da regulamentação vigente e a relação compositiva visível nos alçados e plantas dos módulos e quarteirões

pombalinos.

6. Conjugar módulos e diversificar tipologias;

Na observação de um quarteirão pombalino verificamos haver repetição dos módulos construtivos num modelo quase perfeito, não fosse a variabilidade resultante do uso do “Palmo”³⁴. Atualmente, essa proporção ainda se verifica em muitos dos quarteirões pombalinos, e isso, conforme já referido, é algo que condiciona o futuro investimento nestes edifícios, principalmente pela reduzida área disponível.

O que importa é a relação entre módulos, conjugando-os de diferentes formas para conseguir diferentes tipologias. Tudo isso sem comprometer o património edificado. Parto assim do princípio em intervir num módulo mínimo, evitando tanto quanto possível demolir paredes, e no caso em que é indispensável unir dois módulos antigos, optar então pela abertura de um vão com o menor impacto possível.

7. Garantir a diferenciação entre passado e presente;

O ritmo, a proporção métrica, a racionalidade, a simplicidade e a volumetria dos módulos fundacionais definem, no seu conjunto, a arquitetura pombalina de VRSA. Esta é facilmente identificável e importa manter a sua singularidade, mesmo quando se tem de proceder a uma ampliação. Assim, o moderno deverá integrar-se no antigo, mas de forma a manter a identificação de ambos.

8. Devolver também a imagem de conjunto ao núcleo pombalino;

Ao longo de anos, pelos mais diversos motivos, foram sendo adulteradas as construções fundacionais, perdendo-se a legibilidade do Núcleo Histórico Pombalino. Nesta proposta de projeto considera-se a reposição dos modelos formais originais como um princípio, pois agarra os diferentes módulos como se de uma única construção se

³⁴ O palmo foi a medida utilizada na época, e a sua precisão era proporcional à dimensão da mão do indivíduo que efetuava as medidas. Desta forma era comum existirem diferenças nas dimensões dos módulos e mais ainda nos quarteirões, pois quanto maior era a dimensão maior poderia ser a variabilidade. Admite-se que as marcações também eram feitas com fios, no entanto este sistema também era falível, pois a força com que o fio era esticado tinha bastante influência na medida conseguida.

tratasse. Assim a intervenção devolve a matriz original ao quarteirão e diminui o risco de deformação do mesmo, que a introdução das classificações do PPSNPVRS permite. Não se pretende com este projeto elaborar uma proposta exaustiva sobre todos os quarteirões que compõem o Núcleo Pombalino, isso já foi feito pelo PPS.NP.VRSA. O que se pretende é apresentar novos argumentos que, unidos aos estudos já efetuados, possam aumentar o rigor na forma como se produz reabilitação nesta cidade única, propondo uma solução que contempla a ampliação da área habitável sem comprometer a unidade de conjunto e o respeito pelos módulos originais das habitações pombalinas.

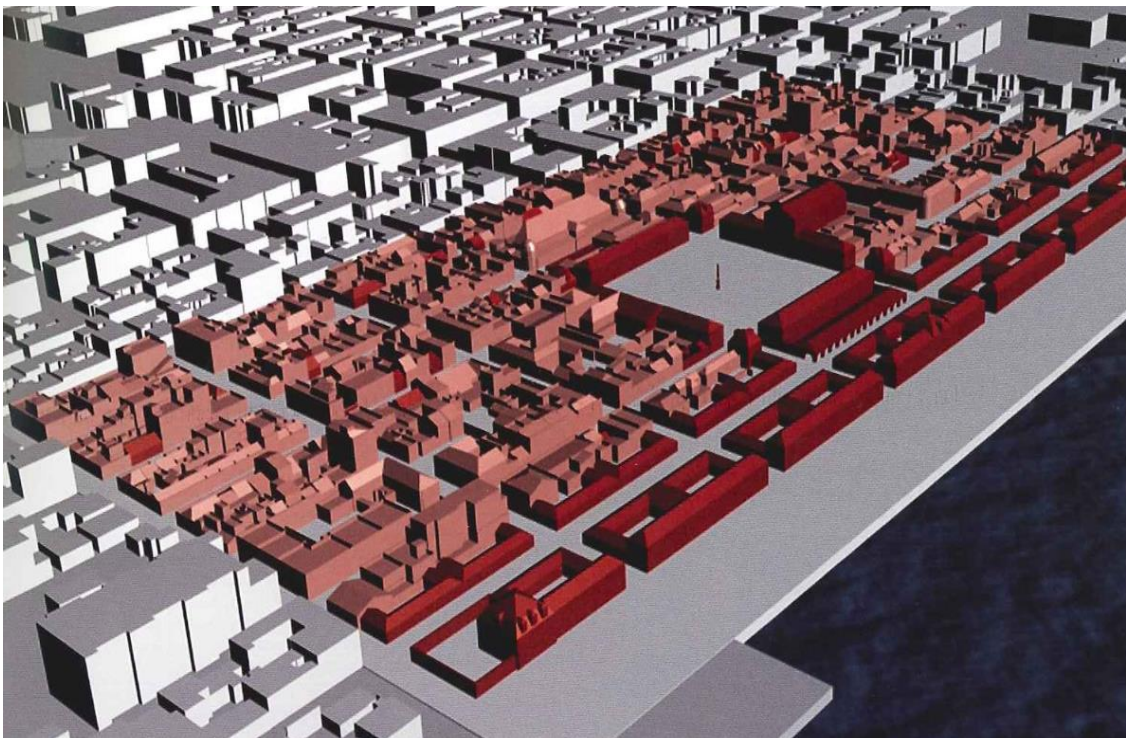


Fig. 123 - Perspetiva tridimensional de Vila Real de Santo António - Malha Pombalina.

Para elaboração deste projeto foi escolhido, o quarteirão Q11, parcialmente inserido na ZIS. Atualmente composto por moradias e estabelecimentos comerciais/serviços, era, no passado, um quarteirão residencial na zona poente (Rua José Barão) e comercial na zona nascente (Rua da Princesa).

Como é sabido, este quarteirão apresenta características muito comuns a todos os outros quarteirões residenciais com 1 piso, pelo que o projeto é aplicável para os restantes quarteirões, apesar das ligeiras diferenças existentes nas dimensões dos mesmos.

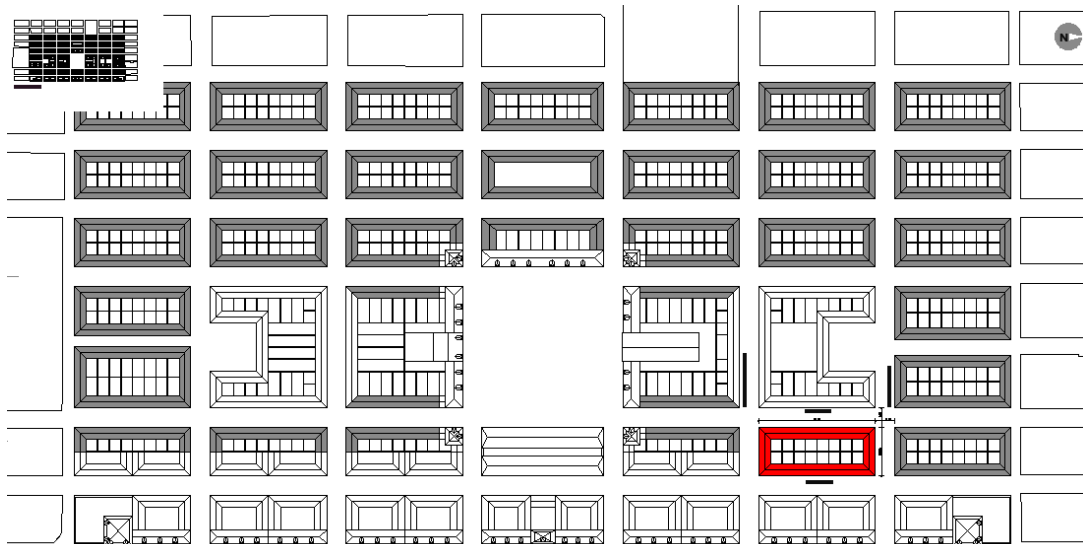


Fig. 124 - Planta do Núcleo Pombalino – Quarteirão a Intervir (quarteirão Q11), de acordo com a classificação do PPSNPVRS)

O quarteirão a intervir tem aproximadamente 53.28m x 22.18m, o que equivale a 242 palmos x 100 palmos.

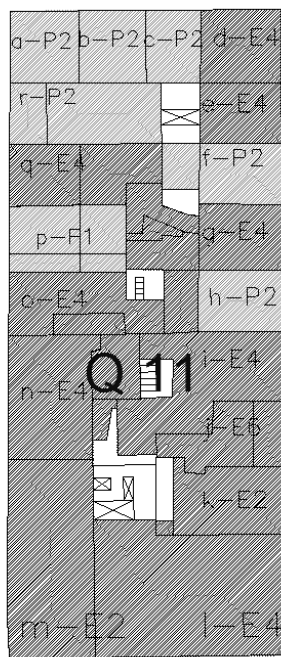


Fig. 125 - Planta do quarteirão Q11 - delimitação e classificação dos edifícios de acordo com o PPSNPVRS.

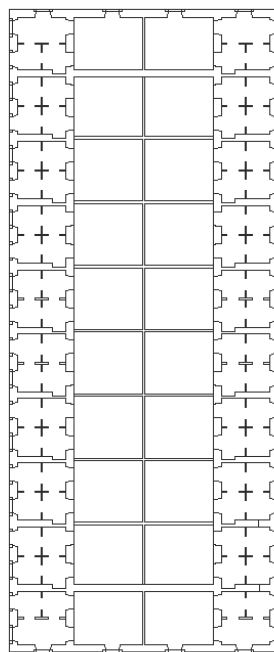


Fig. 126 - Planta de um quarteirão tipo - indicação da compartimentação original

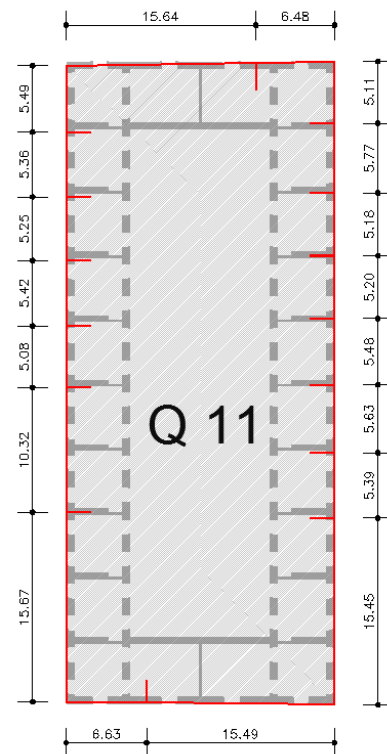


Fig. 127 - Planta do quarteirão a intervir. Em vermelho assinalam-se as delimitações das casas existentes. A cinza encontra-se representada a delimitação dos módulos originais.



Fig. 128 - Fotografias do quarteirão Q11, Sul - Poente



Fig. 129 - Fotografias do quarteirão Q11, Sul - Nascente



Fig. 130- Fotografias do quarteirão Q11, Norte - Nascente



Fig. 131 - Fotografias do quarteirão Q11, Norte - Poente

Observando as fotografias do quarteirão a intervir identificam-se inúmeras dissonâncias em relação ao projeto fundacional. Trata-se de um quarteirão que, como outros, pagaram um custo elevado pela ausência de regulamentação específica. Hoje observamos os módulos como peças com personalidade própria – não se inserem na unidade do quarteirão nem se relacionam entre si.

Ora, com o reconhecimento de que Vila Real de Santo António vale pelo seu todo, importa corrigir todas as divergências que ao longo do tempo foram sendo realizadas. No obstante também é necessário compreender que muitos edifícios, pelo seu valor patrimonial, mereçam um lugar na história de Vila Real de Santo António.

A abordagem a este quarteirão não pode ser vista como uma solução com resultados imediatos, e o projeto que se apresenta é uma proposta para medio e longo prazo. Promover um projeto global para este quarteirão será a solução mais acertada, mas também a mais difícil em termos das necessidades individuais. Em regra, cada módulo tem um proprietário, e cada proprietário tem uma necessidade, um interesse particular a defender.

A ideia será definir uma proposta que se adapte ao vários cenários possíveis, encarando as problemáticas existentes, nomeadamente o fracionamento existente, a dimensão dos módulos, a conservação dos elementos arquitetónicos da fundação, a reposição da métrica e volumetria original, a aplicação de materiais ligeiros e mais fáceis de montar e desmontar, a utilização de técnicas construtivas mais ecológicas e menos intrusivas para com os elementos construtivos originais, a ampliação do espaço habitável, a adaptação aos regulamentos vigentes, e por fim a conjugação de uma proposta coerente que seja prática e valorizadora.

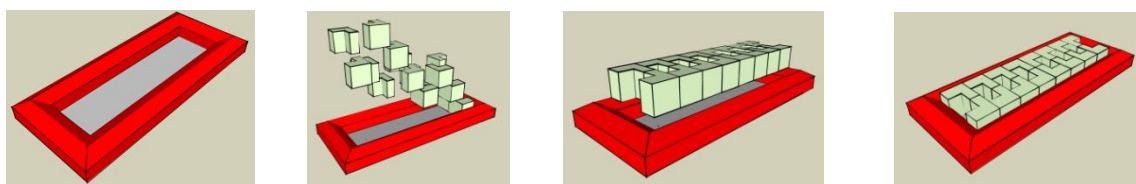


Fig. 132 - Esquema tridimensional de ocupação dos logradouros para ampliação dos módulos habitacionais - quarteirão Q11.

O esquema tridimensional anterior revela a ideia preliminar proposta. Basicamente opta-se pela manutenção do quarteirão e seu esquema de ocupação original, direccionando-se as ampliações para o espaço disponível no logradouro.

Inserindo um conjunto de módulos nos espaços descobertos, adquire-se uma área suplementar coberta, onde é proposta a inserção de dois pisos com a compreensível mas

regularizar diminuição dos logradouros que passam a ser pátios. Estes módulos por sua vez são implantados de forma a reproduzir a relação compositiva dos alçados e assim proporcionar maior coerência entre os alçados e a planta. Para além da relação compositiva anteriormente referida, também foi introduzida uma das relações métricas para a altura do 2º piso de ampliação, aplicando-se a altura máxima das 4 tipologias indicadas no PPSNPVRS, (5.28m).

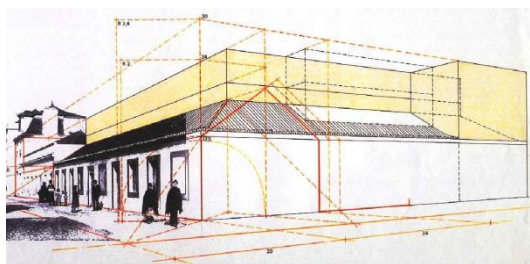


Fig. 133 - Estudo Tridimensional para ampliação dos Módulos Habitacionais, João Manuel Horta, 1992 - quarteirão Q 28.

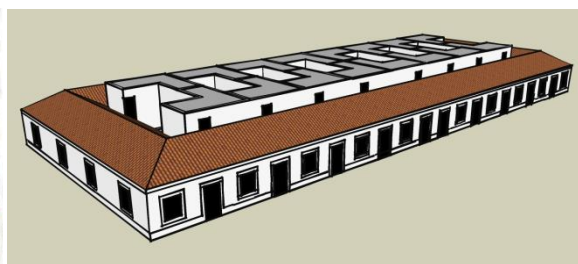


Fig. 134 - Esquema tridimensional final para ocupação dos logradouros e ampliação dos módulos habitacionais - quarteirão Q11.

Observando a fig. 133, verificamos que a intensão de executar ampliações é anterior a esta proposta. Na realidade, João Horta já entendera a necessidade de criar melhores condições de habitabilidade para o núcleo pombalino, no entanto com menores preocupações na forma como propõe a ocupação no piso superior. Revela-se uma intervenção mais ousada com aplicação de maiores e diferentes volumes e, em alguns exemplos, com ocupação sobre as coberturas.

Observando a fig. 134, protótipo tridimensional da proposta arquitetónica final, verifica-se maior contensão e relação formal entre o passado e o presente. Na realidade pretende-se que, apesar de diferente, a ampliação proposta absorva os critérios antes definidos por Reinaldo Manuel dos Santos, (uniformidade, métrica, simplicidade etc.) aplicando-os numa linguagem arquitetónica contemporânea.

Na observação dos alçados e plantas verificamos uma composição métrica repetitiva e que obedece a um ritmo regular. O quarteirão é composto por vinte módulos, e com exceção dos módulos de topo, são praticamente todos idênticos.

Se observarmos a fig. 135, os vãos obedecem a um ritmo repetido entre janela e porta, sendo que, dentro do conceito da simetria de «espelho», ao centro do quarteirão verificam-se dois vãos de porta. O quarteirão é assim composto por duas partes idênticas que se unem ao centro e formam um grande edifício regular e muito simples.

No topo do quarteirão esta regra volta a aparecer, no entanto como os vãos são idênticos perde-se a ideia de imagem reflexo.

Até nos socos, cantarias e molduras é notória uma relação métrica. Os socos apresentam 2 palmos de altura (aprox. 44cm), as cantarias tem 1 palmo de largura (aprox. 22cm) e por fim a moldura do beirado, dois terços de um palmo (aprox. 14.6cm).

A cobertura é composta por duas águas e é uniforme a toda a volta do quarteirão. A inclinação das águas do telhado resulta da projeção de um linha imaginária que parte do centro das ruas que separam os quarteirões, definindo assim a inclinação do telhado e a altura da cumeeira (4.65m). O miolo dos quarteirões, que corresponde aos logradouros, como já referido, é ocupado pelas ampliações, deixando ainda ao centro uma malha regular de pequenos logradouros/pátios.

A simplicidade e reprodução de todos estes elementos tornam o módulo repetitivo, pelo que o seu valor é reduzido como unidade arquitetónica isolada. É na conjugação de todos os módulos, e depois de todos os quarteirões, que a obra se torna visível, não só como projeto arquitetónico pontual mas também como solução urbanística de conjunto.

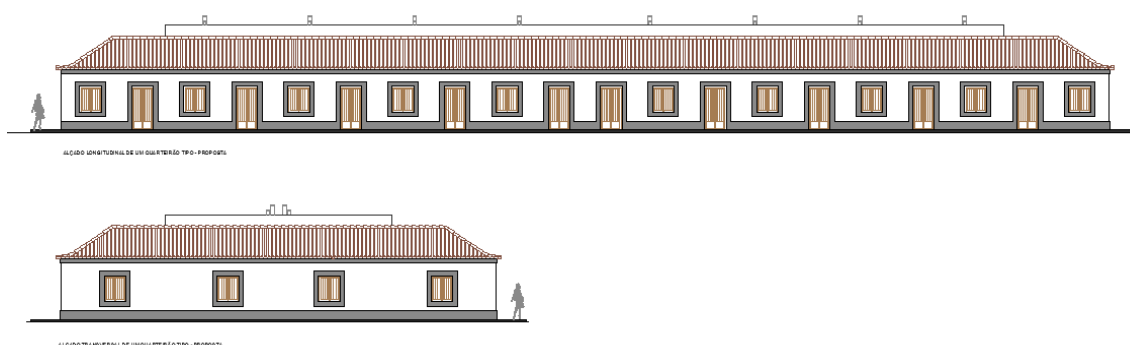


Fig. 135 - Alçados propostos para o quarteirão Q11 – Visualização da ampliação proposta para os logradouros

Na elaboração deste projeto pretendeu-se manter a relação entre módulos, não só ao nível dos alçados, como também ao nível da planta. Assim, na ocupação do logradouro considerou-se importante manter essa relação compositiva, garantindo em simultâneo a luminosidade e a ventilação adequada.

Na planta de cobertura, fig. 136, observa-se que a cobertura inclinada se mantém propositadamente de acordo com o projeto pombalino original para garantir a união adequada entre módulos, e também para evitar que sejam demolidas, ou adulteradas, as construções fundacionais em alvenaria de pedra.

No centro, zona de logradouros, optou-se por intervir de forma mais arrojada,

propondo-se a execução de dois pisos e a redução na dimensão dos logradouros que passam a pátios. O facto do miolo do quarteirão ser um espaço aberto, permite uma ocupação contemporânea de raiz, que poupa o dimensionamento dos módulos existentes.

Apesar de diferente do modelo original, a planta de cobertura continua a manter intactas as delimitações originais, e ainda reproduz a relação observada nos alçados, incluindo a repetição central. Ao atuar desta forma introduzimos uma proposta de reabilitação que assume a ampliação como uma necessidade, mas define-se rigor e coerência na relação entre ela e o existente.

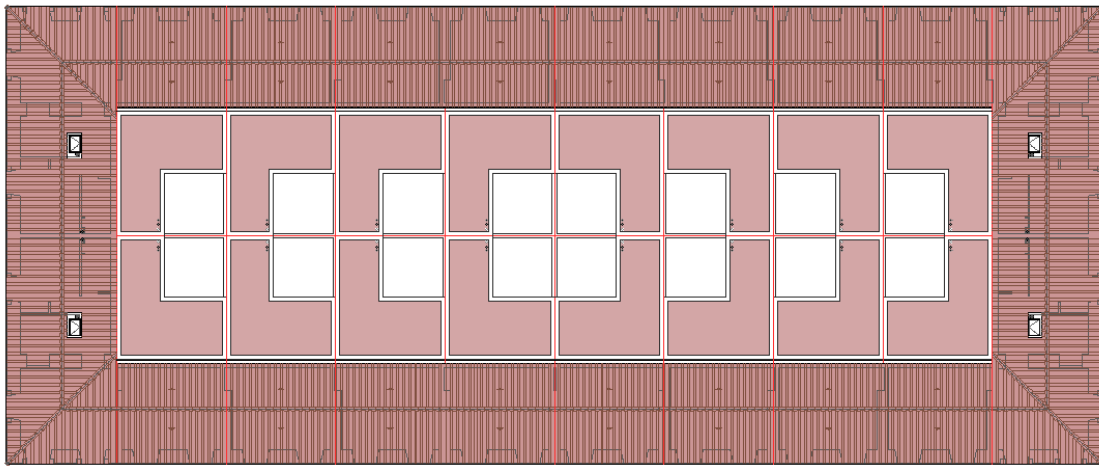


Fig. 136 - Planta de cobertura proposta (quarteirão Q11)

Na observação da fig. 137 identificamos a disposição original do quarteirão a intervir, e assinalado a cor, os diferentes esquemas de ocupação propostos.

Observando os módulos fundacionais que compõem o quarteirão apuramos que são semelhantes entre si, no entanto, essa aparência racional tem vindo a desaparecer. Hoje observamos a existência de moradias que incidem num único módulo, como verificamos outras que incidem sobre 2 ou 3 módulos contíguos.

Conforme já referido, com as alterações que se verificaram ao longo dos tempos, os módulos adulteraram-se significativamente. Assim o desafio será introduzir várias propostas tipológicas que se adaptem às condicionantes existentes no quarteirão, nomeadamente, a definição de soluções de habitação que use um único módulo e que, posteriormente, por junção de mais de um módulo, se possam ampliar, ajustando assim as condições de habitabilidade às necessidades da população.

Apesar do módulo ser a unidade mais reduzida, este não fica assim confinado às suas fronteiras, ao contrário de outras propostas. O desafio será a ampliação controlada, ou seja, respeitando a modulação e as divisões existentes.

Não é por acaso que a fig.137 define cinco tipos de ocupações distintas, (uma de um módulo e quatro de dois módulos). Conseguídos os padrões tipo de maior dificuldade de execução ou adaptação, considerou-se irrelevante a apresentação de mais variantes tipológicas.

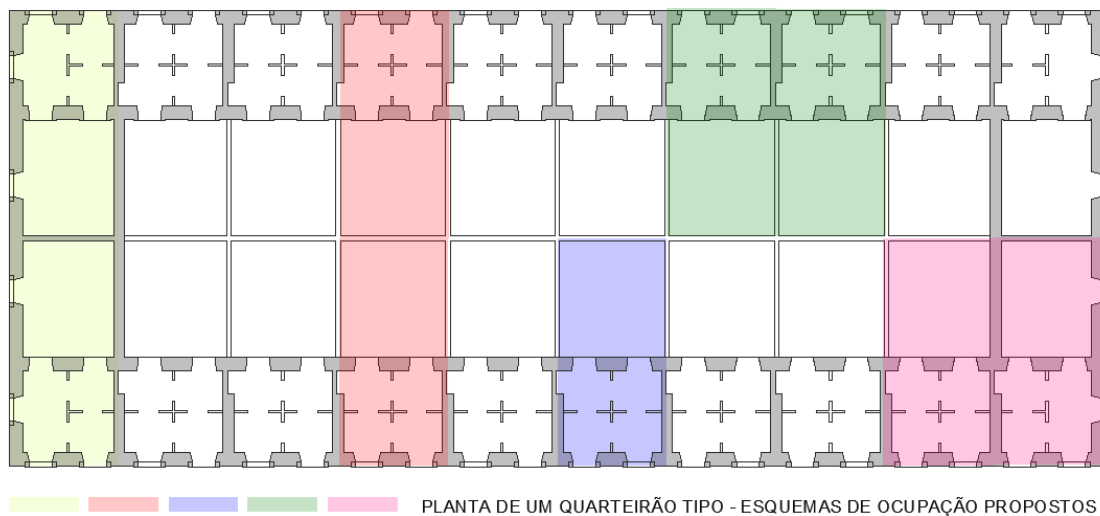


Fig. 137 - Planta de um quarteirão tipo – esquema exemplificativo da ocupação das tipologias propostas (quarteirão Q11)

As ocupações foram definidas tendo em conta as distintas possibilidades que o quarteirão proporciona face à sua composição. Assim podemos atuar sobre um módulo simples, sobre dois módulos em banda, em esquina ou até em comprimento. Cada variação possível condiciona o projeto, mas são estas variações que determinam e justificam a opção proposta.

As possibilidades apresentadas foram intencionalmente esgotadas até um máximo de união de 2 módulos. Não obstante poderiam ser feitas mais variações com junção de mais módulos. Essa opção poderá ser deixada para estudos posteriores, incentivando-se assim a execução de novas pesquisas nesta área.

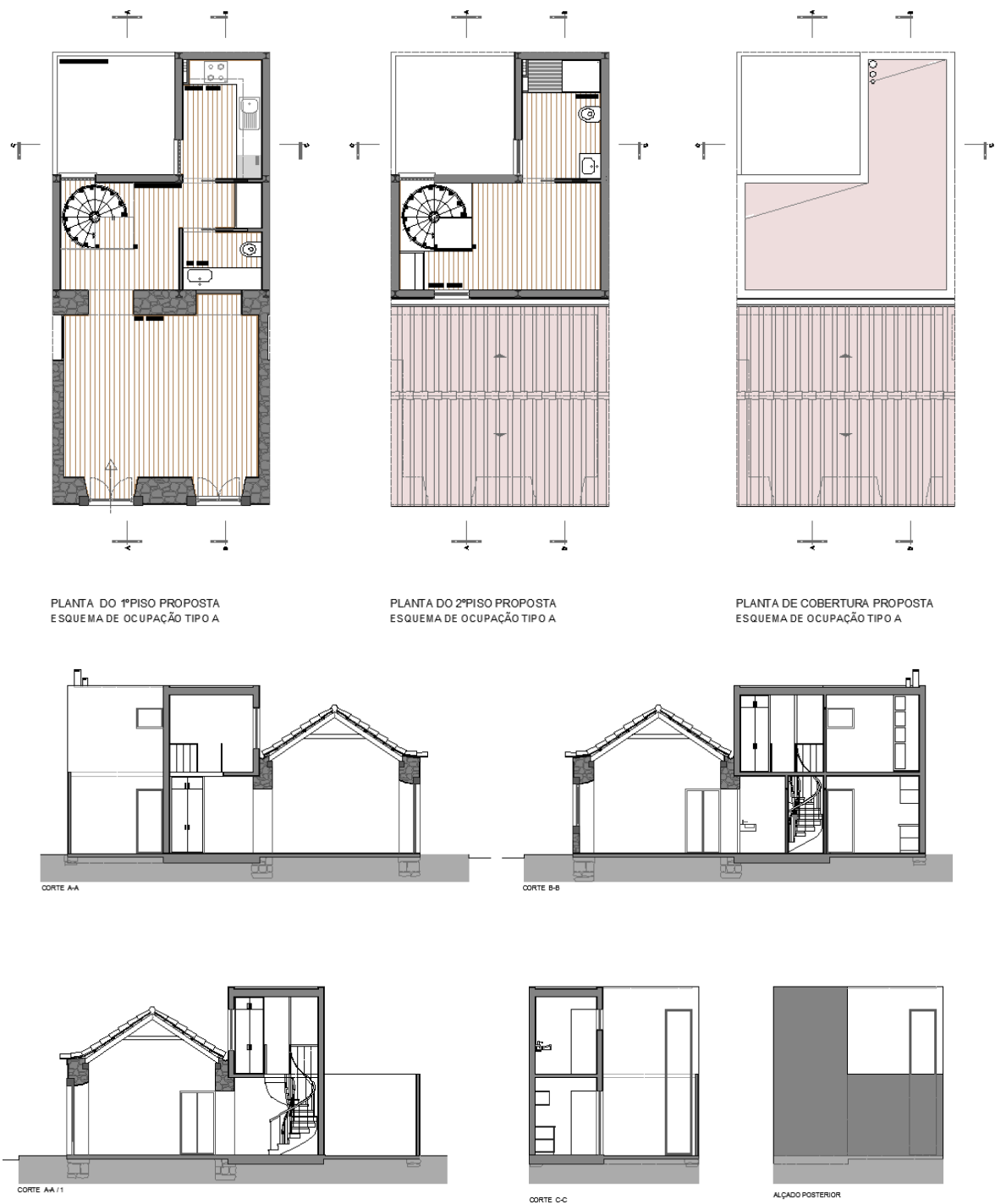


Fig. 138 – Plantas e cortes de um módulo simples em banda – proposta (quarteirão Q11)

Na observação da fig.138 deparamo-nos com a proposta arquitetónica apresentada para um único módulo. Trata-se de uma habitação de tipologia T1, composta no primeiro piso por uma sala, cozinha, instalação sanitária, logradouro, e distribuição com escada circular. No piso superior é composta por um quarto e uma segunda instalação sanitária. Nesta proposta como em todas as outras foram adotados parâmetros de atuação muito

similares, apesar das diferentes opções tipológicas adotadas.

Como exemplo disso temos as coberturas do piso superior que são de nível e contrastam com os telhados originais de duas águas, e ainda temos a compartimentação interior que foi definida para ter o menor impacto possível sobre os elementos construtivos originais, no caso de existirem.

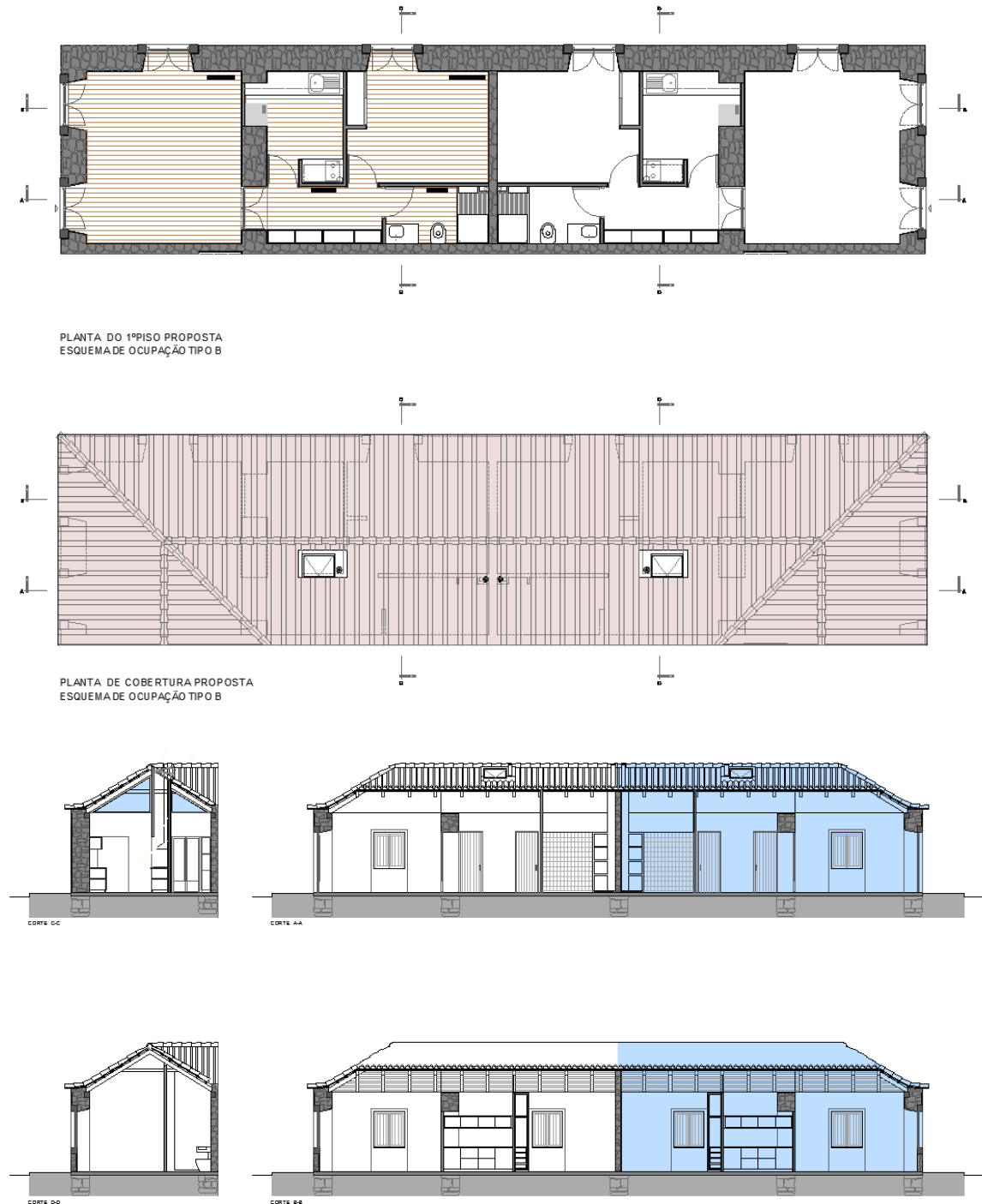


Fig. 139 – Plantas e cortes de um módulo duplo de topo – proposta (quarteirão Q11)

Na fig. 139 verifica-se a proposta para dois módulos de topo, com a execução de duas habitações de tipologia T1, compostas por sala, quartos, cozinha, instalação sanitária e hall.

Ao encontrar-se num topo do quarteirão e com ausência de logradouro, optou-se por aproveitar os vãos, existentes nos dois alçados, e fornecer maior iluminação e ventilação às habitações.

Trata-se de uma proposta simples e ajustada, mais uma vez, ao espaço mais desfavorável. Conseguindo-se a introdução de duas habitações, a junção dos módulos para execução de uma única habitação será sempre mais favorável.



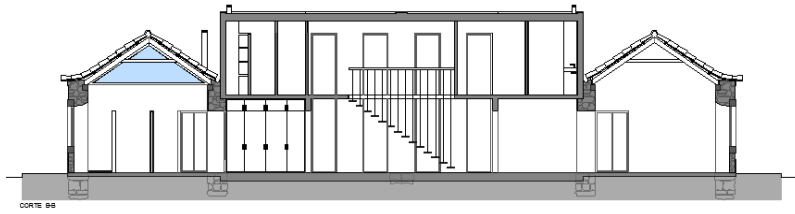


Fig. 140 – Plantas e cortes de dois módulos simples unidos em comprimento – proposta (quarteirão Q11)

Na fig.140 verifica-se a proposta de junção de dois módulos em comprimento, para execução de uma habitação de tipologia T2, compostas no piso térreo, por duas salas, uma cozinha com zona de comer, uma instalação, um corredor de distribuição e ainda um logradouro. No Piso superior é composta por dois quartos com instalações sanitárias privativas, e um corredor que dá acesso a escada de distribuição.

Nesta proposta observa-se com maior nitidez a relação entre exterior e interior, procurando-se ajustar a compartimentação ao ritmo dos vãos originais, e também à posição dos logradouros/pátios.

Como nas outras propostas, os vãos sugeridos na zona nova ou ampliada, apresentam disposições e dimensões distintas, de forma a evitar semelhanças com os elementos originais.

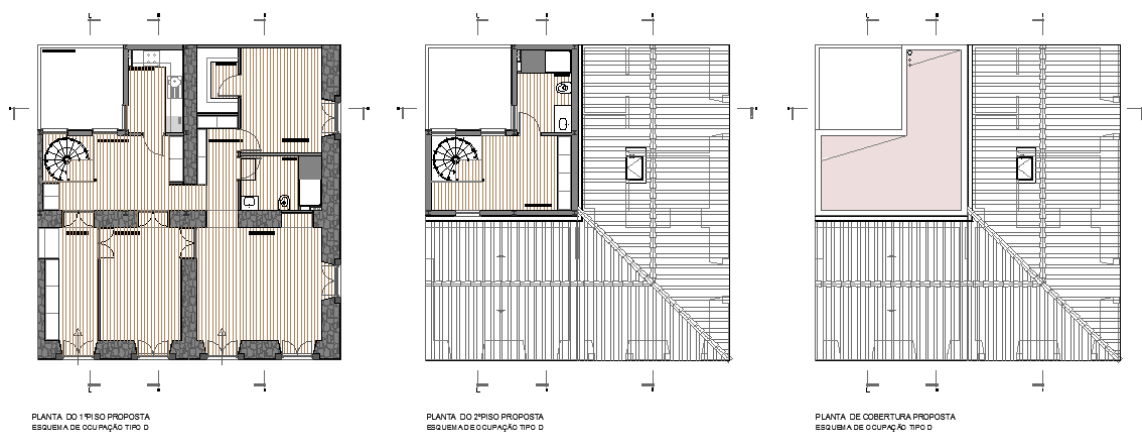




Fig. 141 – Plantas e cortes de um módulo em esquina com um módulo simples unidos lateralmente – proposta (quarteirão Q11)

A fig.141 mostra-nos uma proposta mais complexa, baseada numa provável união entre um módulo de esquina e um módulo em banda.

Trata-se de uma habitação de tipologia T2/T3 constituída no piso térreo por um hall de acesso, uma cozinha com zona de comer, uma instalação sanitária, um quarto, um logradouro, uma sala principal e ainda uma sala secundária, com possibilidade de utilização como quarto. No piso superior é composto por um quarto e respetiva instalação sanitária.

Nesta proposta o ajuste efetuado permite mais uma vez, sem proceder a grandes adulterações dos elementos construtivos originais, proporcionar a execução de uma habitação de maiores dimensões sempre ajustada a um projeto de conjunto.



Fig. 142 – Plantas e cortes de dois módulos simples unidos lateralmente – proposta (quarteirão Q11)

Por fim a fig.142 mostra-nos uma proposta de dois módulos unidos em banda.

Trata-se também de uma habitação de tipologia T2/T3 constituída no piso térreo por um hall de acesso, uma cozinha com zona de comer, uma instalação sanitária, um escritório, um logradouro/pátio, uma sala principal e ainda uma sala secundária, com possibilidade de utilização como quarto. No piso superior é composto por dois quartos e duas instalações sanitárias.

A união de dois lotes em banda é uma das alterações mais comuns nos quarteirões pombalinos. Nesta solução consegue-se o mesmo propósito mas com maior rigor e menor impacto sobre o património original.

Conclusões

A base desta dissertação de mestrado é um projeto de arquitetura. Um projeto que procura fundamentalmente dar resposta a um problema existente, e que resultou da dialética em, ou assumir a execução de uma proposta inovadora e mais radical, ou optar por uma proposta mais protetora dos princípios que nortearam o plano original pombalino.

Foi esta segunda que prevaleceu.

Ao longo do tempo, muitas propostas arquitetónicas, com maior ou menor qualidade, foram proliferando, propostas estas que foram descaracterizando o Núcleo Histórico Pombalino de Vila Real de Santo António. Na realidade, por razões de interpretação arquitetónica, política ou social, nunca existiu um verdadeiro consenso na forma como se deve intervir, e o PPS.NP.VRSA. apesar de ser um documento importantíssimo para salvaguarda imediata do património edificado, parece inacabado, face às pretensões tantas vezes expressas pela população que reclama mais espaço habitável e em termos adequados às comodidades e necessidades atuais.

Penso que o património deve ser defendido, mas também aceito e compreendo as necessidades modernas do habitar, e acima de tudo entendo que uma questão depende da outra.

A proposta de projeto foca-se num quarteirão térreo pombalino identificado no PPS.NP.VRSA como Q11. Este quarteirão foi escolhido de forma casual, sendo a base de trabalho de um projeto que propõe a reabilitação e ampliação dos módulos térreos do Núcleo Pombalino.

O projeto proposto, basicamente, procura manter e proteger o que ainda resta de património edificado, e procura também devolver a imagem do plano original a um conjunto arquitetónico singular, e por fim enquadrar uma proposta de ampliação sensata e adequada na sua escala.

Em relação à proteção do património considerou-se que a opção mais acertada é a de manter e reabilitar, dentro do possível, as construções originais, ou melhor, o traçado do seu plano original.

Devolver a imagem do plano original aos quarteirões é outra pretensão que se entende ser parcialmente possível, apesar de se tratar de um objetivo de longo prazo, e que inevitavelmente exclui edifícios, que pelo seu valor arquitetónico, ganharam o seu lugar na cidade.

A ampliação é a principal interferência e, tendo que se adaptar aos edifícios fundacionais e suas características, terá obrigatoriamente de ser respeitadora desses valores patrimoniais.

Evitando-se reduzir ao máximo o impacto sobre as construções existentes a opção escolhida visa a ocupação dos logradouros, seguindo também a mesma relação rítmica dos alçados, ou seja, o mesmo sentido de simetria das fachadas, considerado, neste caso, na organização em planta das habitações e posicionamento dos respetivos logradouros/pátios.

Rigorosamente, foram introduzidos volumes estreitamente relacionados com os critérios utilizados na construção dos edifícios originais. Estes volumes foram pensados de forma a proporcionar à proposta de ampliação uma imagem discreta, evitando retirar protagonismo à fachada principal pombalina dos edifícios térreos.

As características do quarteirão definiram a introdução de 5 tipologias diferentes e que se adaptam de forma dinâmica às condições mais desfavoráveis. Estas tipologias adaptam-se a diferentes cenários seguindo sempre o mesmo padrão arquitetónico, importante para agarrar uma leitura de conjunto nos alçados do quarteirão.

Esta proposta arquitetónica aspira à definição de um modelo de atuação, não aprofundando demasiado na escolha de materiais ou sistemas construtivos. Entende-se ser desejável a aplicação de sistemas aligeirados e de fácil montagem e desmontagem, mas acima de tudo importa exercer o menor impacto possível sobre os módulos originais.

Considerando o PPS.NP.VRSA. como documento regulador, crê-se que esta proposta de projeto se adapta às regras nele contidas, com algumas exceções, e já anteriormente referidas no âmbito desta dissertação.

Em suma este projeto é uma ideia, uma visão diferente de abordar um problema. Procura o consenso, as relações entre o passado e o presente, e a conservação do património sem esquecer as pessoas e as suas necessidades atuais.

«Parafraseando Alberto Campo Baeza, gostaria que a minha arquitetura fosse rigorosa como a de Bernini, natural como a de Barragán e poderosa como a de Corbusier.

Não para alcançar a fama, mas para fazer os homens felizes...»

Bibliografia

ATAÍDE OLIVEIRA – *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Faro, Algarve em Foco Editora, 1999.

CAMPOS BAEZA, Alberto, *A ideia Construída*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009.

CAVACO, Hugo – *Marquês de ontem de hoje de sempre*, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999.

FIGUEIRAS, Rui - *Vila Pombalina - Vila Real de Santo António* – Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999.

FRANÇA, José Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 3ª Edição, 1989.

GOMES HORTA, João Manuel – *Vila Real de Santo António, Forma Limite no Urbanismo Histórico Português*, (Tese de Doutoramento) Faro, 2006.

HORTA CORREIA, José Eduardo Capa – *Vila Real de Santo António, O Algarve em Património*, Gente Singular - Editora Lda., Olhão, 2010.

HORTA CORREIA, José Eduardo Capa – *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, (Tese de Doutoramento) Lisboa, 1984.

KUBLER, George, *A Arquitetura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes (1521 – 1706)*, Lisboa, Nova Vega, 2005.

RODRIGUES, Maria, SOUSA, Pedro e BONIFÁCIO, Horácio, (coord.), *Vocabulário técnico e crítico de Arquitetura*, Coimbra, Quimera, 4ª edição, 2005.

MASCARENHAS MATEUS, João, CARIA, Helena (coord.), *A Baixa Pombalina e a sua Importância para o Património Mundial*, (Jornadas), Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2003.

MASCARENHAS, Jorge – *Sistemas de Construção -V, O edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa*, Edição Livros Horizonte, 2009.

MONUMENTOS, *Cidades, Património, Reabilitação*, – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Publicação n.º30, 2009.

PEREIRA DA COSTA, António José – *À Defesa da Vila Real (Séculos XVIII e XIX)*, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2011.

ROMÃO, João e BRANCO, Cecília, (coord.) – *Vila Real de Santo António – Cidade de Suaves Mutações*, Um Século de Fotografias, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

ROSA MENDES, António (coord.), *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.

ROSSA, Walter, GONÇALVES, Adelino (coord.), *PLANOS - Salvaguarda, Vila Real de Santo António – Núcleo Pombalino*, Litografia de Coimbra, SA, 2005.

Webgrafia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Baixa_de_Lisboa

Http://pt.wikipedia.org/wiki/Estilo_Ch%C3%A3o

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Reinaldo_Manuel_dos_Santos

http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo,_marqu%C3%AAs_de_Pombal

http://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Real_de_Santo_Ant%C3%Bnio

<http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/Reabilitacao/estrat.pdf>

http://www.cm-vrsa.pt/portal_autarquico/vila_real_sto_antonio/v_pt-PT

<http://www.google.com/earth/>

<http://www.sudoestep.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-bahia/671/>

http://www.vrsa-sgu.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=116&Itemid=271

Legislação

CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS, Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966.

PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, Vila Real de Santo António, 1991.

PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, Aviso n.º 29326/2008, Diário da República, 2.ª série – N.º 239 – 11 de Dezembro de 2008.

REGIME DA ACESSIBILIDADE AOS EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM PÚBLICO, VIA PÚBLICA E EDIFÍCIOS HABITACIONAIS -Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto.

REGIME JURÍDICO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS - Decreto - Lei n.º220/2008 de 12 de Novembro, a Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro, Portaria n.º 64/2009 e o despacho n.º 2074/2009.

REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.

REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, Regulamento n.º 404/2010, Diário da República, 2.ª série — N.º 87 — 5 de Maio de 2010.

RGEU - REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS, Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951.

Proposta arquitetónica – peças desenhadas

Desenho n.º	Designação	Escala:
01	Levantamento fotográfico	S/ESC.
02	Planta de localização	1:2000
03	Planta de Implantação	1:1000
04	Planta do quarteirão tipo A – base de trabalho	1:100
05	Plantas de cobertura quarteirão tipo A – base de trabalho	1:100
06	Alçados e cortes quarteirão tipo A – base de trabalho	1:100
07	Tipologias de ocupação definidas no PPS.NP.VRSA	1:50
08	Plantas dos módulos tipo A – alteração e ampliação	1:50
09	Corte A-A – módulos tipo A – alteração e ampliação	1:50
10	Corte A-A 1 – módulos tipo A – alteração e ampliação	1:50
11	Corte B-B – módulos tipo A – alteração e ampliação	1:50
12	Corte C-C – módulos tipo A – alteração e ampliação	1:50
13	Planta 1 – módulos tipo A - proposta	1:50
14	Planta 2 – módulos tipo A - proposta	1:50
15	Planta de cobertura – módulos tipo A - proposta	1:50
16	Corte A-A – módulos tipo A - proposta	1:50
17	Corte A-A 1 – módulos tipo A - proposta	1:50
18	Corte B-B – módulos tipo A - proposta	1:50
19	Corte C-C – módulos tipo A - proposta	1:50
20	Plantas dos módulos tipo B – alteração e ampliação	1:50
21	Corte AA - BB – módulos tipo B – alteração e ampliação	1:50
22	Corte C-C – módulos tipo B – alteração e ampliação	1:50
23	Planta – módulos tipo B - proposta	1:50
24	Planta cobertura – módulos tipo B - proposta	1:50
25	Corte AA - BB – módulos tipo B - proposta	1:50
26	Corte C - C – módulos tipo B - proposta	1:50
27	Plantas – módulos tipo C – alteração e ampliação	1:50
28	Planta cobertura - módulos tipo C – alteração e ampliação	1:50
29	Corte AA-BB – módulos tipo C – alteração e ampliação	1:50
30	Corte C-C – módulos tipo C – alteração e ampliação	1:50
31	Planta 1 – módulos tipo C - proposta	1:50

32	Planta 2 – módulos tipo C - proposta	1:50
33	Planta de cobertura – módulos tipo C - proposta	1:50
34	Corte AA-BB – módulos tipo C – proposta	1:50
35	Corte C-C – módulos tipo C – proposta	1:50
36	Planta 1 – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
37	Planta 2 – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
38	Planta cobertura – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
39	Corte A-A – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
40	Corte B-B – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
41	Corte C-C – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
42	Corte D-D – módulos tipo D – alteração e ampliação	1:50
43	Planta 1 – módulos tipo D – proposta	1:50
44	Planta 2 – módulos tipo D – proposta	1:50
45	Planta cobertura – módulos tipo D – proposta	1:50
46	Corte A-A – módulos tipo D – proposta	1:50
47	Corte B-B – módulos tipo D – proposta	1:50
48	Corte C-C – módulos tipo D – proposta	1:50
49	Corte D-D – módulos tipo D – proposta	1:50
50	Planta 1 – módulos tipo E – alteração e ampliação	1:50
51	Planta 2 – módulos tipo E – alteração e ampliação	1:50
52	Planta cobertura – módulos tipo E – alteração e ampliação	1:50
53	Corte A-A – módulos tipo E – alteração e ampliação	1:50
54	Corte B-B – módulos tipo E – alteração e ampliação	1:50
55	Corte C-C – módulos tipo E – alteração e ampliação	1:50
56	Planta 1 – módulos tipo E – proposta	1:50
57	Planta 2 – módulos tipo E – proposta	1:50
58	Planta cobertura – módulos tipo E – proposta	1:50
59	Corte A-A – módulos tipo E – proposta	1:50
60	Corte B-B – módulos tipo E – proposta	1:50
61	Corte C-C – módulos tipo E – proposta	1:50
62	Alçados centrais e de topo – alteração e ampliação	1:50
63	Alçados centrais e de topo - proposta	1:50
64	Alçados Interiores ou alçados conjuntos – prop. variáveis	1:50
65	Alçados conjuntos “quarteirão” - proposta	1:1000
66	Planta de cobertura do conjunto “quarteirão” - proposta	1:500

67	Pormenor Tipo instalações sanitárias – prop. variáveis	1:200
68	Corte C_C porm. ilum. Ventil. Cozinha – caleira proposta	1:10 e 1:50
69	Porm. dos vãos de porta – casas térreas - PPS.NP.VRSA	1:1000
70	Porm. dos vãos de janela – casas térreas - PPS.NP.VRSA	1:500
71	Porm. Planta cobertura quarteirão térreo - PPS.NP.VRSA	S/E

Anexos I – Tipologias dos vãos e métricas das fachadas

Documento n.º	Designação
01	Tipologia dos Vãos – Rui Figueiras, <i>Vila Pombalina</i> , 1999, p.118
02	Tipologia dos Vãos - Palms – Rui Figueiras, <i>Vila Pombalina</i> , 1999, p.119
03	Métrica das fachadas - Rui Figueiras, <i>Vila Pombalina</i> , 1999, p.120
04	Métrica das fachadas_ Palms - Rui Figueiras, <i>Vila Pombalina</i> , 1999, p.121

Anexos II – Legislação

Documento n.º	Designação
01	Análise Regulamento PPS.NP.VRSA – Revisão/análise feita pelo autor
02	Plano de Pormenor e Salvaguarda do Núcleo Pombalino de V.R.S.A.
03	PDM – Plano Diretor Municipal de Vila Real Santo António

Anexos III – Tabelas e gráficos

Documento n.º	Designação
01	Tabela 1 – Quadro Síntese de indicadores urbanísticos – Doc. SGU
02	Gráficos síntese dos valores de informação estatística dos parâmetros de caracterização do edificado pombalino – Doc. SGU

Anexos IV – Fichas do quarteirão a intervir – Q11 - SGU

Documento n.º	Designação
01	Fichas de atuação individuais do edificado – Q11 – Doc. SGU
02	Fichas do Quarteirão Q11 – Doc. SGU

Anexos V – Fotografias da maqueta e desenhos tridimensionais

Documento n.º	Designação
01	Fotografias da maqueta de projeto final – quartiereão 11 – Doc. Autor
02	Desenhos tridimensionais de projeto final – quartiereão 11 – Doc. Autor